

23/12/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Ideologia, polêmica e paralisia marcam MEC sob Abraham Weintraub](#)

[Veja os feitos e os desfeitos de Abraham Weintraub como ministro da Educação](#)

[FREIO](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[A ciência brasileira observada no micro](#)

[No interior do Paraná, igualdade de gênero](#)

[2 PERGUNTAS PARA...](#)

O GLOBO - RJ

[Menos Protegidas](#)

[O ensino superior gratuito](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Presidente avalia mudanças em equipe ministerial](#)

Imprensa Estadual

MEIO NORTE - PI

[Mais de 17 mil alunos participam do Pré-Enem](#)

[Formação voltada para prática](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[veja os feitos e os desfeitos de Abraham Weintraub como ministro da Educação](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Com R\\$ 1 milhão previsto, MEC não gastou nada para iniciativas de valorização da diversidade](#)

G1

[Cederj de Friburgo está entre as três melhores unidades de educação a distância do Brasil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Fies 2020 : saiba tudo sobre renovação, inscrição e datas](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Assessor de Weintraub diz que MEC tem alguns talentos e muitos medíocres](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[O caminho do meio para as universidades](#)

[Weintraub fica](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Modernidade e educação](#)

[Se eu não tiver a cabeça no lugar, eu aloprou, diz Bolsonaro sobre caso Flávio](#)

[Os fiscais da corrupção enxugam gelo](#)

[Juventude](#)

[Atraso na agenda da educação](#)

[Maioria defende educação gratuita da creche à universidade, diz Datafolha](#)

[Lumiar vende pacote de inovação para outras escolas](#)

[Justiça de SP suspende pintura de escolas públicas nas cores do PSDB de Doria](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O Mapa da Aprendizagem](#)

[Estudo mostra disparidades de ganho entre ministérios](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

PORTA DA RUA, SERVENTIA DA CASA

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

Ufam será uma instituição internacionalizada

A TARDE - BA

MEC gasta mais que MS com a folha

FOLHA DE BOA VISTA - RR

Estudante precisará tirar 400 pontos na redação do Enem

O DIA - RJ

Vestibular social gratuito

O LIBERAL - PA

Doutorado

Agências de notícias e sites

NEXO

Qual a melhor forma de rotular alimentos ultraprocessados?

PORTAL EXAME

Educação, Amazônia e PSL: as maiores crises do 1º ano de Bolsonaro

AGÊNCIA GLOBO

Bolsonaro elogia Weintraub, mas diz que falta dar uma calibrada no discurso

G1

Ufopa oferta processo seletivo para mestrado em biociências com 24 vagas

METRÓPOLES

Presidente afirma que Weintraub precisa “dar uma calibrada”

PORTAL EXAME

Brasileira quer mais diversidade e divulgação na ciência internacional

No futuro, o diploma de ensino superior ainda será necessário?

R7

Brasileira quer mais diversidade e divulgação na ciência internacional

TERRA

Estudo mostra disparidades de ganho entre ministérios

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Brasileira quer mais diversidade e divulgação na ciência internacional

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

Descentralização na educação

STF arquiva ação que contesta reintegração de posse de escolas sem aval judicial

O ESTADO DE S. PAULO - SP

Em suspenso

Remuneração injusta, efeitos perversos

Juiz barra escola pintada com as cores do PSDB

Governo reformula Fies, amplia exigência e reduz vagas

O GLOBO - RJ

Plano para dar errado

Cartas ao Papai Noel

Revistas

VEJA - SP

Os ministros de Bolsonaro que correm o risco de perder o cargo

As façanhas do Prouni

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

CLIPPING



[UFPeL desenvolve primeira vacina recombinante do país contra botulismo](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Ciência sob ataque: a violência como forma de governo](#)

PORTAL ÉPOCA

[Resíduo de açai pode ir dos lixões para as indústrias de cosmético e de ração](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Formação de professores fica mais longa e mais voltada para prática](#)

[Fies exigirá 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Governo avalia reduzir nº de contratos do Fies pela metade e exigir nota na Redação](#)

G1

[MEC vai pagar R\\$ 370 mil por dois almanaques da Turma da Mônica com dicas de incentivo à leitura](#)

PORTAL EXAME

[Os 15 melhores cursos EaD de graduação, segundo o MEC](#)

PORTAL ISTOÉ

[Fies exigirá 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio](#)

[Formação de professores fica mais longa e mais voltada para prática](#)

[Governo avalia reduzir número de contratos do Fies pela metade](#)

R7

[Fies vai exigir pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio](#)

[Base Nacional Comum Curricular traz mudanças em 2020](#)

[Governo avalia reduzir número de contratos do Fies pela metade](#)

TERRA

[Governo avalia reduzir nº de contratos do Fies pela metade e exigir nota na Redação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Fies exigirá 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio](#)

[Tecnologia na educação não é trocar caderno por tablet. Veja o que pode vir](#)

[Governo avalia reduzir número de contratos do Fies pela metade](#)

[Formação de professores fica mais longa e mais voltada para prática](#)

Agências de notícias e sites

FOLHA POPULAR - TO

[Univates aprova Mestrado em Ciências Médicas](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[“A ciência está em todo lugar”](#)

RONDONIA AO VIVO

[Abertas as inscrições para as vagas remanescentes do 1º Mestrado em Direito oferecido no interior](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Unicid abre Processo Seletivo para Mestrado e Doutorado em Astrofísica e Física Computacional](#)

[Importante prêmio de fotografia “Prix Photo Aliança Francesa 2019” chega a fase final e apresenta as três séries ganhadoras e uma menção honrosa da 9ª edição do concurso](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Projeto escolar usa o teatro para combater cyberbullying](#)

Agências de notícias e sites

ESTADO DE MINAS ONLINE

[Funed abre vagas para mestrado gratuito em Biotecnologia](#)

G1

[Centralização das bolsas do CNPq em editais foi anunciada sem consulta, dizem universidades](#)

JORNAL DE BLUMENAL

[Cinquenta anos de pesquisas na FURB](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

[Retrospectiva Bolsonaro: você lembra o que o presidente fez em setembro?](#)

AGÊNCIA ESTADO

[O populismo fiscal](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC muda Fies e exige mínimo de 400 pontos na redação do Enem](#)

G1

[Fies vai exigir 400 pontos na redação e anuncia que deve reduzir total de novos contratos a partir de 2020](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ideologia, polêmica e paralisia marcam MEC sob Abraham Weintraub

Foco do programa de Bolsonaro, educação básica fica à deriva; ministério diz não ter havido interrupções

Brasília

As mudanças de chefia atingiram o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, responsável pelo Enem), o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/ideologia-polemica-e-paralisia-marcam-mec-sob-abraham-weintraub.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Veja os feitos e os desfeitos de Abraham Weintraub como ministro da Educação
Em oito meses, polêmicas suplantaram as ações**

Brasília

A Folha fez uma lista de como ficaram as principais áreas sob gestão do MEC, o Ministério da Educação, sob o ministro Abraham Weintraub, que tomou posse em abril após a queda de Ricardo Vélez Rodríguez. Contou, também, quem entrou e quem saiu do ministério.

Capes vazia - Presidente do órgão de pesquisa, **Anderson Ribeiro Correia**, é nomeado reitor do ITA.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/veja-os-feitos-e-os-desfeitos-de-abraham-weintraub-como-ministro-da-educacao.shtml>

topo ↕

**FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO
FREIO**

Na semana passada, o presidente defendeu o cancelamento de contrato do Ministério da Educação (MEC) com a emissora. Para ele, os programas transmitidos eram todos de esquerda e seguiam pensamento do educador Paulo Freire.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/12/icms-nao-pago-ao-governo-de-sp-ate-inicio-de-dezembro-chega-a-r-88-milhoes.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

A ciência brasileira observada no micro

USP, Federal do Ceará ou Universidade de Maringá: destaque varia conforme o critério

Rodrigo Menegat reitor da Unicamp e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Paulistas

O Estado analisou a quantidade e a qualidade científica do Brasil usando dados do Leiden Ranking 2019, da Universidade de Leiden, na Holanda, e do Web of Science, banco mundial de publicações especializadas. O levantamento destaca as paulistas USP, Unicamp e Unesp, responsáveis por 40% dos artigos do País. Mas aponta também centros de ciência de ponta como a Universidade Estadual de Maringá.

Qual é a melhor universidade do Brasil? Essa pergunta não tem uma resposta certa. Dependendo do critério, pode ser a Universidade de São Paulo (USP), a Federal do Ceará (UFC) ou a Estadual de Maringá (UEM) – ou ainda outras instituições que são, cada uma a seu modo, centros de excelência em pesquisa.

Em uma metáfora científica, encontrar instituições de destaque exige sempre trocar a lente do microscópio. Conforme olhamos uma estatística ou outra, os resultados mudam. Para contribuir no debate sobre a quantidade e a qualidade da produção científica do Brasil, o Estado analisou dados do Leiden Ranking 2019, feito pelo Centro para Estudos da Ciência e Tecnologia da Universidade de Leiden, na Holanda, e contabiliza artigos catalogados pela Web of Science – banco com dados de periódicos científicos do mundo todo.

Alguns dos destaques mais previsíveis são as estaduais paulistas – USP, Unicamp e Unesp. Com muitos alunos, pesquisadores e recursos, elas são responsáveis por 40% dos artigos do País. Mas o volume não é a única forma de avaliar. Medir o impacto das publicações também é importante, assim como indicadores não diretamente ligados a pesquisas, mas relevantes para a missão universitária e o desenvolvimento da ciência.

Quando esses critérios entram, o menos óbvio se destaca. O cenário também muda quando a lente aponta para um setor do conhecimento de cada vez. Há universidades com pesquisas expressivas em vários campos, mas outras brilham em áreas específicas. Nessa reportagem, vimos universidades que ficam em evidência sob diferentes lentes – e conversamos com quem põe a mão na massa.

Diferentes escalas. No levantamento, foram considerados todos os artigos indexados de 2014 a 2017 pelas 23 universidades do Brasil no último Ranking Leiden. As estaduais paulistas são os maiores centros de pesquisa do País quando o critério é a escala da produção.

Para André Frazão Helene, professor do Instituto de Biociências da USP que também estuda a produção científica brasileira, o volume de pesquisas e o tamanho da universidade são importantes para avaliar o papel social que ela desempenha. Segundo ele, uma instituição grande como a USP, com cerca de 100 mil alunos, além de produzir ciência de ponta, é também responsável por prestar serviços públicos. O Hospital das Clínicas, por exemplo, funciona em grande parte graças ao trabalho de professores, pesquisadores e alunos da instituição.

Mas o tamanho da área de atuação, justamente o que faz essas universidades se destacarem na contagem de artigos, cria também um indicador contrastante. Instituições de médio porte costumam se sair melhor quando o critério não é o total de publicações, mas o porcentual de pesquisas com alto impacto científico – ou seja, quando se usa uma métrica de aproveitamento. Isso significa contar quantos destes artigos atingem nível alto de impacto.

É possível fazer isso contando as citações, em outros trabalhos científicos, que uma publicação recebeu. Um número alto de referências indica que outros pesquisadores consideram o trabalho relevante. Entre os indicadores do Leiden, está uma métrica que permite esse tipo de avaliação: o total de artigos de uma universidade entre os 10% mais citados em sua respectiva área do conhecimento.

Um exemplo: a USP publicou cerca de 17 mil artigos no período analisado. Destes, pouco mais de mil ficaram entre as publicações de maior impacto – com mais citações. Mas considerar só o número absoluto de artigos causaria uma distorção. Universidades grandes produzem mais e, em consequência, têm mais artigos de impacto.

Um modo de neutralizar esse problema é analisar o aproveitamento: dos artigos de uma instituição, quantos chegam a esse patamar de excelência? As federais do Ceará (UFC), Bahia (UFBA), São Carlos (Ufscar) e Santa Catarina (UFSC) têm cerca de 7% das publicações entre as mais citadas em suas respectivas áreas. Na USP, cerca de 6% dos artigos ficam entre os mais citados. Na Unesp, 5%.

Eduardo Bedê Barros é chefe do Departamento de Física da

-

Marcelo Knobel,

1.

O que é possível analisar com base em rankings? A posição no ranking deve ser consequência do trabalho e não um objetivo em si. As universidades de São Paulo têm geralmente boa posição, mas são críticas a rankings. É difícil resumir em números tudo o que fazemos. No Brasil, temos papel importante na extensão

UFC, a brasileira que porcentualmente tem mais publicações de alto impacto. É justamente nas Ciências Físicas e Engenharias que a UFC tem melhor e assistência hospitalar, o que não há em mais lugares. E a universidade aqui é recente, mesmo se comparada à América Latina. Quando falam que universidades públicas só plantam

maconha, temos resultados e critérios internacionais que as chancelam (as instituições). Se continuar investindo, subiremos mais posições.

aproveitamento: quase 9% dos artigos atingem esse patamar. Barros fez praticamente toda a carreira na federal, da graduação ao doutorado. Já no ano

2.

Como as universidades usam rankings? Nossa grande deficiência era não ter escritórios de inteligência para esses dados. Não para melhorar no ranking, mas como avaliação. A ideia é ter um escritório conjunto. Para trabalhar isso e também dados de permanência, inclusão, que os rankings não têm.

seguinte à defesa de tese, foi contratado como pesquisador. Saiu de lá só para dois períodos de pós-doutorado: um no Massachusetts Institute of Technology

(MIT), nos EUA, e outro no Japão. Ele começou a fazer pesquisas já no terceiro semestre do curso, sempre com bolsas – e afirma que esse tipo de apoio é essencial.

“A chave é fazer o melhor uso possível dos recursos que temos, que não são muitos.” Barros diz ainda que o perfil do departamento também influencia. Lá, o incentivo à pesquisa começa logo que chegam os calouros.

Nos recortes anteriores, a Federal de Viçosa (UFV), em Minas, é mediana. Mas 14% dos artigos da UFV em Ciências Sociais e Humanidades estão entre os de maior impacto em seus campos: duas de 14 publicações da UFV indexadas. Parece pouco, mas esta é a área com menos artigos indexados. As pesquisas em destaque são multidisciplinares: efeitos da mudança climática na economia rural. Em números absolutos, a UFV é a sexta do País em Ciências da Vida e da Terra, especialmente agrárias.

Mosaico. “Nenhum ranking dá a dimensão completa. É preciso olhar para eles como um mosaico”, diz Solange Santos, coordenadora de produção e publicação da biblioteca eletrônica SciELO. Há rankings mais objetivos, como o Leiden, ou mais subjetivos, como os de reputação acadêmica e no mercado. “E muitas vezes aparentam simplicidade, mas são complexos.”

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

No interior do Paraná, igualdade de gênero

Embora úteis, indicadores de produtividade e impacto científico ignoram outros aspectos da vida acadêmica. Parcerias internacionais e a publicação de artigos de leitura gratuita também são importantes, embora não se traduzam, necessariamente, em citações ou publicações.

Na igualdade de gênero, a campeã é a Estadual de Maringá (UEM), em que 54% dos artigos são assinados por pesquisadoras. É a segunda no mundo no quesito, atrás apenas da Universidade Médica de Lublin, na Polônia. Em Maringá, o percentual é alto mesmo em Física e Engenharia.

Uma das responsáveis por isso é a física Francielle Sato, na UEM desde o início da

graduação, em 1999. Ela conta que, na sua turma, de 60 calouros, se formaram apenas seis – quatro mulheres, proporção rara na época. Segundo Francielle, uma das grandes dificuldades é conciliar a carreira com papéis sociais que ainda recaem sobre elas, como o cuidado com os filhos.

De licença para cuidar de gêmeos, Francielle produz artigos de casa. A preocupação é que, fora da universidade, seus índices de produtividade caíam. A solução, diz, passa por políticas de apoio. Este ano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência federal, permitiu que pesquisadores registrem licenças de maternidade e paternidade no currículo Lattes. O estímulo de colegas e a representatividade também ajudam. “Muitas alunas se inspiram quando veem que sou mulher, mãe e ainda assim publico.”/R.M.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE 2 PERGUNTAS PARA...

Marcelo Knobel, reitor da Unicamp e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Paulistas

1. O que é possível analisar com base em rankings? A posição no ranking deve ser consequência do trabalho e não um objetivo em si. As universidades de São Paulo têm geralmente boa posição, mas são críticas a rankings. É difícil resumir em números tudo o que fazemos. No Brasil, temos papel importante na extensão e assistência hospitalar, o que não há em mais lugares. E a universidade aqui é recente, mesmo se comparada à América Latina. Quando falam que universidades públicas só plantam maconha, temos resultados e critérios internacionais que as cancelam (as instituições). Se continuar investindo, subiremos mais posições.

2. Como as universidades usam rankings? Nossa grande deficiência era não ter escritórios de inteligência para esses dados. Não para melhorar no ranking, mas como avaliação. A ideia é ter um escritório conjunto. Para trabalhar isso e também dados de permanência, inclusão, que os rankings não têm.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Menos Protegidas

Com a crise econômica, famílias optam por diaristas, que já são 44% da categoria

O Brasil ainda tem 5,7 milhões de mulheres que trabalham como empregadas domésticas. O perfil da categoria, porém, mudou nos últimos anos. Hoje, ela é composta por trabalhadoras mais velhas, mais escolarizadas e com menos proteção trabalhista. Estudo do Ipea mostra que o percentual de domésticas com carteira assinada recuou para 28,6% no ano passado, o menor patamar desde 2013, quando superou pela primeira vez os 30%. De acordo com o levantamento, com a crise econômica e o peso dos encargos, as famílias passaram a contar com diaristas. Em 2016, elas representavam 36,8% do total de trabalhadoras da categoria. No ano passado, já eram 44%.

As empregadas domésticas estão mais velhas, mais escolarizadas e menos protegidas. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que traçou o perfil dessas trabalhadoras mostra que a formalização ficou em 28,6% no ano passado, o menor nível desde 2013. Naquele ano, o percentual de domésticas com carteira tinha ultrapassado os 30% pela primeira vez, atingindo o pico em 2016 (33,3%). Como consequência da crise, as famílias passaram a optar pelas diaristas —hoje, 44% das domésticas estão nessa

categoria, sem carteira assinada, contra 36,8% em 2016.

A categoria vem passando por uma reestruturação com o crescimento do número de diaristas, afirma Luana Pinheiro, que assina o estudo ao lado das pesquisadoras Fernanda Lira, Marcela Rezende e Natália Fontoura.

— Com a crise, os encargos pesam, e as famílias optam por diarista. Impactos da lei de 2015 (que instituiu cobrança de horas extras e FGTS para domésticas) e da crise se confundem. Havia a expectativa de que, como diarista, a remuneração seria melhor. Se as relações fossem mais profissionais, haveria mais controle do preço cobrado, mas elas estão desprotegidas —explica.

O estudo mostra que, desde 1995, mudanças no mercado de trabalho, na economia e no acesso à educação levaram a uma transformação no perfil dessa categoria, que ocupa 5,7 milhões de brasileiras e responde por 14,6% do emprego feminino.

Se, há duas décadas e meia, quase metade das empregadas eram jovens com até 29 anos, hoje elas representam pouco mais de 13% do total. Enquanto isso, a proporção de idosas (60 anos ou mais) subiu de 2,9% para 7,4%. Atualmente, 79,2% das domésticas têm entre 30 e 59 anos, contra 50,2% em 1995.

Paralelamente, a escolaridade das empregadas cresceu. Em 1995, elas estudavam em média de 3 a 4 anos, segundo o Ipea. Em 2018, elas já tinham 7 anos de estudo, em média.

Andréa Barroso Mariano, de 44 anos, começou a trabalhar como diarista ao se separar, há mais de 15 anos. A crise criou dificuldade para que ela conseguisse um rendimento maior. O ideal, conta, seria trabalhar três vezes por semana, mas Andréa só conseguiu uma terceira casa recentemente, o que lhe permite ganhar cerca de R\$ 1.500 por mês. Duas patroas dividem o pagamento do INSS como autônoma.

— Fiquei uns quatro meses sem conseguir pagar o INSS —admite.

E a jornada é longa. Sai de casa às 5h15 para estar às 8h no trabalho. Só consegue chegar em casa, na Baixada Fluminense, perto das 20h:

—Quando chego, ainda vou fazer o jantar. Quero ver se consigo terminar meu salão de beleza. Tenho os equipamentos e uma sala em construção.

Conceição Fonseca Moreira, de 50 anos, trabalha os cinco dias da semana. Ela atua como doméstica desde os 16 anos, mas como mensalista, forma de contratação que ainda predomina. São 56% nessa condição.

—Vim de Saquarema com 16 anos para trabalhar. Fiquei por cinco anos em uma casa e, depois, mais dez trabalhando e morando em outra. Após ter tido minha filha, quis ter minha própria casa —afirma.

Como diarista, recolhe R\$ 108 de INSS como autônoma.

A situação vivida por Conceição quando veio ao Rio é residual hoje em dia. São apenas

46 mil morando na casa dos patrões, menos de 1% do total.

Um círculo vicioso se rompeu nas últimas décadas. As filhas das domésticas estão em outras profissões. Aprova disso é a mudança etária. Em 1995, 46,9% das domésticas tinham entre 16 e 29 anos. Essa parcela caiu para 13,4%.

MAIORIA É NEGRA

A professora da UFF e especialista em gênero Hildete Pereira de Melo diz que o aumento da escolaridade dos jovens permitiu que se quebrasse essa transmissão entre gerações:

—Educação permite que as filhas das domésticas não repitam a trajetória das mães.

Hoje, a média de anos de estudo entre as jovens de 19 a 29 anos é superiora dez anos, próxima da média do total de ocupados. E as cotas estão ajudando a aumentara mobilidade social, afirma Rosália Lemos, do Instituto Federal do Rio de Janeiro e atuante no movimento feminista negro.

Mas, entre as mulheres negras, o serviço doméstico ainda é a principal atividade, juntamente como comércio. Entre elas ,18,6% são domésticas. Entre as brancas, a parcela cai para 10%. Entre as empregadas ,68,4% são negras:

— As filhas das domésticas não são mais domésticas. Minha diarista formou filha dela. Com a cota, estamos cortando esse cordão umbilical coma colônia—diz Rosália.

Aos 63 anos, Tânia Regina Cabiúna da Silva trabalha em casa de família há 24 anos. Mas sua vida de trabalho começou no serviço administrativo. As sucessivas crises tiraram a oportunidade de emprego da técnica de contabilidade. Há cinco anos, após se aposentar, começou a trabalhar como diarista na mesma casa:

— Vacilei em não ter seguido os estudos, mas criei meus dois filhos sozinha.

Tânia ganha dois salários mínimos, patamar alto para uma categoria na qual o rendimento médio não chega a um salário. Em 2018, era de R\$ 873,10, abaixo do mínimo de R\$ 954.

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

O ensino superior gratuito

Além de avaliarem positivamente as universidades públicas, a maioria dos brasileiros vê o acesso dos mais pobres crescer

Dois terços dos brasileiros defendem que o ensino superior público seja gratuito para todos — inclusive para aqueles que possam pagar —, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem pelo jornal Folha de S. Paulo. Esse percentual é ainda maior quando a pergunta é sobre creches, ensino fundamental ou médio, mas o dado mais relevante da pesquisa é mesmo em relação ao superior, pelo fato de a cobrança daqueles que podem pagar estar sempre em debate entre especialistas e formuladores de políticas públicas.

Até mesmo quando ore corteé feito considerando apenas a população comrend amensal inferiora doiss alá riosmín imos—público com muito menor acesso ao ensino superior

público —, a defesa da gratuidade para todos se mantém no mesmo patamar. Uma outra pesquisa, divulgada em maio de 2018 pelo instituto Idea Big Data, ajuda a entender por que a defesa da gratuidade é tão alta, mesmo entre aqueles que pouco se beneficiam hoje do acesso a universidades públicas.

O levantamento do Idea Big Data também perguntou sobre a questão da gratuidade e chegou a conclusões semelhantes às do DataFolha nesta questão. Essa pesquisa foi além e investigou a percepção dos brasileiros em relação a essas instituições, mostrando que elas tinham muito prestígio na opinião pública. Dos entrevistados, 80% concordavam com a afirmação de que elas serviam para formar cidadãos mais conscientes, 89% diziam que serviam aos interesses do desenvolvimento científico e social do país, e 91% concordavam que contribuíam para a formação de bons profissionais e professores nas diversas áreas do conhecimento humano.

É bom lembrar que essa pesquisa foi feita em maio de 2018. Não sabemos, portanto, qual o impacto — se é que houve algum significativo — na opinião pública dos despautérios em série cometidos neste ano pelo ministro da Educação Abraham Weintraub, como as declarações de que as universidades públicas fazem “balbúrdia” ou que mantêm “extensivas” plantações de maconha em seus campi.

Voltando à pesquisa do Idea Big Data, além de avaliar positivamente as universidades públicas, a maioria dos brasileiros disse também perceber na época um movimento de aumento de alunos mais pobres nessas instituições, constatação confirmada pelos dados do IBGE e do Inep/ MEC. Portanto, se vemos aumentar as chances de algum familiar ter acesso ao ensino superior gratuito e se avaliam positivamente o impacto dessas instituições, não surpreende que os brasileiros, mesmo os mais pobres, defendam que ele continue gratuito para todos.

Há obviamente limites a serem considerados na análise de qualquer pesquisa de opinião pública, como a formulação das perguntas ou o momento em que ela vai a campo. O fato de a maioria dos brasileiros concordar ou discordar sobre um tema também não interdita o debate, com base em dados muito mais complexos do que os analisados pela população em geral, sobre qualquer assunto relevante. De fato, são poucos os brasileiros mais pobres que acessam universidades públicas, mas esse percentual tem aumentado. Cobrar daqueles que podem pagar pode ser uma medida justa, mas isso nem de longe resolveria o problema de financiamento dessas instituições e, como demonstram as pesquisas de opinião, seria uma medida altamente impopular até mesmo entre aqueles que ainda pouco se beneficiam diretamente delas.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Presidente avalia mudanças em equipe ministerial

Estão sob risco Ramos, Weintraub, Onyx e Terra; Bolsonaro procura nome técnico para o MEC

Após o recesso de fim de ano, quando pretende descansar uma semana em uma base militar na Bahia, o presidente Jair Bolsonaro terá de resolver um complicado xadrez ministerial. Em meio à crise protagonizada pelo filho, senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ), o presidente terá de fazer ajustes na equipe para recolocar nos trilhos pastas estratégicas, como o Ministério da Educação (MEC), e tentar afinar a conturbada relação com o Congresso.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/12/23/presidente-avalia-mudancas-em-equipe-ministerial.ghtml>

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Mais de 17 mil alunos participam do Pré-Enem

Somente em 2019, mais de 17 mil alunos na capital, 8.100 no interior e mais de 650 reeducados do sistema prisional do Estado foram beneficiados com revisões presenciais do Pré-Enem Seduc, ferramenta de reforço educacional que realiza diversas políticas para garantir, ao aluno recém-saído do Ensino Médio, a continuidade dos estudos com inserção na graduação. Pelo quarto ano consecutivo, o Piauí registrou a primeira posição entre os estados com maior taxa de presença, marcando 78% de participação dos estudantes no segundo domingo de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou os dados que apontam que, entre 122.338 inscritos do Piauí, 95.424 compareceram aos locais das provas no estado. No último ano, dez mil alunos conquistaram vagas nas universidades públicas e privadas, seja pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Prouni, Fies, UAB ou UAPI. Outro reflexo desta ação foi o alcance do Piauí da 2ª posição entre os estados do Nordeste com melhor percentual de matrículas no Ensino Superior.

O resultado foi divulgado em setembro deste ano pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica, do Movimento Todos pela Educação, com base nas metas do PNE (Plano Nacional de Educação). Com o processo de licitação do serviço de transporte escolar concluído, cerca de 42 mil alunos, professores e servidores da Seduc, em mais de 100 municípios piauienses, serão beneficiados. Cumprindo o edital lançado pela Secretaria de Administração e Previdência (Seadprev), a partir de 2020 os veículos terão acessibilidade e serão monitorados por sistema de rastreamento por GPS, a fim de facilitar a fiscalização pelo Estado e pelos órgãos de controle.

A contratação do serviço de transporte escolar visa proporcionar o deslocamento de alunos, professores e servidores que estudam na zona urbana e moram na zona rural, ou vice-versa, ou para quaisquer escolas localizadas em áreas de difícil acesso (mesmo que urbanas), que não sejam atendidas por transporte público coletivo.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Forma ção voltada para prática

Os cursos de licenciatura, para a formação de professores, passam da atual duração de três para quatro anos, ou 3,2 mil horas, segundo MInistério da Educação

AGÊNCIA BRASIL

A formação dos professores no Brasil vai ficar mais longa e passar a ter maior foco na prática. As medidas estão previstas em resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) homologada pelo Ministério da Educação (MEC). A portaria que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - (BNC-Formação) foi publicada hoje (20) no Diário Oficial da União.

Os cursos de licenciatura, para a formação de professores, passam da atual duração de três para quatro anos, ou 3,2 mil horas. Dessas 800 horas, o equivalente a um quarto do curso, devem ser voltadas para a prática pedagógica.

A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por um professor da instituição formadora e por um professor experiente da escola onde o estudante a realiza. Apesar da parte da formação dedicada exclusivamente à prática, a resolução estabelece que a prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, “com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado”.

A formação dos futuros professores também terá um maior foco na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o mínimo que deverá ser aprendido pelos estudantes de todo o país no ensino infantil, fundamental e médio.

HISTÓRICO

Uma resolução que tratava da formação de professores havia sido homologada em 2015 e deveria ter sido implementada até 2017, mas, na época, o MEC pediu o adiamento da implementação. Isso porque a BNCC, que orientaria também a formação dos professores, ainda não estava em vigência.

A nova publicação homologada na sexta-feira revoga a de 2015. Agora, foi estabelecido um novo prazo de dois anos para que as instituições de ensino superior se adequem às medidas. Aquelas que já implementaram a resolução de 2015 terão três anos para adequar as competências profissionais previstas na nova resolução. Os estudantes que iniciaram os estudos seguindo as diretrizes da resolução anterior deverão concluir os estudos “sob a mesma orientação curricular”.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**veja os feitos e os desfeitos de Abraham Weintraub como ministro da Educação
Em oito meses, polêmicas suplantaram as ações**
BRASÍLIA

Em quase um ano de governo de Jair Bolsonaro, muito se falou mas pouco se avançou em termos de educação no país. A Folha fez uma lista de como ficaram as principais áreas sob gestão do MEC, o Ministério da Educação, sob o ministro Abraham Weintraub, que tomou posse em abril após a queda de Ricardo Véliz Rodrigues. Contou, também, quem entrou e quem saiu do ministério.

A maioria de medidas anunciadas só terá ações efetivas a partir de 2020.

Alfabetização

Prioridade da gestão, a implementação da nova política nacional é uma incógnita. Três ações foram tomadas: decreto que prioriza método fônico, lançamento de caderno com as premissas da política e projeto para pais lerem para os filhos.

Educação infantil

Não foi apresentado projeto para creche e pré-escola.

Ensino técnico

O projeto Novos Caminhos, promete criar 1,5 milhão de vagas no ensino técnico profissionalizante até 2023, mas depende de ação estados, municípios e escolas privadas

Escola Cívico-Militar

Plano visa converter 54 unidades para o modelo cívico-militares em 2020, com atuação de oficiais. Sem adesão de vários estados, mais da metade do orçamento, de R\$ 54 milhões, vai para pagar militares.

Tempo integral

Projeto Educação em Prática, anunciado em novembro, prevê usar espaços ociosos em faculdades privadas para ampliar a carga horária de estudantes de escolas públicas. A ideia é do setor privado, que receberá bônus na avaliação de faculdades.

Enem

Transcorreu bem. O governo promoveu varredura ideológica no banco de questões, mas não divulgou o que descartou. Em 2020, começará o projeto-piloto do Enem digital.

Ensino superior

Criticadas pelo ministro, universidades federais sofreram bloqueio de recursos até outubro. A aposta é o Future-se, que prevê fomentar o financiamento privado e a atuação de organizações sociais, mas o plano não chegou ao Congresso.

Pesquisa

Governo cortou 7.590 bolsas da **Capes**, ou 8% do total.

EFEITO DOMINÓ

Com mudança esperada na **Capes**, MEC e todos os órgãos ligados à pasta terão ainda mais alterações de comando.

Primeira baixa - Veio já em dez.2018, antes da posse, quando o titular na transição, Antônio Testa, foi desligado após briga com Ricardo Vélez Rodríguez.

Queda de braço - Em 12.mar, Vélez demite o secretário executivo Luiz Antônio Tozi, principal articulador, após perder um de seus assessores, Ricardo Wagner Roquetti.

Inep descabeçado - Marcus Vinicius Rodrigues, diretor, é demitido em 26.mar após cancelamento da avaliação de alfabetização, retomada posteriormente.

Cai Vélez - Bolsonaro nomeia Abraham Weintraub em 8.abr. O novo ministro troca quase todos os secretários.

Delegado encrencado - Weintraub anuncia o delegado da PF Elmer Vicenzi como presidente do Inep em 15.abr; em 16.mai, ele é demitido após conflito envolvendo sigilo de dados.

Rumo no Inep Alexandre Lopes assume em 20.ago; dia 22, o órgão anuncia o quarto titular a ocupar a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, responsável pelo Enem,

nesta gestão: Carlos Roberto Pinto de Souza.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Troca em 19.ago: sai Carlos Aberto Decotelli e entra Rodrigo Sergio Dias, indicação de Rodrigo Maia.

Ensino superior - O titular da subpasta, Ataíde Alves, é demitido em 16.out.

Alfabetização - Em novembro caem Renan Sargiani, referência técnica no MEC; e a coordenadora-geral de Avaliação Pedagógica, Josiane Toledo Ferreira Silva.

Assessora exonerada - Braço direito de Weintraub, a jornalista Priscila Costa e Silva cai em 12.dez.

Capes vazia - Presidente do órgão de pesquisa, **Anderson Ribeiro Correia**, é nomeado reitor do ITA.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Com R\$ 1 milhão previsto, MEC não gastou nada para iniciativas de valorização da diversidade

Governo federal não usou até agora verba que apoia educação de minorias; dotação atual é de R\$ 700 mil e, segundo a pasta, será usada até o fim do ano
RIO — Apesar de ter começado este ano com R\$ 1 milhão para investir em "apoio a iniciativas de valorização da diversidade, de promoção dos direitos humanos e de inclusão", o Ministério da Educação (MEC) não usou a verba até agora.

Os dados são do Sistema Integrado de Operações (Siop) mostram que a dotação inicial para essas iniciativas era de R\$ 1 milhão no começo do ano. De acordo com o MEC, a dotação atual está em R\$ 700 mil e esse dinheiro será usado até o fim do ano.

Para 2020, no entanto, o projeto de orçamento não prevê mais verba para essas medidas.

A iniciativa é destinada a prestar "assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, para o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos", segundo relatório de gestão do MEC.

Em 2015, quando foi criada, tinha dotação orçamentária de R\$ 17 milhões. Desse valor, R\$ 8 milhões foram usados em dois programas.

Um deles foi o Projeto Ibaorebu de Ensino Médio Técnico Integrado do Povo Munduruku, na área indígena homônima, estado do Pará. Nele, indígenas foram formados em cursos técnicos de Agroecologia, Enfermagem e Magistério Intercultural.

Com a mesma verba, foi realizada o III Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (Enei), de abrangência nacional, proposto pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) com finalidade de promover, estimular e fomentar discussões sobre acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior.

O outro projeto financiado abrangeu quatro instituições federais para apoio a políticas

de Educação etnicorraciais e educação do campo.

"Houve parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR, a fim de cooperar com países africanos e parceria institucional para o desenvolvimento de projetos de Educação Básica para o desenvolvimento das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais em nível nacional", afirma o relatório de gestão do MEC de 2015.

Ainda de acordo com o documento, também foi "concedido apoio para formação de jovens líderes rurais com intuito de promover o intercâmbio para troca de experiências e o desenvolvimento de capacidades da sociedade civil para a participação social na gestão, por meio da realização de intercâmbio que permita o monitoramento e avaliação das políticas públicas no âmbito da segurança alimentar e nutricional".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Cederj de Friburgo está entre as três melhores unidades de educação a distância do Brasil

Prêmio foi dado por fundação do Ministério da Educação. Município foi o único representante do estado.

O Polo Cederj Nova Friburgo, na Região Serrana do Rio, foi eleito uma das três melhores unidades de educação a distância do Brasil pela **Capes**. A cidade foi a única representante do Estado, e concorreu com 27 polos de educação a distância de 14 estados brasileiros, ficando atrás somente de Santo Antônio da Patrulha (RS) e Beberibe (CE).

“É uma alegria imensa receber uma notícia dessas! Porque o polo de Nova Friburgo sempre foi um polo muito ativo, muito atuante, desenvolvendo muitas atividades extras ao currículo da universidade, palestras, jornadas... eu apenas dei continuidade ao brilhante trabalho que a professora Fátima Kzan (antiga diretora) fez até o ano de 2011... somente em 2012 eu assumi a direção do polo. Devo esse prêmio também a nossa equipe. Uma equipe muito competente, unida e responsável” disse Rosali Zavoli, diretora do Polo Cederj - Nova Friburgo.

O prêmio é destinado aos polos do sistema de ensino à distância da UAB (Universidade Aberta do Brasil), e oferecido pela **CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior, que é uma fundação do Ministério da Educação).

De acordo com o edital do concurso, foram parâmetros de avaliação itens participação do polo em trabalhos voluntários, atividades comunitárias, organizações de exposições, eventos, palestras e cursos a comunidade.

Foram avaliados os polos a distância que apresentaram os melhores resultados em atividades educacionais com base nos princípios da transparência, isonomia, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e acesso a inscrição.

O Polo CEDERJ - Nova Friburgo

O Polo Cederj – Nova Friburgo fica localizado no antigo Ciep da Via Expressa, no bairro de Olaria. Atualmente são 1.154 alunos ativos, distribuídos entre os cursos de Licenciaturas em Ciências Biológicas (UERJ), Geografia (UERJ), Pedagogia (UERJ), Letras (UFF), Química (UENF) e Tecnólogo em Segurança (UFF).

topo ↗

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Fies 2020 : saiba tudo sobre renovação, inscrição e datas

Ser aprovado numa faculdade particular e bancar as mensalidades é o desafio de muitos estudantes. Quem planeja estudar em uma faculdade particular em 2020, mas precisa de apoio para cobrir os custos, pode contar com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), do governo federal.

O Fies é um programa criado pelo Ministério da Educação (MEC), que oferece financiamento aos estudantes de cursos de graduação de instituições privadas cadastrados no sistema. O objetivo é facilitar o acesso de jovens de baixa renda à educação superior.

O programa federal não oferece bolsas integrais gratuitas, mas um empréstimo. O grande diferencial do Fies é a taxa de juros. O candidato financia o valor das mensalidades com taxas bem menor que a maioria dos bancos e o valor será integralmente pago pelo aluno no futuro.

Quando é possível realizar a inscrição?

As inscrições para o Fies são realizadas anualmente em dois momentos: no início (fevereiro) e no meio do ano (junho). Fique atento ao calendário de datas que deve ser divulgado em janeiro de 2020.

Como funciona o Fies?

O Fies financia até 100% do valor da mensalidade de um curso de graduação, de acordo com o perfil socioeconômico do grupo familiar do aluno. O programa atende, ainda, professores da rede pública de ensino básico (fundamental e médio) que desejam fazer um curso de licenciatura.

O financiamento é operado por dois bancos: Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. O estudante só começa a pagar o crédito após se formar. Dependendo da modalidade, o candidato pode pagar juros ou não.

O programa possui um limite de participantes e parte das vagas é destinada a cursos prioritários como área de saúde, engenharia e licenciatura. Em 2019, o Fies ofertou 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies.

Para a adesão ao programa, os estudantes devem passar por um processo seletivo que leva em conta o Enem e alguns critérios de participação. As inscrições são gratuitas e feitas pela internet.

A ocupação das vagas será efetuada de acordo com a ordem de conclusão das inscrições, que garantem ao candidato apenas a expectativa de direito à vaga para a qual se inscreveu.

Quais são as fases de seleção e o processo até o financiamento?

Para se inscrever no Fies, o candidato deve seguir os passos abaixo.

1º Passo: Acessar o Sistema de Seleção do Fies (Fies Seleção) nesse link.

O candidato deve se cadastrar no Sistema de Seleção do Fies (Fies Seleção), informando dados pessoais e dados sobre o curso desejado e a instituição. Além dos dados pessoais, será necessário informar os dados dos componentes do grupo familiar e suas respectivas rendas (por exemplo, apresentar a declaração mais recente do Imposto de Renda de cada membro da família).

2º Passo: Inscrição no SisFies informando os dados de financiamento a ser contratado

Se for pré-selecionado, o candidato deverá acessar o SisFies em até 5 dias corridos a partir da divulgação, para efetivar a inscrição e informar os dados do financiamento (escolher a instituição bancária e a agência que preferir).

3º Passo: Validação das informações na Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA), da instituição de ensino escolhida

Após a inscrição no SisFies, o candidato tem até dez dias, contados a partir do dia seguinte ao da conclusão da inscrição, para validar as informações na instituição de ensino escolhida. Essa validação deve ser feita na Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da faculdade ou universidade.

A CPSA decide qual documento deve ser apresentado pelo candidato. São três grupos principais de documentos para o Fies: identificação, comprovação da residência e comprovação de renda.

4º Passo: Contratação do financiamento junto a um agente financeiro do Fies

Após a fase de validação de informações, o candidato precisa oficializar a contratação do financiamento com os agentes financeiros. Em alguns casos, será necessário um fiador para assinar o contrato. O candidato deve ir ao banco e levar documentos pessoais (como aluno) e também do fiador.

Quais são as modalidades e os juros do Fies?

Existem duas modalidades no Novo Fies.

A modalidade Fies a juro zero é voltada para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos e não cobra juros. Nesse caso, o financiamento mínimo é de 50% do curso escolhido, desde que o limite financiável não passe de R\$ 42.983,70 por semestre.

Além do juro zero, existe a modalidade P-Fies, voltada para candidatos com renda familiar per capita entre 3 e 5 salários mínimos. Nesse caso, o valor de financiamento e as taxas de juros são definidos pelo banco.

Quais são as condições de financiamento?

O aluno precisa ficar atento às datas de vencimento das suas parcelas. Durante o período de duração do curso, o estudante pagará, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 150 referente ao pagamento de juros incidentes sobre o financiamento.

Após a conclusão do curso, o estudante terá 18 meses de carência para recompor seu

orçamento. Nesse período, o estudante pagará, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 150 referente ao pagamento de juros incidentes sobre o financiamento.

Encerrado o período de carência, o saldo devedor do estudante será parcelado em até 3 vezes o período financiado da duração regular do curso. Por exemplo, se o curso teve duração de 4 anos, o saldo devedor do estudante será dividido em até 12 anos.

Caso o estudante não possua renda no momento previsto para o início da amortização do saldo devedor ou em qualquer momento durante o período de amortização, o financiamento será quitado em prestações mensais equivalentes ao pagamento mínimo. Quem pode participar?

Pode participar do Fies o estudante que atender aos seguintes pré-requisitos:

Ser estudante de curso presencial de graduação não gratuito. Os cursos a distância ainda não foram aprovados pelo programa.

O curso deve ter avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e ser de uma instituição participante do Fies.

Possuir renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até 3 salários mínimos.

Ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir da edição de 2010, e obtiver média das notas nas provas igual ou superior a 450. Além disso, não pode ter zerado a redação.

Quem não pode participar?

O candidato que se enquadra em alguma das situações abaixo, não pode solicitar o Fies:

A renda familiar mensal bruta per capita é superior a 3 salários mínimos.

Quem não for pré-selecionado no processo seletivo do Fies. A regra não se aplica a quem tenha sido financiado pelo programa e, mediante requerimento ao agente operador, comprovou o não usufruto do financiamento e o encerramento antecipado do contrato.

Quem já tem seu ensino financiado pelo Fies.

Está inadimplente - ou seja, que não está com o pagamento em dia - com o Programa de Crédito Educativo (PCE-Creduc).

É beneficiário de bolsa integral do Prouni.

É beneficiário de bolsa parcial do Prouni em curso ou instituição de ensino diferentes dos da inscrição no Fies.

O que são as vagas remanescentes?

As vagas remanescentes são aquelas que não foram ocupadas no decorrer dos processos seletivos regulares do Fies, por desistência dos candidatos pré-selecionados ou falta de documentação, por exemplo.

É realizado um processo seletivo para concorrer às vagas. Quem ainda não se matriculou em uma instituição privada de educação superior pode se inscrever a uma vaga remanescente e quem já está matriculado também pode fazer sua inscrição.

E quem já participa de outros programas do governo de incentivo ao estudo?

Os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, poderão participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

Aditamento do Fies

Aditamento é o procedimento de renovação do contrato de financiamento do Fies, que deve ser renovado a cada semestre.

O pedido de aditamento é feito inicialmente pelas instituições de ensino e, em seguida, os estudantes devem validar as informações inseridas pelas faculdades no SisFies - Sistema Informatizado do Fies.

No caso dos chamados aditamentos simplificados, sem alterações no contrato, a renovação é formalizada a partir da validação do estudante no sistema. Quando há mudanças nas cláusulas do contrato, como mudança de fiador, por exemplo, o aluno precisa levar a documentação comprobatória ao agente financeiro - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal - para finalizar a renovação.

Quem criou o Fies?

O Fies foi criado em 1999 como um programa do Ministério da Educação (MEC) no governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele é sucessor do chamado Crédito Educativo, criado em 1976 por Geisel durante o Regime Militar.

No governo do presidente Lula, o Fies foi ampliado e as taxas de juros diminuíram. Ao longo dos anos, o programa passou por modificações e em 2018, passou a ser chamado de Novo Fies, que passou oferecer modalidades de acordo com a renda familiar.

A gestão do Fies cabe ao MEC e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Assessor de Weintraub diz que MEC tem alguns talentos e muitos medíocres
Victor Metta também fez crítica ao aumento de gastos no MEC, em mensagem endossada por ministro**

BRASÍLIA — Assessor especial do ministro da Educação, Abraham Weintraub, o advogado Victor Metta afirmou que o Ministério da Educação (MEC) tem "alguns talentos e muitos medíocres e apaniguados" em duas postagens sequenciadas no Twitter na tarde deste domingo sobre aumento de gasto com servidores da União. Weintraub retuitou a primeira mensagem, que dá acesso à publicação completa de Metta, com a crítica aos funcionários da pasta.

Na primeira postagem, Metta afirma que "o MEC foi responsável por 80% do aumento de gasto de pessoal da União nos últimos 10 anos! O salário médio passou de 7 para quase R\$ 10 mil, já ajustado pela inflação. Aumento real de 38%. Isso tudo não trouxe nenhuma melhora de qualidade educacional, mas trouxe muitos votos..."

Como continuação da mensagem anterior, postou: "Agora vamos ter que segurar por muitas décadas 48 bilhões anuais de funcionalismo só no MEC, com alguns talentos e muitos medíocres e apaniguados (8% a mais todo ano só de reajustes). A saída para os

ossos problemas NÃO É repetir a mesma receita. O Brasil não aguenta esse peso".

Metta é um dos assessores mais próximos de Weintraub com atuação forte em questões "ideológicas". Apresenta-se, no Twitter, como "tesoureiro do partido do Bolsonaro no Estado de São Paulo durante a campanha de 2018". O presidente Jair Bolsonaro deixou o PSL após denúncias de candidaturas de fachada e disputa por poder na sigla.

O tuíte causou reações. Um internauta, identificado como Edivaldo Almeida, respondeu: "Não fale besteira. Nem todos os professores são ativistas de esquerda, e tem muito professor que faz acontecer, que educa, que produz ciência, que produz informações importantes para o país. O salário de 10 mil é pouco, pelo serviço que estes professores prestam ao Brasil."

Metta então retrucou: "Eu disse no post "alguns talentos e muitos medíocres". Tomou partido dos medíocres sozinho? Vá ganhar mais que isso na iniciativa privada, e depois me conte se é pouco ganhar esse salário garantido no governo." O interlocutor rebateu: "Pra ignorantes como você, não há sentido em estender conversa. Fique com sua opinião idiota e tosca. Saudações acadêmicas".

Weintraub, chefe de Metta, notabilizou-se nas redes sociais pelo estilo agressivo e provocador. O presidente Bolsonaro, no entanto, já reclamou do subordinado, dizendo que ele precisa "calibrar" o discurso nas redes sociais. Para o presidente, Weintraub exagera. Ele disse que o ministro repete seu comportamento de quando era deputado federal, o que o próprio Bolsonaro desaconselhou.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

O caminho do meio para as universidades

Em resposta à atenciosa carta enviada a essa coluna pela leitora Maria Celeste Dominici e que reproduzimos abaixo, rebatendo algumas afirmações contidas na nota "As universidades e o caminho do meio", publicado em 14 de dezembro, esclarecemos que, em momento algum, classificamos alunos e professores da Universidade de Brasília como "manada", quando dissemos que: "A abdução de entidades representativas, tanto dos trabalhadores na educação quanto dos próprios alunos pelos partidos de esquerda, contribuiu para um maior distanciamento entre a sociedade e essas instituições, fato esse que acabou servindo de pretexto também para um certo clima de animosidade entre o atual governo de direita e as universidades".

Na realidade, e isso é do conhecimento público, tanto os diretórios estudantis quanto os órgãos representativos dos professores, não só das universidades, mas também dos ensinos de base e fundamentais, vêm, há anos, sendo controlados e orientados pelos partidos de esquerda, ligados à CUT e a outros sindicatos de classe.

O que a nota na coluna destacou como fundamental para uma instituição pública de ensino, financiada, muitas vezes, por aqueles que jamais terão condições de frequentá-las, é que ela se mantenha equidistante das ideologias dos governos de plantão, pelo simples fato dessas entidades serem permanentes, ao contrário de governos, que vêm e vão ao sabor da predileção dos eleitores. A questão da pluralidade política dentro das universidades ainda é um ponto a ser resolvido entre professores e alunos, até para que essas instituições alcancem sua verdadeira universalidade. Segue a missiva da leitora:

"Quero comentar uns pontos de tua coluna de 14 de dezembro, "Universidades e o

caminho do meio”. Uma universidade com espírito verdadeiramente científico lida com todas as correntes de pensamento, se não, deixa de ser uma universidade. Considerar que estudantes e professores podem ser abduzidos por partidos de esquerda (ou de direita, ou de centro) é considerar que são uma manada e não pessoas com senso crítico.

Se há identificação maior com uma ou outra corrente, é necessário entender quais são as razões. Talvez as gritantes desigualdades sociais, raciais, de gênero, etc. levem as pessoas a questionarem mais e serem menos propensas a apoiarem o sistema gerador de tudo isso. Você disse que as universidades estão em permanente confronto com as autoridades. Acho que sempre há divergências, o que é totalmente normal, principalmente em um país em que, entra governo, sai governo, a administração é sofrível.

Não diga que estudantes e professores são militantes!!! A universidade tem a obrigação de levar ao estudante o espírito crítico, para que não seja, como se dizia na minha época, uma vaca de presépio. Precisamos cada vez mais de massa crítica. Para se chegar à verdade científica, política ou à qualquer verdade é necessário capacidade de análise, de reflexão, de crítica. Impossível a maturidade sem capacidade de crítica. Esse governo, que se instalou nos deixa em depressão, porque é difícil encontrar alguma ação positiva.” Abraços, Maria Celeste Dominici

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF

Weintraub fica

A contar pelos elogios do presidente ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, em conversa com jornalistas, não tem reforma ministerial. A não ser, óbvio, se houver algum fato novo. Até os tuítes do ministro em um parque temático em Orlando, com as mãos e a cabeça presas, foi motivo de boas risadas no Planalto.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Modernidade e educação

Visão centrada no indivíduo e menos conteudista

Discute-se muito o que nos reserva o futuro em matéria de mudanças. Foi um dos temas predominantes das palestras realizadas no Brasil pelo historiador israelense Yuval Noah Harari, muito aplaudido em todas as suas apresentações, como aconteceu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/12/modernidade-e-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Se eu não tiver a cabeça no lugar, eu alopro, diz Bolsonaro sobre caso Flávio
Presidente afirma que há abuso por parte do Ministério Público em investigação
que apura suposta rachadinha em gabinete do filho
Brasília

Weintraub

"Melhorou demais [o Ministério da Educação sob Weintraub]. Falta dar uma calibrada. Ainda está dando uma de Jair Bolsonaro quando deputado em alguns momentos. Já falei para ele dar uma segurada aí. Faz o que tem que fazer, não faz o que eu fiz no passado.

[Estou falando da] maneira de ele falar, de dançar na chuva com o guarda-chuva."

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/se-eu-nao-tiver-a-cabeca-no-lugar-eu-alopro-diz-bolsonaro-sobre-caso-flavio.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

Os fiscais da corrupção enxugam gelo

Falta examinar os jabutis de casos como o dos computadores do FNDE

Imagine-se o juiz Sergio Moro no gabinete de Curitiba recebendo a informação de que o governo petista fez um chamamento de preços para aluguel de um imóvel de 4.490 m² em Brasília listando entre os requisitos “desejáveis” do prédio dois auditórios com no mínimo 100 lugares, sistema de reuso de água, de elevadores com sistemas de antecipação de chamadas e selos de eficiência energética.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogasparsi/2019/12/os-fiscais-da-corrupcao-enxugam-gelo.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Juventude

A deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) apresentou na quarta (18) um projeto de lei para permitir a formação de empresas de alunos no ensino técnico, nos moldes das organizações que são tocadas por estudantes em cursos de graduação. Mas em vez de empresa júnior se chamaria empresa jovem.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/12/deputada-quer-levar-empresa-de-alunos-ao-ensino-tecnico.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Atraso na agenda da educação

É preciso cuidar da 1ª infância e criar formas de recrutar professores entre os melhores alunos

Após muitas décadas de pesquisa, há consenso de que educação de qualidade é um dos principais determinantes das diferenças de produtividade do trabalhador entre países.

Escolarização de qualidade significa que o aluno, ao frequentar a escola, domine conteúdos e habilidades. O diploma tem pouco valor se não é acompanhado de real aprendizado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2019/12/atraso-na-agenda-da-educacao.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Maioria defende educação gratuita da creche à universidade, diz Datafolha

Apoio à gratuidade aparece em todos os recortes da pesquisa, como renda, escolaridade e cor

São Paulo

A maior parte da população brasileira considera que o governo deve oferecer educação a todos, e não apenas aos que não podem pagar, da creche à universidade, mostra pesquisa Datafolha.

A opinião é compartilhada por 70% no caso das creches, 79% no do ensino fundamental e médio e 67% no do ensino superior.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/maioria-defende-educacao-gratuita-da-creche-a-universidade-diz-datafolha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Lumiar vende pacote de inovação para outras escolas

Colégios podem mudar nome e se tornar franquias ou comprar só metodologia

São Paulo

O que antes era visto como “alternativo” na educação agora virou moda e criou espaço para um nicho no mercado das escolas: o do “pacote inovação”.

Um produto assim foi desenvolvido pela Lumiar, inaugurada em 2003, em São Paulo, com a proposta de ensinar conteúdos através de projetos, ter turmas com diferentes idades...

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/lumiar-vende-pacote-de-inovacao-para-outras-escolas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Justiça de SP suspende pintura de escolas públicas nas cores do PSDB de Doria

Escola + Bonita prevê revitalizar os prédios com fachadas em azul e amarelo, as mesmas de partido do governador

São Paulo

O Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu os trabalhos de pintura dos prédios de escolas públicas da rede paulista de azul e amarelo, cores associadas ao partido do governador João Doria (PSDB).

O juiz Emílio Migliano Neto, da 7ª Vara da Fazenda Pública, deferiu um pedido de liminar interposto pela codeputada Paula Aparecida, da Bancada Ativista composta por membros do PSOL.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/justica-de-sp-suspende-pintura-de-escolas-publicas-nas-cores-do-psdb-de-doria.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - EDITORIAIS

O Mapa da Aprendizagem

Ao divulgar o Mapa da Aprendizagem, um estudo dos números da última edição do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que é promovido a cada três anos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde o final do século 20, o Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) chamou a atenção para dois importantes problemas. O primeiro foi a perda de posições do Brasil no ranking mundial, entre 2015 e 2018. O segundo problema é que a desigualdade entre estudantes ricos e estudantes pobres no Brasil continua sendo uma das maiores do mundo.

Em 2018, o Pisa avaliou mais de 600 mil alunos de 79 países, dos quais 17,5 mil foram brasileiros, sendo a maioria matriculada em escolas públicas. Segundo o trabalho do Iede, que é patrocinado pela Fundação Lemann e pelo Itaú BBA, os dados do Pisa revelaram que, nas três áreas avaliadas (leitura, matemática e ciências), o grupo de brasileiros no bloco de 33% dos alunos de todo o mundo com nível socioeconômico mais alto obteve uma nota média de mais de 100 pontos acima dos 33% de alunos com nível socioeconômico mais baixo.

O índice de nível socioeconômico leva em conta se a família de cada estudante avaliado possui carro, se tem um quarto para estudar só e escolaridade e ocupação dos pais. Quanto mais alto é o nível de renda da família, maiores são os estímulos que os filhos recebem para estudar, maior é seu vocabulário e maior é o acesso a livros e bens culturais. E quanto maior é a escolaridade da mãe, melhor tende a ser o desempenho escolar dos filhos. No Brasil, por exemplo, 91,19% dos alunos de famílias com rendas mais altas têm mães formadas com o diploma do ensino médio. Nas famílias de menor renda, só 38% das mães concluíram esse ciclo educacional.

Levando em conta os 79 países avaliados pelo Pisa, a desigualdade brasileira foi a quinta maior do ranking em matemática e a terceira maior em leitura e em ciências, o que reflete, evidentemente, o problema da má distribuição de renda do País. Segundo o diretor do Iede, Ernesto Faria, a qualidade de ensino e o conhecimento estão destinados a uma pequena elite. “A condição social é muito determinante na formação do aluno. Há um trabalho bem feito para alguns alunos. Não é que não existam bons colégios ou professores excelentes. O grave e inadmissível é que o bom ensino ainda está atrelado a onde você nasce, à região da cidade em que mora, aos vestibulinhos que selecionam alguns e excluem a maioria e às caras mensalidades do sistema privado de ensino”, diz Faria.

Quando a comparação é feita por região do Brasil, os mesmos problemas também aparecem. Uma das regiões menos desenvolvidas do Brasil, a Nordeste também é a que apresenta maior desigualdade socioeconômica, seguida pela Centro-Oeste. Já a Região Sul, economicamente mais desenvolvida, também é a que mais se destacou nas áreas do conhecimento avaliadas pelo Pisa.

Uma das perguntas feitas aos alunos, na avaliação, indaga se eles já repetiram de ano. Segundo o Pisa, o Brasil está entre os dez países com o maior percentual de estudantes que já repetiram de ano no ensino fundamental. Ao avaliar os números, o Mapa da Aprendizagem do Iede revela que 25% dos estudantes de ensino fundamental do nível socioeconômico mais baixo repetiram de ano pelo menos uma vez. Entre os alunos de nível socioeconômico mais alto, o índice foi de 8,8%.

O estudo do Iede só reforça o que os especialistas em educação, demografia e economia afirmam: enquanto as autoridades educacionais continuarem insistindo em modismos pedagógicos, relegando para segundo plano a correlação entre aumento da escolaridade e melhoria das condições econômicas das famílias pobres, o Brasil não conseguirá diminuir as distâncias sociais nem formar o capital humano de que precisa para passar a níveis mais sofisticados de produção.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Estudo mostra disparidades de ganho entre ministérios

Universidades públicas turbinam gastos na Educação; quadro é diferente na Saúde, que perdeu servidores

Considerados prioritários em diferentes governos e com garantia constitucional de aplicação mínima de recursos, os ministérios da Saúde e da Educação receberam tratamentos diferentes na política de pessoal da União nos últimos dez anos. Enquanto o gasto com a folha na Educação avançou na esteira de aumentos salariais e contratações, a Saúde viu seu quadro de pessoal encolher e a média da remuneração estagnar no saldo de uma década.

Dados levantados pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado mostram que o Ministério da Educação foi responsável por 79,4% do crescimento dos gastos com pessoal ativo na União nos últimos dez anos. A despesa da pasta com folha de pagamento saltou de R\$ 21 bilhões em 2008 para R\$ 48 bilhões em 2018, na esteira da expansão das universidades públicas e dos institutos federais. No mesmo período, o gasto com remunerações na Saúde caiu de R\$ 10,1 bilhões para R\$ 9,9 bilhões. Os dados estão atualizados pela inflação.

Além de refletir a disparidade de tratamento entre os dois ministérios, o cenário revelado pelo estudo da IFI serve de alerta no debate da reforma administrativa que o governo pretende apresentar ao Congresso Nacional. A intenção da área econômica é reduzir os salários iniciais e aumentar os “degraus” na carreira para se chegar à remuneração mais elevada. Para a instituição, é preciso ser cauteloso para não incorrer em “generalizações e simplificações” ao discutir a reformulação das carreiras.

“O MEC é o que mais gasta e que mais tem gente”, diz Alessandro Casalecchi, analista da IFI. Ele ressalta que é preciso considerar que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), apesar de vinculada ao MEC, presta serviços para o Sistema Único de Saúde (SUS). “Em sentido contrário a Fundação Nacional de Saúde teve suas despesas de pessoal significativamente reduzidas”, diz.

De acordo com o estudo, os funcionários do Ministério da Educação tinham remuneração média de R\$ 7 mil em 2008 (valor já atualizado pela inflação). Essa cifra chegou a R\$ 9,7 mil no ano passado.

Enquanto isso, no Ministério da Saúde os vencimentos e vantagens fixas eram de R\$ 5,6 mil há dez anos em média, chegaram a R\$ 7,5 mil em valores de hoje, mas sofreram desvalorização até chegar a R\$ 5,9 mil em 2018.

O aumento real de 38,2% na média dos vencimentos e vantagens fixas no MEC não foi o único fator de pressão sobre as despesas com pessoal. Em 20 anos, o ministério dobrou o número de funcionários: eram 156 mil em 1999 e passaram a 300 mil neste

ano. As contratações foram focadas no ensino federal, e a maior parte delas foi de servidores estatutários, que têm estabilidade e não podem ser demitidos a qualquer momento.

Já no Ministério da Saúde, a remuneração média subiu 6,9% em uma década. Em 20 anos, a pasta perdeu 12 mil funcionários. Mesmo assim, é o segundo maior empregador da Esplanada, com 102 mil agentes públicos – 62% deles com estabilidade e os demais com outros tipos de vínculo (o que inclui médicos residentes e os integrantes do programa Mais Médicos).

Na área de segurança, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem hoje 29 mil agentes públicos, 50% a mais do que em 1999. Nos últimos dez anos, o gasto com pessoal na pasta cresceu 9% acima da inflação, de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 6,9 bilhões.

Estatais. As empresas estatais federais triplicaram suas despesas com funcionários ativos entre 2008 e 2018, passando de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 13,7 bilhões, segundo os dados da IFI. O estudo inclui as estatais que dependem de recursos do Tesouro para pagar suas despesas de custeio e folha, como a Embrapa, a Conab e a Valec.

Hoje, 18 empresas são formalmente dependentes do Tesouro e, por isso, estão sujeitas ao teto remuneratório federal, de R\$ 39,2 mil. No ano que vem, a Telebrás também passará a ser uma estatal dependente do Tesouro Federal - o que significa que terá de contar com recursos do orçamento para pagar sua folha e despesas de custeio.

Os dados da IFI mostram que, quando há participação do capital privado, o aumento de gastos com pessoal é mais comedido. A despesa com folha das sociedades de economia mista cresceu 75% em dez anos, passando de R\$ 1,6 bilhão em 2008 para R\$ 2,8 bilhões no ano passado.

No caso das empresas públicas, em que a União é a única acionista, a fatura triplicou. Passou de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 10,9 bilhões no mesmo período.

[topo](#)

CARTA CAPITAL - SP - CAPA PORTA DA RUA, SERVENTIA DA CASA APÓS OITO MESES DE DESASTRE, ABRAHAM WEINTRAUB ESTÁ COM UM PÉ FORA DO CARGO. MAS A MERCANTILIZAÇÃO DO SETOR TENDE A AVANÇAR

Abraham Weintraub tirou a barba, pegou a família e foi viajar. Há boas chances de que não volte a ser ministro da Educação depois da férias, uma boa-nova de Natal. Em conversa no ministério com um dirigente de uma instituição privada pouco antes de deixar Brasília, comentou que sua passagem pelo cargo acabou e que gostaria de disputar uma eleição. A história foi relatada por esse dirigente nos corredores do MEC e houve servidor que deu risada do motivo alegado para a possível saída de Weintraub, sonhos eleitorais.

A verdade seria que o economista de 48 anos teria sido avisado pelo Palácio do Planalto de que não continuará na pasta em 2020, mas que era preciso definir seu sucessor antes da demissão, daí o ministro ter saído de férias meio às pressas no sábado 14, gesto de contrariedade, mas que dá tempo ao Planalto. Entre os funcionários da pasta, circula que seu substituto será o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, de quem o economista foi

braço direito no início do governo Jair Bolsonaro.

Uma troca que, se confirmada, vai chamuscar o brilho do conto de Natal sobre a degola do monarquista, grosseirão e misógino Weintraub. Lorenzoni é deputado pelo DEM, assim como o ministro da Educação do governo Michel Temer, Mendonça Filho. Sua ida para o MEC significaria renovar a aposta na mercantilização do ensino, a tentativa de facilitar a atuação de empresas nesse cobiçado negócio contemporâneo. Bolsonaro é a favor desses objetivos, para os quais conta com o ímpeto do ministro da Economia, Paulo Guedes, investigado pelo Ministério Público Federal por causa de uma quantia que no passado arrancou de fundos de pensão estatais para investir no setor. Irmã do Chicago Boy pinochetiano, Elizabeth Guedes é presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares, a Anup, e não sai do MEC.

O problema é que, com Weintraub, um taleban, a pasta priorizou um delirante combate ao comunismo e à maconha, declarou guerra às universidades federais e seus professores e exibe má vontade com a ONU. É demais para o grande capital. Um estorvo ao que interessa, lucros. “Investir em educação não é uma questão de esquerda ou de direita”, vaticinou o bilionário Jorge Paulo Lemann em uma rara entrevista, no domingo 15, a O Globo. Repetiu palavras pronunciadas em um evento do mercado financeiro em julho. “O Brasil precisa brigar menos e investir mais em educação.” Com 104 bilhões de reais, Lemann é uma das maiores fortunas do País, um dos sócios da AmBev e do Burger King.

A fundação que leva seu nome, uma entidade filantrópica, financia jovens com bolsas de estudo em universidades como Oxford, na Inglaterra, e Columbia, nos Estados Unidos. E divulga estudos sobre a desigualdade entre alunos ricos e pobres. Dois deputados cujos estudos foram bancados por Lemann, Tábata Amaral, do PDT paulista, e Felipe Rigoni, do PSB capixaba, atuaram para minar Weintraub ao longo do ano. A síntese dessa investida está em um relatório de 296 páginas entregue ao ministério na terça-feira 17.

O relatório é o produto de uma comissão de vigilância do ministério proposta por Tábata em 16 de abril, uma semana após a posse de Weintraub. A deputada foi a coordenadora da comissão e Rigoni, o relator. Segundo o documento, o MEC foi marcado neste ano por planejamento e gestão “frágeis” e “insuficientes para dar conta dos desafios educacionais”, por equipes sem experiência, por planos vagos, caso da alardeada prioridade à alfabetização. Faltam política de formação de professores e “transparência” na formulação do Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio.

E sobram riscos à autonomia universitária na escolha de reitores federais e com o Future-se, vedete da gestão Weintraub para mercantilizar o ensino superior público que até agora não vingou. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo acaba de rejeitar a adesão ao programa por temer a subordinação a “critérios empresariais de avaliação de desempenho, correndo, entre outros riscos, o de se transformarem em plataformas de capitalização de instituições privadas”.

A Fundação Lemann financia a Fundação Estudar e esta deu bolsas a Tábata e Rigoni. A iniciativa do bilionário dissemina uma visão mercantil da educação e da vida, conforme um estudo feito em 2018 e divulgado no início de 2019 por duas professoras da Universidade Federal Fluminense, Jennifer Nascimento Pereira e Olinda

Evangelista.

A pesquisa intitula-se “Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann”. A Fundação Lemann seria uma camuflagem política. Atua, diz o estudo, “em favor de interesses políticos e econômicos particulares revestidos de universais, em razão da transformação da educação em bandeira pró-democrática”. Para chegar a essa conclusão, o estudo examinou o tipo de abordagem que a Associação Nova Escola deu à elaboração da Base Nacional Comum Curricular. Controlada pela Fundação Lemann, a Nova Escola é uma startup produtora de conteúdo impresso e online para professores.

A chamada BNCC, que precisa ser seguida em todas as escolas, foi aprovada no fim de 2017, com Mendonça Filho no MEC, após uma década de debate. Para as pesquisadoras da UFF, a Nova Escola tentou mostrar que a elaboração da BNCC foi democrática e com consultas a professores da rede pública, o que não seria verdade, e depois culpou esses mesmos professores pela demora em tirar as coisas do papel.

O resultado, afirma o estudo, foi uma base curricular que criou um “professor gerenciado”, ou seja, engessado, e que difunde uma “consciência burguesa na mente das camadas subalternas”, ao associar ações docentes às demandas capitalistas.

A BNCC colabora com a mercantilização da educação, mas enfurece o bolsonarismo. Os radicais apoiadores do presidente veem nela uma espécie de tação da ONU para disseminar pelo mundo certos conceitos e valores. “Padroniza aspectos tão detalhados da educação que pouco ou nenhum espaço há para escapar de uma educação doutrinária”, escreveu um site bolsonarista, o Senso Incomum, que tem como um de seus cabeças um assessor especial de Bolsonaro, Filipe Martins, da área internacional do Planalto.

Uma amiga de Martins, Bruna Luiza Becker, como ele discípula do “guru” Olavo de Carvalho, foi do ministério antes de Weintraub e tem dito que o ministro colaborou para a BNCC entrar em vigor. “Mentiras” de uma “militante que eu raquetei do MEC em minha primeira semana”, escreveu ele no Twitter. “Bruna Luiza estava no MEC e deixou acontecer a BNCC”, prosseguiu o taleban, “tenho mitigado seus efeitos”.

Na véspera das férias, Weintraub tomou providências num episódio em que a Fundação Lemann desponta no final. Mandou pôr para fora do ministério uma equipe de tevê que estava lá há anos a produzir a TV Escola, canal do governo aos cuidados da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, a Acerp. O contrato de cinco anos vencia em dezembro e Weintraub decidiu não renovar. Seria desperdício de dinheiro, 70 milhões de reais por ano, com algo que ninguém vê. “Uma programação totalmente de esquerda, ideologia de gênero, dinheiro público para ideologia de gênero. Então, tem que mudar”, referendou Bolsonaro. A Acerp tinha uma decisão judicial contra o despejo. A liminar foi cassada num dia, o despejo veio no outro.

O bolsonarismo entrou em parafuso. O tal site Senso Incomum chamou Weintraub de “Weintrouble”, trocadilho com a palavra “problema” em inglês (trouble), por antever que a TV Escola passaria à EBC, a emissora pública que o bolsonarismo acha um antro esquerdista. E Lemann? Sua fundação apresentou uma plataforma de streaming, do tipo Netflix, para o lugar da TV Escola. Em uma audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, no dia 11, Weintraub pareceu dar uma estocada no

bilionário, embora sem mencioná-lo. Falou contra “monopólio e oligopólio”, contra “esses George Soros brasileiros”. Soros: bilionário húngaro dado a filantropias globalistas, que é como o bolsonarismo vê Lemann.

Economista neoliberal, Weintraub comentou na comissão: “Existem, sim, instituições querendo ter uma participação de mercado, um market share, que lhe dá características de poder de mercado, que é mimetizando um monopólio. Eu defendo escolas comunitárias, sem fins lucrativos”. Estranho. Ele mesmo botou no MEC a maior empresa de educação do Brasil e uma das maiores do mundo, a Kroton, dona de uma penca de universidades, como as redes Anhanguera e Pitágoras, e que tem se expandido para a educação básica.

Em 26 de abril, com menos de três semanas no cargo, Weintraub nomeou como seu assessor especial um dos advogados da Kroton, Sérgio Henrique Cabral Sant’Ana, da Covac Sociedade de Advogados. Em 8 de novembro, indicou outra advogada do grupo, Kathleen Ferrabotti Matos, também ex-Covac, para a diretoria de supervisão da educação superior. Esta nomeação está sob exame da Comissão de Ética da Presidência, a pedido do PSOL. É um cargo que, entre outras funções, dá aval ao funcionamento de faculdades particulares. Hoje, 75% das vagas no Ensino Superior são privadas. “É conflito de interesses, tráfico de influência”, avalia o líder do PSOL na Câmara, o paulista Ivan Valente, professor de carreira.

A Kroton, registre-se, é filiada à Anup, a associação das universidades particulares comandada por Elizabeth Guedes. Em julho, Bolsonaro nomeou a irmã do ministro da Economia para o conselho do Pátria Voluntária, programa oficial de estímulo a ações voluntárias. Curiosidade: um outro irmão de Paulo Guedes, Gustavo, foi condenado no passado pela CVM, o “xerife” do mercado acionário, por usar informação privilegiada.

Kathleen Matos substituiu uma servidora, Gildete Dutra Emerick, que não ocupava exatamente o mesmo cargo, mas função similar. Emerick foi demitida por Weintraub em 15 de outubro. CartaCapital apurou que a exoneração foi pedida por Sant’Ana. Este havia pedido à servidora um parecer com base técnica para o ministério descredenciar a Universidade Brasil. Em setembro, a tal universidade viu-se metida em um escândalo de venda de vagas em cursos de Medicina e de bolsas do Fies. Emerick achava possível corrigir o problema sem prejudicar os demais alunos e não aceitou preparar o parecer encomendado. Sant’Ana, segundo fontes do MEC, teria a intenção de enfraquecer faculdades pequenas

para facilitar a aquisição pela Kroton. Ao comparecer perante os deputados na quarta 11, Weintraub esteve pela segunda vez na Câmara na condição de convocado, sempre um constrangimento. A primeira havia sido em maio, após anunciar o corte de verba de três universidades federais por “balbúrdia”, a UnB, de Brasília, a UFBA, da Bahia, e a UFF. Como a perseguição tinha ficado escancarada, resolveu tesourar 30% de todas as universidades, o que levou estudantes a protestos em 15 e 30 de maio.

A convocação de agora também foi inspirada pelo ridículo. Em 22 de novembro, Weintraub disse a um site bolsonarista, o Jornal da Cidade, que havia plantação de maconha e produção de drogas sintéticas nas universidades federais. No dia seguinte, citou duas delas no Twitter, a UnB e a Federal de Minas Gerais.

A Andifes, associação nacional dos reitores, entrou com uma ação judicial contra o ministro, que foi intimado. Por iniciativa da oposição, Weintraub foi convocado pelos deputados para se explicar. E não voltou atrás. Repetiu tudo.

A UnB segue como símbolo da perseguição do ministro e do governo, e não só pelo caso da “maconha”. No fim de novembro, Bolsonaro recebeu Marcelo Hermes Lima, líder dos “docentes livres” da UnB, eufemismo para direitistas e opositores da reitora progressista Márcia Abrahão Moura. A universidade acaba de ter a nota de seus cursos rebaixada pelo MEC de 5 para 4, após anos com nota máxima. Não reconhece o rebaixamento, que diz ser obra de “um centésimo”, e tenta reverter a decisão.

Em 9 de dezembro, Weintraub esteve no Tribunal de Contas da União em reunião com o ministro Walton Alencar. Quatro horas antes, Márcia Moura recebera um e-mail com uma dica. Weintraub pediria a Alencar que reprovasse as contas da UnB. Questionado por CartaCapital sobre a reunião, o MEC não quis comentar. Weintraub também fugiu do assunto ao comparecer à Câmara. “Foi um ano trágico para a educação, um ano gasto com guerra cultural, e quem perdeu não foi a esquerda, foi o Brasil.

O Ricardo (Vélez Rodríguez, ministro de janeiro a abril) era ruim, mas o Weintraub é trágico, não entende nada de educação, não sabe diferenciar bolsa da **Capes** de bolsa do CNPq”, afirma Margarida Salomão, reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora de 1998 a 2006, hoje deputada federal pelo PT de Minas e coordenadora da frente parlamentar em defesa das universidades públicas. Exemplo fresco de guerra cultural: na segunda-feira 16, Bolsonaro voltou a atacar Paulo Freire, desde 2012 patrono, por lei, da educação brasileira. “Energúmeno, ídolo da esquerda”, atacou. A Câmara dos

Vereadores de Salvador seguiu o embalo e tirou o nome de Freire de uma escola municipal. Morto em 1997, aos 76 anos, o pernambucano é considerado pela Unesco, agência da ONU para educação, um dos maiores educadores da história. É um dos campeões de citação em pesquisas acadêmicas na área de humanas. Seu livro, A Pedagogia do Oprimido, foi traduzido para mais de 40 línguas. Talvez por isso o Senado, após o coice presidencial, tenha resolvido homenagear Freire com uma sessão especial em maio de 2020, mês de sua morte. Uma proposta do líder do PDT, Weverton Rocha, do Maranhão. A viúva

do pernambucano, a também educadora Ana Maria Freire, de 86 anos, devolveu a patada de Bolsonaro: homem “nefasto”, “sem nenhum pudor e caráter”. Salomão espanta-se com dois aspectos em particular da gestão Weintraub. Nada a ver com questões de personalidade do sujeito que, ao chamar de “primeiro golpe de Estado” no Brasil a Proclamação da República, reagiu assim a uma internauta que havia dito que ele seria “bobo da corte”, se o Brasil voltasse à monarquia: “Prefiro cuidar dos estábulos, ficaria mais perto da égua sarnenta e desdentada da sua mãe”.

O ministro, diz a deputada, não dá bola para a formação dos professores, ao contrário, sabota-os ao brigar com as universidades federais. Uma pesquisa clássica no Brasil, lançada em livro em 1980, da pedagoga Sonia Kramer, concluiu que o professor brasileiro não gosta de ler. “Como pode um professor que não gosta de ler e de escrever, que não sente prazer em desvendar os sentidos de um texto, tornar seus alunos pessoas que gostem de ler e escrever?”, disse Kramer certa vez. Segundo espanto de Salomão: “O Weintraub é o primeiro ministro da história a pedir menos dinheiro para a educação.

Até na ditadura, talvez por vaidade, os ministros pediam mais”. Em 2019, o MEC tinha 122 bilhões de reais de orçamento. Em 2020, terá 102 bilhões, conforme aprovado nos últimos dias pelo Congresso, 20 bilhões, ou 20%, a menos. Uma verba que subiu sem parar nos anos 2000 e no início da década atual, mas ainda distante das necessidades.

O Brasil gasta por ano 2,5 mil dólares por habitante com educação, metade do valor de Portugal e da Hungria, um quarto do valor dos Estados Unidos (9,3 mil), conforme dados da CIA coletados por um professor da Universidade Federal de Goiás, Nelson Cardoso Amaral, e apresentados em outubro ao Congresso. Não espanta que tantos, na oposição e no governo, queiram Weintraub longe do Planalto Central. •

topo ↕

A CRÍTICA - AM - ENTREVISTA

Ufam será uma instituição internacionalizada

Sylvio Mário Puga Reitor

Reitor da UFAM, Prof. Associado 4 do Departamento de Economia e Análise da Faculdade de Estudos Sociais. Economista do Ano (2018) pelo Conselho Regional de Economia do Amazonas.

Cortes no orçamento e declarações questionando a atuação das instituições públicas de ensino superior. Embora este seja o cenário refletido em nível nacional desde quando o governo federal anunciou, em abril de 2019, o contingenciamento de R\$ 1,7 bilhão em verbas nas instituições públicas do País, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), que alcançou nota 4 no Enade, mostrou como é possível fazer ciência em tempos de instabilidade, e que a função da universidade pública vai além das salas de aula. O reitor da Ufam, professor doutor Sylvio Puga disse em entrevista ao A CRÍTICA que é preciso ampliar os investimentos em educação, e o acesso à universidade federal. Puga fez ainda um balanço do que foi este ano para a instituição, ressaltando as expectativas para 2020.

Qual balanço o senhor faz do ano de 2019 para a Ufam?

Foi um ano muito positivo. Nós tivemos 3 avaliações externas. Avaliações do Ministério da Educação e Cultura. Em todas elas alcançamos notas superiores às notas que historicamente apresentávamos. Posso falar da nota da Educação à Distância (nota 4). Depois veio outra comissão tratar do recredenciamento institucional, que também era um quesito de avaliação e obtivemos a nota 4. Na semana passada o MEC divulgou o índice geral de cursos, cuja nossa nota historicamente era 3, e passamos ao patamar de nota 4. Isso nos coloca numa posição privilegiada das universidades. No Índice Geral de Cursos (IGC), por exemplo, somente 21% das instituições alcançam essa nota, entre públicos e privados.

Como a Ufam conseguiu alcançar estes feitos, mesmo com cortes anunciados na ciência e na educação?

Tão logo o contingenciamento foi anunciado, dissemos que no primeiro semestre não sofreríamos grandes problemas em relação a isso, como realmente aconteceu. O impacto aconteceria no segundo semestre. Então nos preparamos para o segundo semestre, quando a partir de um planejamento estratégico formulado pela pró-reitoria de planejamento junto com a pró-reitoria de administração nos preparamos para qualquer cenário que pudesse ser colocado. Em função desse planejamento minimizamos naquele momento os impactos do contingenciamento e final de setembro esse recurso começou a

retornar para a universidade. É fruto do planejamento estratégico que a universidade fez.

Qual o orçamento anual da universidade e como é distribuído?

O orçamento da universidade global é R\$ 720 milhões. O orçamento do HUGV é R\$ 80 milhões. No total, trabalhamos R\$ 800 milhões. E aí tem 3 itens. Pessoal: ativo, inativo, aposentado, pensionista, que é o maior dentro desse conjunto; Investimento: em obras, que temos várias aqui; e Custeio: manutenção da universidade em despesas como água, luz, telefone, etc. O contingenciamento aconteceu no quesito custeio. E foi aí que trabalhamos para que não tivessemos impactos na instituição. Ano a ano, quando é aprovado o orçamento geral da união, há um valor destinado para a universidade, para o pessoal, investimento e custeio. As bolsas de mestrado e doutorado têm o financiamento estadual através da Fapeam e o financiamento federal através da **Capes** e do CNPq. Temos 560 bolsas do programa de iniciação científica que nós tiramos do nosso orçamento ao longo do ano.

Alguns grupos da sociedade, como os povos indígenas, têm sido alvo de constantes debates. Qual o papel da Ufam nesse processo?

Uma pesquisa nacional mostrou que nós somos a oitava universidade brasileira com o maior número de afrodescendentes. Temos políticas de inclusão e trabalhamos fortemente para que mais alunos tenham acesso à universidade. Muitos alunos são abrigados nos nossos programas de assistência estudantil, que lhes permitem realizar o curso, seja com auxílio moradia, auxílio de material didático, seja com o próprio auxílio no restaurante universitário. Temos diversos auxílios que mantêm alunos ao longo da sua vida acadêmica na instituição. Trabalhamos permanentemente não só na manutenção dos auxílios mas também para a ampliação deles.

Quais projetos voltados à comunidade a Ufam oferece?

O diálogo com a comunidade é junto com a Proexti. São mais de 600 projetos em execução. Um deles é voltado à acolhida aos venezuelanos. Há uma ação da pro-reitoria de extensão. É uma questão social na nossa cidade.

De acordo com o IBGE, menos de 15% dos brasileiros possuem diploma de Ensino Superior. Como mudar essa realidade?

Precisamos ampliar a universidade pública brasileira. Isso é uma questão fundamental, não somente na forma tradicional, mas temos também a educação à distância. A universidade pública precisa ser expandida nas suas mais diversas formas. Temos a unidade Manaus e cinco unidades acadêmicas no interior e, isso, é também uma política de inclusão social, na medida que muitas daquelas pessoas passam a ter acesso ao Ensino Superior nas suas cidades. Benjamin Constant, Coari, Itacoatiara, Parintins e Humaitá.

Qual o peso social de um diploma de Ensino Superior?

O diploma de uma universidade federal faz uma enorme diferença na vida das pessoas. Primeiro pela tradição da própria universidade e segundo pela qualidade dos seus cursos. Terceiro, por tudo que o aluno pode absorver nessa trajetória. Sabemos que a nossa universidade tem credibilidade e respeito, fruto do trabalho histórico que construímos esse conceito buscando ampliá-lo. Temos mais de mil doutores na instituição. Temos premiações internacionais recentes, nosso vice-reitor recebeu uma premiação única. Assinamos um convênio inédito com uma universidade da China. Temos curso de mandarim na Ufam, que será uma universidade internacionalizada.

Vamos levar para o mundo o que é produzido aqui.

Quais são as metas da Ufam para 2020?

Ampliar a internacionalização da universidade; ampliar os programas de inclusão social e procurar ampliar as parcerias com os parceiros atuais e buscar novos parceiros; ampliar a pós-graduação. Também temos um compromisso com a interiorização, levar a educação para os interiores. Agora com os mil doutores e as avaliações positivas, amplia nossa responsabilidade social. Vejo 2020 como um ano muito promissor para a instituição. Vamos enfrentar os desafios e as demandas que vão surgir naturalmente.

O que falta para o Brasil em termos de universidade pública?

Precisamos de investimentos e ampliar parcerias. Fizemos parcerias com a Suframa oferecendo um curso de mestrado, com a Aleam criando uma especialização, por exemplo. Tudo isso prova que importantes instituições estão vindo na universidade, no seu corpo docente oportunidades para parcerias. Essa é uma marca da nossa gestão. Trabalhar sempre em parcerias. Sozinho não se consegue avançar.

As metas do reitor são: ampliar a internacionalização da universidade, os programas de inclusão social e buscar novos parceiros

topo ↕

A TARDE - BA - BAHIA

MEC gasta mais que MS com a folha

Considerados prioritários e com garantia constitucional de aplicação mínima de recursos, os ministérios da Saúde e da Educação receberam tratamentos diferentes na política de pessoal da União nos últimos dez anos. Enquanto o gasto com a folha na Educação avançou em aumentos salariais e contratações, a Saúde viu seu quadro de pessoal encolher e a média da remuneração estagnar em uma década.

Dados levantados pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado mostram que o MEC foi responsável por 79,4% do crescimento dos gastos com pessoal ativo na União nos últimos dez anos. A despesa da pasta com folha de pagamento saltou de R\$ 21 bilhões em 2008 para R\$ 48 bilhões em 2018, na esteira da expansão das universidades públicas e dos institutos federais. No mesmo período, o gasto com remunerações na Saúde caiu de R\$10,1 bilhões para R\$ 9,9 bilhões. Dados estão atualizados pela inflação.

Além de refletir a disparidade de tratamento entre os dois ministérios, o resultado do estudo da IFI serve de alerta no debate da reforma administrativa que o governo pretende apresentar ao Congresso Nacional. A intenção da área econômica é reduzir os salários iniciais e aumentar os "degraus" na carreira para se chegar à remuneração mais elevada. Para a instituição, é preciso ser cauteloso para não incorrer em "generalizações e simplificações" ao discutir a reformulação das carreiras.

"O MEC é o que mais gasta e que mais tem gente", diz Alessandro Casalecchi, analista da IFI. Ele ressalta que é preciso considerar que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), apesar de vinculada ao MEC, presta serviços para o Sistema Único de Saúde (SUS). "Em sentido contrário, a Fundação Nacional de Saúde teve suas despesas de pessoal reduzidas", diz.

De acordo com o estudo, os funcionários do MEC tinham remuneração média de R\$ 7

mil em 2008. Essa cifra chegou a R\$ 9,7 mil no ano passado. Enquanto isso, no MS os vencimentos e vantagens fixas eram de R\$ 5,6 mil há dez anos em média, chegaram a R\$ 7,5 mil em valores de hoje, mas sofreram desvalorização até chegar a R\$ 5,9 mil em 2018.

Em 20 anos, o MEC dobrou o número de funcionários: eram 156 mil em 1999 e passaram a 300 mil neste ano. Já no MS, perdeu 12 mil funcionários no período.

[topo](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Estudante precisará tirar 400 pontos na redação do Enem

Antes, a exigência era que o candidato não zerasse a redação; mudanças, segundo o MEC, foram para garantir meritocracia e para reduzir alto índice de inadimplência no financiamento

FIES

Para conseguir o Fundo de Financiamento Estudantil, o Fies, o estudante agora precisa garantir, no mínimo, 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Antes, bastava que o candidato não zerasse a prova. A mudança foi aprovada pelo Comitê Gestor do Fies e começa a valer na próxima aplicação do exame. A nota média de 450 pontos nas provas objetivas continua valendo.

Outra mudança anunciada foi que, a partir de 2021, o número de vagas para o financiamento será reduzido. Passará de 100 mil vagas, em 2020, para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. O Ministério da Educação garantiu que os valores serão revistos a cada ano e que haverá possibilidade de retornar ao número de 100 mil vagas, caso haja alteração nessas variáveis.

Também ficará mais difícil mudar de curso dentro da instituição. Para isso, o estudante precisará atingir um resultado igual ou superior à nota de corte do curso desejado.

Entre as justificativas para as mudanças, segundo o MEC, está a de “garantir a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados.” O alto índice de inadimplência do Fies, que oferece financiamento a estudantes de baixa renda em instituições de ensino superior particulares, também está entre os motivos.

*Com informações Agência do Rádio

[topo](#)

O DIA - RJ - ECONOMIA

Vestibular social gratuito

Para promover o estudo, a Fundação Cecierj está com dez mil vagas para curso extensivo

Decidir a carreira profissional e ao mesmo tempo se dedicar aos estudos para o vestibular são duas tarefas super importantes na vida de um estudante. E para ajudar na preparação do começo da vida profissional, a Fundação Cecierj está com mais de dez mil vagas para o curso Extensivo 2020 do Pré-Vestibular Social (PVS). Os candidatos têm até o dia 9 de fevereiro do ano que vem para fazer a inscrição.

Totalmente gratuito, o projeto tem o objetivo de atender jovens sem a possibilidade de pagar um curso preparatório. Para o presidente da Fundação Cecierj, Gilson Rodrigues, o PVS oferece o preparo necessário para quem pretende concorrer a uma vaga na universidade.

"Sabemos que o acesso ao Nível Superior exige conhecimento e organização de estudos que muitos não conseguem ter por conta própria, nem pagar por isso. Assim, pensamos em um curso que permita o preparo necessário para concorrer a uma vaga na universidade", afirma Rodrigues.

Além do enfoque para o vestibular, o curso também é voltado a aqueles que desejam aprovação em concurso público. A fundação oferta material didático impresso para todos os estudantes aprovados.

VAGAS DISPONÍVEIS

As vagas estão disponíveis em mais de 50 polos de ensino. Podem se inscrever candidatos que, em 2020, estiverem matriculados no último ano do Ensino Médio, ou tenham concluído o Ensino Médio Regular ou equivalente. No ato do cadastro, os interessados devem estar atentos, pois cada candidato só poderá se inscrever uma única vez, para um único polo, em uma das vagas do seu interesse definidas no edital.

Confira como se inscrever

O resultado do processo será divulgado no dia 2 de março do ano que vem, após as 18h. Candidatos que tiverem as suas inscrições indeferidas poderão pedir recurso entre os dias 14 e 16 de fevereiro.

Lembrando que não será aceito envio de documentos nesse período nem fora do prazo de inscrições.

Já a lista final de convocados por polo será publicada em 10 de março, também após as 18h. Todos os resultados estarão disponíveis para consulta no site <http://www.cecierj.edu.br/pre-vestibular-social/>.

Os candidatos devem fazer a solicitação de inscrição por meio de um formulário disponível no site [cecierj.edu.br/pre-vestibular-social/](http://www.cecierj.edu.br/pre-vestibular-social/). A seleção será feita por meio de análise socioeconômica.

Recomendações para um bom estudo

O curso será ministrado entre o dia 14 de março e 28 de novembro do ano que vem. As aulas presenciais terão as matérias de Português e Literatura Brasileira, Redação, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia e História. Enquanto as disciplinas de Inglês e Espanhol serão realizadas na modalidade de ensino a distância (EaD).

Para percorrer o caminho para o vestibular e conseqüentemente a entrada para uma universidade, a diretora da Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio (ABRH-RJ), Grace Paul, sugere algumas recomendações para o plano de estudo dos estudantes que vão tentar a vaga.

"Vale ensinar o assunto para alguém e usar cartões com tópicos da matéria espalhados por lugares de fácil visualização. Além disso, o estudante fazer uma gravação dele mesmo, explicando o assunto", orienta. Além disso, a diretora da ABRH-RJ sugere que os estudantes escrevam sobre o que foi lido durante o estudo, pois, segundo ela, a escrita ajuda a memorizar o conteúdo que foi passado.

Por último, quando o estudante perceber que se distraiu no momento do estudo, ele deve fazer uma pequena pausa. "Para complementar as aulas, é importante que o candidato estude um assunto de cada vez em casa e cronometre o tempo em que está concentrado em uma leitura para aumentar gradativamente o tempo de estudo", finaliza.

Uma assinatura que vale muito

Contribua para mantermos um jornalismo profissional, combatendo às fake news e trazendo informações importantes para você formar a sua opinião. Somente com a sua ajuda poderemos continuar produzindo a maior e melhor cobertura sobre tudo o que acontece no nosso Rio de Janeiro.

topo ↕

O LIBERAL - PA - COLUNAS

Doutorado

A Universidade do Estado do Pará publicou edital, em caráter de fluxo contínuo, para a admissão de inscrições no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Biologia Parasitária na Amazônia, visando o preenchimento de vagas complementares, referente à demanda específica direta dos orientadores cadastrados no referido Programa.

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

Qual a melhor forma de rotular alimentos ultraprocessados?

Novas evidências mostram que práticas como o uso de ‘semáforo’ na embalagem pode gerar efeitos indesejados. Pesquisas precisam embasar mudanças pretendidas pela Anvisa

Você consegue compreender a composição dos alimentos no atual sistema de rotulagem no Brasil? Pois é: ela é incompreensível não apenas para você, mas para a maioria dos consumidores. Diante disso, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense – do qual faço parte –, junto com cientistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade de São Paulo, da Universidade de Granada, na Espanha, e de Harvard, nos Estados Unidos, resolveu estudar a rotulagem brasileira e internacional com o intuito de entender melhor quais características dos sistemas propostos informam de forma eficaz os consumidores.

Os produtos ultraprocessados, como refrigerantes, biscoitos e sopas instantâneas, além de serem muito palatáveis, práticos e duráveis, tornam-se ainda mais atrativos com a ajuda da propaganda. A maior exposição da população ao consumo de alimentos ultraprocessados está associada ao estímulo irrestrito de propaganda, e é importante entender a relação entre ferramentas utilizadas pela publicidade e o efeito que têm sobre consumidores, para alertá-los e propor legislações mais adequadas no sentido de proteção da sociedade, uma vez que esses produtos fazem mal à saúde.

Os fatores motivacionais que iniciam, sustentam e direcionam nosso comportamento podem ser implicitamente guiados, sem que percebamos, por pistas do ambiente. Pistas contidas na propaganda publicitária e embalagem de alimentos ultraprocessados, como a imagem de uma pessoa comendo, o design da embalagem ou a utilização de personagens infantis, podem aumentar o desejo de consumo de maneira não consciente. Por isso é relevante agregar conhecimento científico interdisciplinar na elaboração de ações que visem a promoção da alimentação saudável e a inibição do consumo de alimentos não saudáveis.

O tema é especialmente importante para o Brasil, que atualmente avalia uma revisão das normas de rotulagem nutricional de alimentos conduzida pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). As propostas de aprimoramento da rotulagem nutricional devem ser acompanhadas de evidências científicas que as embasam. Nesse sentido, ainda é importante ressaltar que vários grupos de pesquisa sediados no Brasil se dedicam a fornecer evidências importantes em diferentes áreas do conhecimento, que visam atender às necessidades práticas e imediatas no âmbito da saúde pública, reduzindo o gasto de tempo e recursos. Informações oriundas desses estudos apoiam os sistemas de rotulagem em forma de advertência, como a proposta apresentada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Um modelo de rotulagem semelhante é empregado atualmente no Chile, e vários estudos têm apontado a sua eficácia. A falta de embasamento científico pode abrir margem para a aprovação de outros modelos que, além de não favorecerem a população, podem acabar implicitamente incentivando a venda de produtos ultraprocessados pela indústria.

Só para exemplificar, uma das propostas levantadas por diversos países, e já considerada pelo Brasil, é a aplicação de um rótulo na frente da embalagem, em formato de semáforo, indicando a concentração de determinados nutrientes nos produtos, por meio da exibição de códigos de cores vermelha (alto), âmbar (médio) e verde (baixo).

Mas, atualmente, questionamos a eficácia desse modelo. E por quê? Fizemos dois experimentos sobre o efeito das cores desse sistema de rotulagem sobre a resposta emocional dos participantes diante de alimentos ultraprocessados – o primeiro com 78 voluntários, e o segundo com 24 participantes. Eram apresentadas imagens de ultraprocessados precedidas por uma das cores do semáforo nutricional. A resposta emocional às imagens apresentadas era aferida por meio de escalas psicométricas e da resposta cerebral dos participantes, capturada pela técnica de eletroencefalografia.

Os resultados demonstraram que as cores do sistema de rotulagem em forma de semáforo podem gerar um efeito indesejado: os participantes se sentiram mais atraídos pelos produtos doces quando pareados com a cor vermelha. Essa cor pode predispor, sem que o consumidor perceba, uma aproximação a produtos ultraprocessados de sabor doce, por meio de uma associação implícita entre os sentidos da visão e paladar.

Esse efeito é contrário ao desejado. Como o uso do vermelho em sistemas de rotulagem nutricional é muito frequente, esses achados trazem uma nova visão sobre o design de sistemas para a saúde pública.

A cor vermelha pode ter sido associada evolutivamente ao sabor doce como uma forma de facilitar a detecção de frutos maduros em meio à folhagem verde. Essa associação vem sendo explorada pela indústria para definir a cor da embalagem dos seus produtos. A novidade do estudo está em aplicar essa mesma teoria no teste de sistemas de rotulagem a serem implementados pelos setores de saúde pública na embalagem de produtos ultraprocessados.

Como os consumidores não percebem que as suas escolhas podem ser influenciadas por essa associação, são necessárias técnicas capazes de capturar as reações implícitas dos participantes, como a eletroencefalografia. Infelizmente, essas técnicas ainda são muito

pouco empregadas em estudos de saúde pública.

Os resultados do nosso grupo acabam de ser publicados em artigo de um periódico considerado de alto impacto, intitulado “Food, Quality and Preference” (Comida, Qualidade e Preferência), do Grupo Elsevier, e podem subsidiar especialistas no assunto, legisladores e a sociedade civil para que, mais uma vez, não incorramos em erros difíceis de serem revertidos.

Isabel David é pesquisadora da Universidade Federal Fluminense, coordenadora de projeto Jovem Cientista do Nosso Estado pela Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro). O projeto recebeu recursos da Fundação do Câncer, do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Educação, Amazônia e PSL: as maiores crises do 1º ano de Bolsonaro
Primeiro ano do governo foi marcado por crises intensas em áreas educacional, ambiental e política; relembre

São Paulo — Se o governo de Jair Bolsonaro fosse um casamento, como ele costuma declarar, a relação seria vista como turbulenta para um primeiro ano de união.

Perto de completar doze meses no cargo, a avaliação negativa de sua gestão está em 38%, um salto de 11 pontos desde abril, contra aprovação em 29%, segundo a última pesquisa da CNI/Ibope.

Pelo menos parte disso pode ser atribuído a alguns episódios de forte tensão. Três deles dominaram os debates e, em duas situações, tomaram as ruas: o contingenciamento na educação, as crises no meio ambiente e o rompimento com o PSL.

Segundo os entrevistados pela CNI-Ibope, depois de saúde, tema historicamente desafiador, meio ambiente e a educação são as duas piores áreas de atuação do governo, com desaprovação de 54% e 51%, respectivamente.

Dentre os ministros que são mais conhecidos pela população, aqueles com avaliação mais negativa, segundo o Datafolha de dezembro, também são Ricardo Salles, da pasta do Meio Ambiente, com 28% de reprovação, e Abraham Weintraub, à frente da Educação, com 31%.

Veja a retrospectiva de EXAME das principais complicações dos episódios.

Contingenciamento de verbas e corte nas bolsas

Assim que assumiu o Ministério da Educação (MEC), em abril, o ministro Abraham Weintraub contingenciou recursos tanto da educação básica quanto das universidades federais em meio à frustração de receitas previstas.

Ao menos R\$ 2,4 bilhões para programas da educação infantil ao ensino médio foram bloqueados. Ele também anunciou um contingenciamento de 30% no orçamento de universidades federais que promovessem “balbúrdia” e tivessem desempenho acadêmico abaixo do esperado.

Além do corte no repasse para as federais, 3,4 mil bolsas para estudantes de mestrado, doutorado e pós-doutorado oferecidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** também foram suspensas.

Todas as alterações foram anunciadas com dias de diferença em uma área que já era vista como foco de problemas após a passagem de Ricardo Vélez, indicação de Olavo de Carvalho, pela pasta.

O caldeirão levou estudantes e simpatizantes da causa às ruas de 190 cidades, incluindo todas as capitais, em 15 de maio, no maior protesto registrado neste primeiro ano de governo. Nos meses seguintes, mais mobilizações aconteceram pelo país, como em 30 de maio e 13 de agosto.

Apesar de menor aderência nas ruas, em setembro o MEC anunciou o descontingenciamento de cerca de R\$ 1,990 bilhão no orçamento da pasta.

Em junho, a **Capes** também bloqueou outras 2,7 mil bolsas de pós-graduação, o que resultou em 6 mil financiamentos suspensos. Já em novembro, cerca de 2,4 mil já haviam voltado à ativa e todos os recursos haviam sido descontingenciados.

A Câmara dos Deputados divulgou no fim de novembro um relatório prévio, de 265 páginas, feito por uma comissão parlamentar que indicou paralisia tanto no planejamento quanto na execução de políticas públicas por parte do MEC.

Na lista dos problemas identificados estão desde a falta de ações concretas para o fomento da alfabetização até a alta rotatividade de funcionários comissionados. O MEC alega que programas serão lançados em breve e que o descontingenciamento foi recente.

A coordenadora da comissão, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), avaliou 2019 como um ano perdido na educação.

Weintraub “faz opções ideológicas todos os dias, diz publicamente que está mais preocupado em perseguir fulano e sicrano do que pensar na educação, e cruza os braços. Parece que não é com ele a situação da educação no Brasil”, disse.

Queimadas na Amazônia e óleo no Nordeste

Em julho, o governo começou a ser pressionado pela alta nos dados de desmatamento na floresta amazônica, conflito que levou à exoneração do presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão.

Bolsonaro, que vinha desde a campanha ecoando uma retórica anti-ambiental, acusou os dados do Inpe de serem “mentirosos” e insinuou que Galvão estaria “a serviço de alguma ONG”.

Em agosto, a crise se agravou com a alta nas queimadas da floresta, cujas imagens rodaram o mundo causando revolta e chamando a atenção de celebridades e lideranças

A tensão colocou em cheque até a aprovação do acordo entre a União Europeia e o Mercosul, após um embate de Bolsonaro com o presidente da França, Emmanuel

Macron.

Segundo o Prodes, sistema de satélites que faz o monitoramento anual do desmatamento por corte raso na região, entre 1º de agosto de 2018 e 31 de julho deste ano, o desmatamento na floresta amazônica brasileira cresceu 29,5% sobre o período imediatamente anterior. Foi o pior número em 11 anos.

Com toda a repercussão negativa, o ministro Ricardo Salles anunciou recentemente a intenção de reduzir o desmatamento em 2020 e eliminar o desmate ilegal. Ele não divulgou, no entanto, metas ou prazos

Já o presidente Bolsonaro afirmou que não é possível acabar com o desmatamento e com as queimadas no Brasil, já que elas se tratam de uma questão “cultural”.

O governo também segue aventando propostas vistas com preocupação por ambientalistas, como a liberação de mineração em terras indígenas.

Se não bastasse o desastre na Amazônia, em novembro o litoral nordestino ficou tomado de manchas de petróleo, de origem ainda desconhecida.

Elas se espalharam pelos principais pontos turísticos da região, incluindo as praias de Ponta Grossa, Redoma e Jericoacoara, no Ceará, Boa Viagem, Porto de Galinhas e Praia dos Carneiros, no Recife, e a Foz do Rio São Francisco, em Sergipe.

Segundo o Ibama, este é o maior acidente ambiental da história do litoral brasileiro em extensão.

Sem um plano de ação para conter o avanço do óleo, os moradores da região entraram em campo para conter os estragos. Em imagens que viralizaram nas redes sociais, voluntários recolhem o óleo com as próprias mãos.

Grande parte dos registros mostra que a população não estava usando proteções adequadas para o manuseio, como macacão de corpo inteiro, máscara e botas e luvas de borracha grossa.

A exposição social, que pode acarretar em problemas de saúde ao longo dos anos, intensificou as críticas de omissão do governo.

No meio desta crise, Salles demorou 41 dias para acionar o Plano Nacional de Contingência do governo federal. O documento, elaborado em 2013 para lidar com vazamentos de petróleo em águas brasileiras, designava a Marinha como “coordenadora operacional” das ações de combate às manchas.

Por conta da inércia, há diversos movimentos tentando o afastamento de Salles, por considerarem que ele cometeu crimes de “omissão, negligência, leniência, inépcia, inação, inércia e prevaricação”.

Até agora, segundo o Ibama, 724 localidades foram afetadas pelo óleo, inclusive praias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. 72% dos municípios do litoral nordestino tiveram praias atingidas.

Divórcio do PSL

Ao longo de mais de trinta anos de carreira na política, Bolsonaro já passou por oito partidos e não ficou em nenhum.

Na época da eleição, ele fez um acordo com o presidente nacional do PSL, Luciano Bivar, para concorrer em sua sigla – e acabou ajudando a eleger a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados.

Logo no início do ano, em fevereiro, um dos principais aliados de Bolsonaro, Gustavo Bebianno, foi exonerado do cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência, após ataques de Carlos Bolsonaro.

Bebianno foi coordenador da campanha eleitoral do atual presidente e presidiu o PSL no período. Ele foi o responsável legal por repasses para candidaturas pouco competitivas em Pernambuco, que ficaram conhecidas como laranjas. O presidente Bolsonaro pediu investigação do caso.

No mesmo mês, Bivar já era alvo de uma investigação pela Polícia Federal e o Ministério Público que apurava se ele havia praticado caixa 2 durante sua campanha em Pernambuco.

Além deles, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, já foi indiciado pela PF pelo mesmo esquema, em Minas Gerais, quando ele foi presidente do PSL no estado durante as eleições do no passado.

Segundo a PF, ele tinha controle sobre o repasse de recursos do fundo partidário e pelo menos R\$ 192.950,00 foram desviados no esquema.

Ele segue no cargo, apesar de Bolsonaro insistir no compromisso do seu governo contra a corrupção e colocar o tema como um dos motivos para sua crise com o PSL.

Em agosto, foi a vez da expulsão do deputado federal Alexandre Frota (SP), que vinha fazendo críticas à legenda e ao governo, e chegou a dizer que o presidente era sua “maior decepção”.

O deputado foi criticado, sobretudo, por se abster na votação do 2º turno da Previdência, o que foi considerado uma “traição” à sigla.

A relação entre o presidente e o PSL viria a degradingolar de vez em apenas em uma semana do mês de outubro.

Tudo começou quando o presidente falou para um apoiador “esquecer” o PSL porque Bivar está “queimado pra caramba”. Dois dias depois do alerta ao apoiador, Bolsonaro e mais 21 parlamentares enviaram um requerimento solicitando uma auditoria nas contas públicas dos últimos cinco anos do PSL.

O documento chamava de “precárias” as prestações de contas do partido e afirmava, ainda, que “a contumaz conduta pode ser interpretada como expediente para dificultar a análise e camuflar irregularidades”.

Deputados ligados ao dirigente do partido atribuíram a operação a uma espécie de retaliação do presidente. O delegado Waldir, à época o líder do governo na Câmara, foi uma dos mais críticos à ação — o que rachou o partido em dois: a ala bolsonarista e a ala bivarista.

Começou, ali, uma guerra de listas para destituir Waldir da liderança da sigla e eleger um aliado. Foram mais de sete documentos diferentes avaliados pela Mesa Diretora da Câmara. Entre indas e vindas, a disputa final ficou entre Eduardo Bolsonaro, que assumiu de 21 de outubro a 11 de novembro, e Joice Hasselmann.

Eduardo e outros 17 deputados do PSL sofreram penalidades, entre advertências e suspensões das atividades partidárias, por infringir as regras de disciplina e fidelidade partidária previstas no estatuto e no Código de Ética da sigla. Isso fez com que Joice assumisse.

No entanto, a justiça suspendeu as punições e Eduardo retomou o posto. Até agora, ainda, não há uma certeza sobre quem ficará no comando da sigla.

Os aliados de Bolsonaro, no entanto, protocolaram um pedido para a criação de um novo partido, o Aliança pelo Brasil. Ainda não há assinaturas suficientes (são necessárias menos 491.967 assinaturas em, no mínimo, nove unidades da federação), mas o processo está em tramitação.

Por enquanto, o presidente segue sem partido. É uma situação sem precedentes na democracia brasileira — mas situações inéditas na democracia não faltaram neste um ano de Bolsonaro.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Bolsonaro elogia Weintraub, mas diz que falta dar uma calibrada no discurso Para presidente, o ministro da Educação precisa melhorar a forma como atua nas redes sociais

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro elogiou o desempenho do ministro da Educação, Abraham Weintraub, reprimindo apenas sua atuação nas redes sociais. No último fim de semana, Bolsonaro já havia elogiado Weintraub e dito que não estava prevista nenhuma troca no ministério. Neste sábado, o presidente citou uma das postagens mais famosas do ministro: um vídeo publicado no Twitter em que roda um guarda-chuva e diz que está "chovendo fake news".

— Melhorou demais (o ministério da Educação com Weintraub). Falta dar uma calibrada. Ainda está dando uma de Jair Bolsonaro quando deputado em alguns momentos. Já falei para ele dar uma segurada aí. Faz o que tem que fazer, não faz o que eu fiz no passado. (Estou falando da) maneira de ele falar, de dançar na chuva com o guarda-chuva — disse Bolsonaro.

Em novembro, um relatório produzido pela comissão externa da Câmara que acompanha o trabalho do Ministério da Educação (MEC) classificou a gestão da pasta como "insuficiente" e emitiu 52 recomendações ao órgão. O texto fez um panorama das ações do governo de Jair Bolsonaro na Educação e concluiu que a gestão do órgão está "muito aquém do esperado". De acordo com o relatório do grupo, em comparação às

gestões de Michel Temer e Dilma Rousseff, o MEC de Bolsonaro possui o menor número de pessoas em cargos de confiança com atuação prévia na área da educação.

Neste sábado, Bolsonaro elogiou a parte técnica do MEC e citou o exemplo da edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano, que, para ele, foi um sucesso. As notas do Enem são usadas para o ingresso em várias universidades e também para obter bolsas em instituições privadas por meio do Prouni.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ufopa oferta processo seletivo para mestrado em biociências com 24 vagas
Inscrições para a turma 2020 seguem até 12 de janeiro. Mestrado possui três linhas de pesquisa na área de fisiologia ambiental.

Por G1 Santarém — Pará

O Programa de Pós-Graduação em Biociências (PPGBiociências) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) está com as inscrições para o processo seletivo aberto da turma 2020 do mestrado. O procedimento pode ser feito até 12 de janeiro.

Edital de seleção do mestrado 2020 da Ufopa

São ofertadas 24 vagas, sendo três reservadas a servidores da instituição. Podem concorrer candidatos com título de graduação ou em fase de conclusão de cursos em Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias ou Ciências Exatas.

O programa possui três linhas de pesquisa na área da Fisiologia Ambiental: Toxicologia Ambiental, Biologia Experimental e Ecofisiologia de Sistemas Naturais.

A seleção consistirá em exame de proficiência em língua inglesa, prova escrita, avaliação do projeto de pesquisa e análise de currículo. O resultado será divulgado no dia 26 de fevereiro.

O curso é realizado em colaboração com o Programa de Neurociências e Biologia Celular da Universidade Federal do Pará (UFPA).

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Presidente afirma que Weintraub precisa “dar uma calibrada”
Jair Bolsonaro avaliou que o ministro da Educação tem um desempenho positivo e negou possibilidade de demissão

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse, na manhã deste sábado (21/12/2019), que aprova a atuação de Abraham Weintraub. Entretanto, o ministro precisa “dar uma calibrada” nas manifestações públicas. O presidente negou, porém, que haja intenção que tirá-lo do Ministério da Educação (MEC).

Pouco antes das 9h, o mandatário do país abriu as portas do Palácio da Alvorada para jornalistas de 15 veículos, entre eles o Metrôpoles. Durante mais de duas horas de conversa, ele respondeu a perguntas sobre política, governo e vida pessoal.

“Melhorou demais. Falta dar uma calibrada. Ainda está dando uma de Jair Bolsonaro quando era deputado. Já falei para ele dar uma segurada, para não fazer o que eu fiz no passado. Maneira de falar, de dançar com o guarda-chuva”, afirmou.

Fazendo uma avaliação do primeiro ano de governo, Bolsonaro elogiou, individualmente, o desempenho dos ministros Paulo Guedes (Economia), Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Marcelo Álvaro Antônio (Turismo), Tereza Cristina (Agricultura) e Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional).

Apesar de ter deixado vários nomes de fora, o chefe do Executivo afirmou que não pretende fazer trocas na equipe. “Não está previsto. O que acontece para mudar? Tem que ter um motivo. Não sou aquela pessoa que se pintar um problema dá o cartão vermelho”, disse.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Brasileira quer mais diversidade e divulgação na ciência internacional Cientista é conhecida por fazer divulgação científica e atuar pela participação das mulheres em pesquisa

A física brasileira Márcia Barbosa compõe o grupo de 36 novos pesquisadores eleitos para compor, a partir de janeiro, a Academia Mundial de Ciências (TWAS, na sigla em inglês), instituição ligada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com sede em Trieste, ao nordeste da Itália.

Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a cientista é reconhecida entre os seus pares por estudar anomalias da água, e por um número mais amplo de pessoas por fazer divulgação científica e atuar pela participação das mulheres em pesquisa.

Ela promete levar essas duas causas para a TWAS. “Para academia mundial eu vou com esses dois mantras: primeiro, a gente precisa de mais diversidade e mais mulheres. Eu vou levar mais nomes. Ao mesmo tempo, a gente precisa conversar mais com o público em geral, mostrar o conhecimento produzido pela ciência e mostrar como serve para as pessoas no dia a dia”, disse em entrevista à Agência Brasil.

A física brasileira Márcia Barbosa é uma das novas pesquisadoras eleitas para a Academia Mundial de Ciências – UFRGS

De acordo com Márcia Barbosa, a ciência sofre hoje desafios inimagináveis anos atrás, como refutar a ideia de que a Terra é plana ou convencer famílias a vacinarem seus filhos. “Não tem razão para o crescimento do sarampo nos Estados Unidos”, comenta. Segundo ela, há um fenômeno mundial de “acreditar naquilo mais doido que aparecer, e não no conhecimento que passou pelo crivo de especialistas”.

Em sua opinião, o combate à desinformação já despertou preocupação de pesquisadores. “Os cientistas estão se dando conta de que precisam conversar mais com a população, falar, escrever e explicar.” Ela reconhece, no entanto, que, para alguns intelectuais, é difícil transpor o mundo acadêmico e as barreiras da linguagem. “A gente não tem formação para fazer isso, é doloroso para o cientista explicar de um jeito que não é muito preciso.”

Márcia Barbosa acredita que vai ser bem-sucedida em suas duas causas e que a diversidade é um instrumento de eficácia na ciência. “Quando a gente tem mais diversidade em um grupo de pesquisadores, pessoas diferentes com culturas e jeitos

distintos de ver o mundo, os trabalhos têm mais citações.”

Mulheres e ciência

A busca da diversidade é a razão para a pesquisadora enfrentar a desigualdade de gênero que existe no Brasil e, especialmente, entre as ciências chamadas exatas. A Academia Brasileira de Ciências tem 938 membros associados. Desses, 801 (85,3%) são homens e 137 (14,7%) são mulheres.

A física Márcia Barbosa entra para Academia Mundial de Ciências junto com outros quatro colegas brasileiros. As biólogas Célia Regina Garcia e Luísa Lina Vila (ambas da Universidade de São Paulo, USP), o químico Edson Antonio Ticianelli (também da USP) e Wilson Savino, pesquisador titular e coordenador de Estratégias de Integração Nacional da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Com o ingresso desses brasileiros e de 31 estrangeiros escolhidos, a TWAS passará a ter, a partir de janeiro, 1.278 membros. Atualmente, há 21 membros brasileiros, sendo 16 homens e 5 mulheres.

Para incrementar a participação de mulheres nas ciências exatas o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram no segundo semestre do ano passado edital de R\$ 3 milhões para a chamada “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, que financia projetos de aproximação das escolas públicas da educação básica com as instituições de ensino superior.

O CNPq mantém o programa Mulher e Ciência para “estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país” e para “promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.”

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

No futuro, o diploma de ensino superior ainda será necessário?

Em entrevista, o vice-presidente de Educação da Pearson fala sobre tendências para a educação e a Aprendizagem Criativa

São Paulo – “O conhecimento deixa de ser acumulado para ser via streaming, ele está passando por você. Você tem que ser igual a um canal do YouTube e Instagram”, fala Juliano Costa, vice-presidente de Educação da Pearson, sobre o futuro da educação.

Segundo o estudo realizado em 2019 pela empresa, o Global Learning Survey, a confiança nas instituições tradicionais de ensino está abalada. A maioria ainda valoriza um ensino superior, mas 68% das pessoas no mundo acreditam que cursos técnicos ou profissionalizantes dão melhores chances na carreira.

Quando fala em conhecimento via streaming, Costa faz um contraponto com a ideia de conhecimentos acumulados. Para ele, no passado, um diploma era considerado vitalício. Agora, ele aponta que a necessidade de atualização é constante e as fontes de formação se diversificaram.

De acordo com o vice-presidente, escolas e universidades precisam se adaptar ao mundo mais ágil, porém encontram dificuldades para flexibilizar seus currículos e atender às demandas do mercado.

Uma saída que ele aponta na formação de jovens são as iniciativas extracurriculares, como a da escola de inglês Yázigi: o programa Explore Aprendizagem Criativa oferece espaço bilíngue de desenvolvimento de habilidades socioemocionais e digitais para crianças e adolescentes.

No lugar de aulas com conteúdos fechados, os jovens podem desenvolver projetos de maneira criativa com foco em arte, tecnologia e corpo.

“A criança ocupa o espaço e é orientada para desenvolver as habilidades necessárias ao longo do processo, mas pode executar seu projeto com autonomia e construir o seu currículo. Junto ao lúdico, as crianças são donas de sua própria aprendizagem”, explica Costa.

Ele alerta que não é possível substituir a escola com esse programa novo, mas muitas das habilidades do futuro, como o pensamento crítico e empatia, são formadas ali.

Confira a entrevista do vice-presidente:

EXAME: Quais são as tendências para o ensino?

Juliano Costa: Desde 2016, a Pearson fez uma sequência de pesquisas sobre o futuro do trabalho em 2030. A segunda pesquisa foi sobre como alunos do ensino superior está se preparando para o futuro do trabalho. Depois, lançamos a Global Runners, sobre a visão do futuro da aprendizagem. São três grandes pesquisas que mostram sinais claros.

A primeira coisa é que, a partir de agora, não existem mais blocos de conhecimento, como antes você era graduado em História ou Filosofia e não existia data de validade. O conhecimento acumulado, você ser doutor em tal universidade em 1999, valia por toda a vida. Com as mudanças tecnológicas, o conhecimento acumulado perde seu valor. Se fiz engenharia de dados em 2009, o que isso significa para 2019 com tecnologia que não existia há 10 anos?

O conhecimento deixa de ser acumulado para ser via streaming, ele está passando por você. Você tem que ser igual a um canal do YouTube e Instagram. Aprendendo a toda hora e reaprendendo a toda hora. Aprender a aprender é central para o século XXI.

A segunda condição, como estudantes, trabalhador ou empresário, é: você nunca está pronto. Em toda a sua vida útil até achar que tem idade para se aposentar, o aprendizado vai ter durante toda a vida, não para toda a vida. A tecnologia vai empoderar a aprendizagem de modo nunca antes visto e não vai deixar de ser importante.

EXAME: Como a Aprendizagem Criativa se encaixa nesse contexto e nas tendência de educação?

Juliano Costa: Dentro do século XXI, a Harvard Business Review construiu um conceito de Mundo VUCA, esse mundo complexo, que faz com que você trabalhe com um estado diferente de instabilidade. Também temos o conceito de Bauman da liquidez da modernidade, onde tudo flui. A qualquer hora seu conhecimento pode ser ameaçado, com um câncer curado ou um buraco negro descoberto. O que você precisa ensinar às

peças para que tenham conhecimento fluído? Que habilidades?

Nós pensamos em três grandes pilares: a aprendizagem socioemocional, o domínio de tecnologia e a criatividade. E nós estamos trabalhando com a aprendizagem criativa. Com o Explore, queremos ajudar o estudante a aprender coisas semelhantes de formas diferentes, de maneira expositiva, por movimento e com tecnologia. Apresentamos situações problema e damos autonomia para aprender usando seus próprios meios e ideias que não tinha antes.

Para adultos, existe a concepção de que é mais difícil aprender com a idade. Pesquisas mostram que as pessoas podem reaprender habilidades sempre. O que percebemos é que as pessoas têm dificuldade de aceitar o estado de mudança. Elas foram educadas em estado estável e projetadas para achar que vão trabalhar e morar no mesmo lugar a vida toda. Os jovens já não pensa assim, no lugar da mentalidade fixa temos a mentalidade de crescimento.

Mas temos evidências que todos podem aprender ao longo da vida, só precisam ajustar sua disposição para a aprendizagem. Aos 45 anos pensar em reconstruir a vida, refazer o portfólio, ir atrás de cursos.

EXAME: E você acredita que hoje as escolas ensinam as habilidades necessários para navegar essa nova sociedade?

Juliano Costa: Primeiro precisamos entender que a escola tem flexibilidade só depois que cumpre o que aparece na legislação. Assim, não pode tirar matemática para colocar habilidades socioemocionais. A escola de educação básica precisa cumprir a lei, que é muito cognitiva e fica amarrada nos blocos. Com a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, temos uma mudança no processo, que não é radical. Ela não diz que temos que dar menos matéria, mas além das aulas de matemática, história, geografia, também teremos cultura digital, empatia e letramento digital.

Com a mudança da lei, a escola tem que se adaptar e é um avanço, mas precisaremos de 5 a 10 anos para incorporar em todas as escolas. No Yázigi, com a aprendizagem criativa, encontramos um caminho para que estudantes de qualquer idade criem mecanismos para resolver problemas com um currículo paralelo que desenvolve competências de forma integrada ao idioma.

EXAME: A decisão de que carreira seguir durante a adolescência sempre pareceu difícil. Acha que é mais difícil hoje, com tantas incertezas e mudanças no mercado?

Juliano Costa: Acho que está mais complexo e mais difícil. Não só para escolher a profissão, mas para qualquer coisa. Por outro lado, quando era adolescente, você tomava a decisão e era parte da cultura uma pressão para terminar o curso de qualquer jeito. A ideia de terminar para ter um diploma e ter um emprego. Hoje, para trabalhar no Google ou em uma startup não precisa ter um diploma.

Uma carreira de Data Science não tem muita relação com um diploma. Então, escolher está mais difícil, mas trocar sua área de formação é mais fácil. Você pode entrar na faculdade, sair e fazer outra. Pode fazer um bootcamp e aprender apenas o que precisa de um tema específico.

E a faculdade está com dificuldade também para acompanhar a mudança, a mesma dificuldade do ensino básico, pois precisa aprovar mudanças no currículo no MEC. E estão tentando ter mais flexibilização com a aprovação de cursos livres com cargas menores, de 60 ou 30 horas. Até o modelo de pós-graduação não entrega o que o mercado precisa na velocidade que precisa.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Brasileira quer mais diversidade e divulgação na ciência internacional “Cientistas precisam conversar mais com a população”, defende física Márcia Barbosa, que participa da Academia Mundial de Ciências

A física brasileira Márcia Barbosa compõe o grupo de 36 novos pesquisadores eleitos para compor, a partir de janeiro, a Academia Mundial de Ciências (TWAS, na sigla em inglês), instituição ligada à Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) com sede em Trieste, ao nordeste da Itália.

Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a cientista é reconhecida entre os seus pares por estudar anomalias da água, e por um número mais amplo de pessoas por fazer divulgação científica e atuar pela participação das mulheres em pesquisa.

Ela promete levar essas duas causas para a TWAS. “Para academia mundial eu vou com esses dois mantras: primeiro, a gente precisa de mais diversidade e mais mulheres. Eu vou levar mais nomes. Ao mesmo tempo, a gente precisa conversar mais com o público em geral, mostrar o conhecimento produzido pela ciência e mostrar como serve para as pessoas no dia a dia”, disse em entrevista à Agência Brasil.

De acordo com Márcia Barbosa, a ciência sofre hoje desafios inimagináveis anos atrás, como refutar a ideia de que a Terra é plana ou convencer famílias a vacinarem seus filhos. “Não tem razão para o crescimento do sarampo nos Estados Unidos”, comenta. Segundo ela, há um fenômeno mundial de “acreditar naquilo mais doido que aparecer, e não no conhecimento que passou pelo crivo de especialistas”.

Em sua opinião, o combate à desinformação já despertou preocupação de pesquisadores. “Os cientistas estão se dando conta de que precisam conversar mais com a população, falar, escrever e explicar.” Ela reconhece, no entanto, que, para alguns intelectuais, é difícil transpor o mundo acadêmico e as barreiras da linguagem. “A gente não tem formação para fazer isso, é doloroso para o cientista explicar de um jeito que não é muito preciso.”

Márcia Barbosa acredita que vai ser bem-sucedida em suas duas causas e que a diversidade é um instrumento de eficácia na ciência. “Quando a gente tem mais diversidade em um grupo de pesquisadores, pessoas diferentes com culturas e jeitos distintos de ver o mundo, os trabalhos têm mais citações.”

Mulheres e ciência

A busca da diversidade é a razão para a pesquisadora enfrentar a desigualdade de gênero que existe no Brasil e, especialmente, entre as ciências chamadas exatas. A Academia Brasileira de Ciências tem 938 membros associados. Desses, 801 (85,3%) são homens e 137 (14,7%) são mulheres.

A física Márcia Barbosa entra para Academia Mundial de Ciências junto com outros quatro colegas brasileiros. As biólogas Célia Regina Garcia e Luísa Lina Vila (ambas da Universidade de São Paulo, USP), o químico Edson Antonio Ticianelli (também da USP) e Wilson Savino, pesquisador titular e coordenador de Estratégias de Integração Nacional da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Com o ingresso desses brasileiros e de 31 estrangeiros escolhidos, a TWAS passará a ter, a partir de janeiro, 1.278 membros. Atualmente, há 21 membros brasileiros, sendo 16 homens e 5 mulheres.

Para incrementar a participação de mulheres nas ciências exatas o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram no segundo semestre do ano passado edital de R\$ 3 milhões para a chamada “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, que financia projetos de aproximação das escolas públicas da educação básica com as instituições de ensino superior.

O CNPq mantém o programa Mulher e Ciência para “estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país” e para “promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.”

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Estudo mostra disparidades de ganho entre ministérios

Universidades públicas turbinam gastos na Educação; quadro é diferente na Saúde, que perdeu servidores

BRASÍLIA - Considerados prioritários em diferentes governos e com garantia constitucional de aplicação mínima de recursos, os ministérios da Saúde e da Educação receberam tratamentos diferentes na política de pessoal da União nos últimos dez anos. Enquanto o gasto com a folha na Educação avançou na esteira de aumentos salariais e contratações, a Saúde viu seu quadro de pessoal encolher e a média da remuneração estagnar no saldo de uma década.

Dados levantados pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado mostram que o Ministério da Educação foi responsável por 79,4% do crescimento dos gastos com pessoal ativo na União nos últimos dez anos. A despesa da pasta com folha de pagamento saltou de R\$ 21 bilhões em 2008 para R\$ 48 bilhões em 2018, na esteira da expansão das universidades públicas e dos institutos federais. No mesmo período, o gasto com remunerações na Saúde caiu de R\$ 10,1 bilhões para R\$ 9,9 bilhões. Os dados estão atualizados pela inflação.

Além de refletir a disparidade de tratamento entre os dois ministérios, o cenário revelado pelo estudo da IFI serve de alerta no debate da reforma administrativa que o governo pretende apresentar ao Congresso Nacional. A intenção da área econômica é reduzir os salários iniciais e aumentar os "degraus" na carreira para se chegar à remuneração mais elevada. Para a instituição, é preciso ser cauteloso para não incorrer em "generalizações e simplificações" ao discutir a reformulação das carreiras.

"O MEC é o que mais gasta e que mais tem gente", diz Alessandro Casalecchi, analista da IFI. Ele ressalta que é preciso considerar que a Empresa Brasileira de Serviços

Hospitales (EBSERH), apesar de vinculada ao MEC, presta serviços para o Sistema Único de Saúde (SUS). "Em sentido contrário a Fundação Nacional de Saúde teve suas despesas de pessoal significativamente reduzidas", diz.

De acordo com o estudo, os funcionários do Ministério da Educação tinham remuneração média de R\$ 7 mil em 2008 (valor já atualizado pela inflação). Essa cifra chegou a R\$ 9,7 mil no ano passado.

Enquanto isso, no Ministério da Saúde os vencimentos e vantagens fixas eram de R\$ 5,6 mil há dez anos em média, chegaram a R\$ 7,5 mil em valores de hoje, mas sofreram desvalorização até chegar a R\$ 5,9 mil em 2018.

O aumento real de 38,2% na média dos vencimentos e vantagens fixas no MEC não foi o único fator de pressão sobre as despesas com pessoal. Em 20 anos, o ministério dobrou o número de funcionários: eram 156 mil em 1999 e passaram a 300 mil neste ano. As contratações foram focadas no ensino federal, e a maior parte delas foi de servidores estatutários, que têm estabilidade e não podem ser demitidos a qualquer momento.

Já no Ministério da Saúde, a remuneração média subiu 6,9% em uma década. Em 20 anos, a pasta perdeu 12 mil funcionários. Mesmo assim, é o segundo maior empregador da Esplanada, com 102 mil agentes públicos - 62% deles com estabilidade e os demais com outros tipos de vínculo (o que inclui médicos residentes e os integrantes do programa Mais Médicos).

Na área de segurança, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem hoje 29 mil agentes públicos, 50% a mais do que em 1999. Nos últimos dez anos, o gasto com pessoal na pasta cresceu 9% acima da inflação, de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 6,9 bilhões.

Estatais

As empresas estatais federais triplicaram suas despesas com funcionários ativos entre 2008 e 2018, passando de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 13,7 bilhões, segundo os dados da IFI. O estudo inclui as estatais que dependem de recursos do Tesouro para pagar suas despesas de custeio e folha, como a Embrapa, a Conab e a Valec.

Hoje, 18 empresas são formalmente dependentes do Tesouro e, por isso, estão sujeitas ao teto remuneratório federal, de R\$ 39,2 mil. No ano que vem, a Telebrás também passará a ser uma estatal dependente do Tesouro Federal - o que significa que terá de contar com recursos do orçamento para pagar sua folha e despesas de custeio.

Os dados da IFI mostram que, quando há participação do capital privado, o aumento de gastos com pessoal é mais comedido. A despesa com folha das sociedades de economia mista cresceu 75% em dez anos, passando de R\$ 1,6 bilhão em 2008 para R\$ 2,8 bilhões no ano passado.

No caso das empresas públicas, em que a União é a única acionista, a fatura triplicou. Passou de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 10,9 bilhões no mesmo período.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Brasileira quer mais diversidade e divulgação na ciência internacional

A física brasileira Márcia Barbosa compõe o grupo de 36 novos pesquisadores eleitos para compor, a partir de janeiro, a Academia Mundial de Ciências (TWAS, na sigla em inglês), instituição ligada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com sede em Trieste, ao nordeste da Itália.

Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a cientista é reconhecida entre os seus pares por estudar anomalias da água, e por um número mais amplo de pessoas por fazer divulgação científica e atuar pela participação das mulheres em pesquisa.

Ela promete levar essas duas causas para a TWAS. "Para academia mundial eu vou com esses dois mantras: primeiro, a gente precisa de mais diversidade e mais mulheres. Eu vou levar mais nomes. Ao mesmo tempo, a gente precisa conversar mais com o público em geral, mostrar o conhecimento produzido pela ciência e mostrar como serve para as pessoas no dia a dia", disse em entrevista à Agência Brasil.

A física brasileira Márcia Barbosa é uma das novas pesquisadoras eleitas para a Academia Mundial de Ciências - UFRGS

De acordo com Márcia Barbosa, a ciência sofre hoje desafios inimagináveis anos atrás, como refutar a ideia de que a Terra é plana ou convencer famílias a vacinarem seus filhos. "Não tem razão para o crescimento do sarampo nos Estados Unidos", comenta. Segundo ela, há um fenômeno mundial de "acreditar naquilo mais doido que aparecer, e não no conhecimento que passou pelo crivo de especialistas".

Em sua opinião, o combate à desinformação já despertou preocupação de pesquisadores. "Os cientistas estão se dando conta de que precisam conversar mais com a população, falar, escrever e explicar." Ela reconhece, no entanto, que, para alguns intelectuais, é difícil transpor o mundo acadêmico e as barreiras da linguagem. "A gente não tem formação para fazer isso, é doloroso para o cientista explicar de um jeito que não é muito preciso."

Márcia Barbosa acredita que vai ser bem-sucedida em suas duas causas e que a diversidade é um instrumento de eficácia na ciência. "Quando a gente tem mais diversidade em um grupo de pesquisadores, pessoas diferentes com culturas e jeitos distintos de ver o mundo, os trabalhos têm mais citações."

Mulheres e ciência

A busca da diversidade é a razão para a pesquisadora enfrentar a desigualdade de gênero que existe no Brasil e, especialmente, entre as ciências chamadas exatas. A Academia Brasileira de Ciências tem 938 membros associados. Desses, 801 (85,3%) são homens e 137 (14,7%) são mulheres.

A física Márcia Barbosa entra para Academia Mundial de Ciências junto com outros quatro colegas brasileiros. As biólogas Célia Regina Garcia e Luísa Lina Vila (ambas da Universidade de São Paulo, USP), o químico Edson Antonio Ticianelli (também da USP) e Wilson Savino, pesquisador titular e coordenador de Estratégias de Integração Nacional da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Com o ingresso desses brasileiros e de 31 estrangeiros escolhidos, a TWAS passará a

ter, a partir de janeiro, 1.278 membros. Atualmente, há 21 membros brasileiros, sendo 16 homens e 5 mulheres.

Para incrementar a participação de mulheres nas ciências exatas o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançaram no segundo semestre do ano passado edital de R\$ 3 milhões para a chamada "Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação", que financia projetos de aproximação das escolas públicas da educação básica com as instituições de ensino superior.

O CNPq mantém o programa Mulher e Ciência para "estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país" e para "promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas."

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Descentralização na educação

Medida acertada é parte da PEC do Pacto Federativo e tem passado despercebida

O Poder Executivo mandou ao Congresso proposta de novo "pacto federativo". Há medidas questionáveis, como o repasse de elevado valor de rendas do petróleo para estados e municípios, sem contrapartida por parte destes. A nova receita, sujeita a oscilações, é inadequada para financiar entes subnacionais e poderá induzir crises fiscais futuras.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-mendes/2019/12/descentralizacao-na-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

STF arquiva ação que contesta reintegração de posse de escolas sem aval judicial Ação era contra parecer do governo de SP de 2016, feito a pedido de Moraes, hoje relator do caso no Supremo

Brasília

Em julgamento no plenário virtual do STF (Supremo Tribunal Federal), encerrado nesta quinta-feira (19), os ministros da corte arquivaram uma ação que contestava um parecer do governo de São Paulo, de 2016, que liberou a polícia para fazer reintegração de posse de prédios públicos sem aval prévio da Justiça.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/stf-arquiva-acao-que-contesta-reintegracao-de-posse-de-escolas-sem-aval-judicial.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Em suspenso

A Cinemateca em SP conseguiu, via secretaria de Roberto Alvim, um contrato emergencial de seis meses com a Associação Roquette Pinto, a Acerp, para que seus trabalhos não sofram descontinuidade. Em resposta à nota de ontem da coluna, Henry Wender, da Cinemateca, diz que os funcionários são informados de tudo "em tempo real" e que, por ora, a instituição planeja o primeiro semestre de 2020.

E depois? Não se sabe, já que o MEC encerrou o contrato com a Acerp. Henry declarou que a Cinemateca “não emite juízo de valor sobre as decisões do governo federal”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Remuneração injusta, efeitos perversos

PROFESSOR DA ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

O teto salarial nas universidades públicas estaduais paulistas está cada vez mais baixo em valores atualizados e é urgente que ele seja revisto. Distante da realidade acadêmica nacional e internacional, continuará prejudicando o papel planejado e esperado da USP, da Unicamp e da Unesp.

Os marcos legais que regem o teto dos servidores públicos estão estabelecidos no artigo 37, XI, da Constituição federal, objeto de modificação pela Emenda Constitucional 41/2003, e no âmbito de São Paulo, pelo Decreto Estadual 48.407/2004. O teto salarial do servidor federal é de 90,25% do salário de ministro do STF, enquanto o do servidor estadual é o subsídio do governador. A carreira de procurador do Estado tem o mesmo teto dos servidores federais, em vista da simetria constitucional entre magistratura e Ministério Público, em atendimento à Resolução 133/11 do CNJ, cuja constitucionalidade está sendo discutida na ADIn 4822-PE.

A análise da evolução de dados de 2006 a 2019 mostra que o teto federal foi sempre superior ao teto estadual. Em 2018 o teto federal foi 58% superior ao teto estadual, enquanto em 2011 esse percentual era bem menor, 29%. Claramente o governo paulista adotou um teto para o servidor público estadual que desde 2011 é cada vez mais baixo em valores atualizados. Por exemplo, o que era um teto de R\$ R\$ 29.980,65 em 2011, valor atualizado pelo IPCA, se reduziu a R\$ 23.048,59 em 2019.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Juiz barra escola pintada com as cores do PSDB

O juiz Emílio Migliano Neto, da 7.^a Vara de Fazenda Pública de São Paulo, suspendeu o programa do governador João Doria (PSDB) que determinava a pintura de 40% das fachadas das escolas do Estado em azul e amarelo, as cores do PSDB. A liminar foi concedida atendendo a uma ação popular movida pela Bancada Ativista, no dia 11 de dezembro, que pedia a suspensão do Programa Escola + Bonita, que orienta cerca de 1,4 mil escolas a colorirem suas fachadas de acordo com um manual elaborado pelo governo do Estado, que determina, entre outras regras, que as escolas pintem sua fachada em 10% de amarelo e 30% de azul.

Na ação, a professora e codeputada Secretaria de Educação Paula Aparecida, da Bancada Ativista, pedia que Doria e o Secretário de Educação do Estado, Rossieli Soares da Silva, sejam pessoalmente condenados a ressarcir os cofres públicos por utilização de dinheiro público para benefício pessoal, além de fazerem propaganda eleitoral ilegal. Além disso, a ação exigia a suspensão da determinação para que as Associações de Pais e Mestres que aderirem ao programa do governo cumpram a obrigação contida no manual de comprarem materiais de pintura sem licitação.

O juiz entendeu, na liminar, que o governador e o secretário violaram os princípios da impessoalidade e da moralidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. “Ao ferirem o princípio da impessoalidade, os requeridos, conseqüentemente, afrontam o

princípio da moralidade administrativa, sem esquecerse que também está previsto como ato de improbidade nos moldes do artigo 11 da Lei 8.429/92”, diz o documento da decisão.

Procurada, a Secretaria de Educação informou que não havia recebido, até a conclusão desta edição, intimação sobre a liminar, e disse que “não procede a informação de que as escolas da rede estadual estão sendo pintadas somente nas cores azul e amarela”. “O Projeto Escola + Bonita, que tem o objetivo

“Não procede a informação de que as escolas da rede estadual estão sendo pintadas somente nas cores azul e amarela. O Projeto Escola + Bonita, que tem o objetivo de revitalizar os prédios das escolas públicas, utiliza o amarelo, verde, azul, branco, concreto e areia.”

O programa Escola + Bonita foi lançado pelo governo Doria em janeiro deste ano e previa a pintura de 2,1 mil escolas estaduais até 2020. A ação começou a ser implementada em junho, após novo anúncio do governo, que reduziu para cerca 1,4 mil o número de escolas envolvidas no programa, com um orçamento total de R\$ 1,1 bilhão.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Governo reformula Fies, amplia exigência e reduz vagas

Novos contratos terão nota mínima de 400 em Redação no Enem; outra meta é cobrar os maiores devedores na Justiça

O governo federal anunciou ontem a possibilidade de reduzir quase pela metade o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2021. O Fies já chegou a ofertar 732 mil contratos há cinco anos e pode cair para 54 mil em 2021. Também foram aprovadas no conselho gestor mudanças que torna mais rígida a concessão de financiamentos.

Conforme aprovado ontem, os próximos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) passarão a exigir nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio. Anteriormente, só se exigia que a Redação não fosse zerada, além de média 450 na parte objetiva (o que foi mantido). “É preciso acabar com o assistencialismo sem restrição fiscal e a meritocracia só para os mais ricos. A ideia é premiar a cultura do esforço”, disse o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) e presidente do comitê gestor do Fies, Arnaldo Lima.

Mas há resistência entre os donos de faculdades particulares a regras que condicionem a concessão de financiamento ao desempenho no Enem. Para integrantes do setor, políticas nesse sentido contribuíram para a redução de contratos firmados nos últimos anos, uma vez que há significativa taxa de vagas ociosas no programa.

Além disso, houve alteração nas regras para troca de cursos. Na prática, ficou mais difícil fazer a transferência dentro de uma instituição de ensino, uma vez que será exigido resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado para se manter o benefício. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças vão “garantir a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados”.

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal. Elas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022,

caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, “podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”.

Além disso, o governo deve ir atrás dos devedores na Justiça. Estabeleceu-se a possibilidade de cobrança judicial dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos. Atualmente, a cobrança de quaisquer valores é feita no âmbito administrativo – o que só deve ser mantido para dívidas menores.

Sem limite de renda. Por outro lado, o comitê facilitou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e bancos privados. Para contratá-lo, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Plano para dar errado

Há duas semanas, os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2018 foram divulgados. É um daqueles momentos em que o novo não é novidade. O país está estagnado, e a desigualdade permanece constrangedoramente elevada. Qual é a surpresa? Nenhuma. O que surpreende? A inoperância. O que é mais grave? O país sabe e optou pelo erro. Alguns vão relativizar os resultados e dizer que o exame tem limitações. As comparações internacionais sempre correm o risco de imprecisões. No entanto, não é necessário olhar para fora para reconhecermos que a educação brasileira vai bem mal. Quem normaliza esse fato não entendeu o que se passa, o que o país já perdeu e o que nos aguarda no futuro. O país vem se planejando para dar errado. Os resultados do Pisa não são de responsabilidade da gestão atual, mas ela precisa caminhar na direção de propostas concretas balizadas por estudos e experiências de sucesso. Quem faz diagnósticos errados, perdendo-se em argumentos nada técnicos, não consegue dar soluções efetivas. O que cabe aos gestores atuais é planejar e executar a parte que lhes cabe. Nossas crianças e juventudes não estão preocupadas com disputas ideológicas que lhes tomam o direito à educação.

Um dos consensos na área é a valorização do professor. Não é ideia vazia. Falar em valorização envolve formação sim, especialmente em tempos de implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Não dá nem para começar a transformar a educação sem ela. A valorização envolve também a reestruturação da carreira do magistério, e isso pode incluir a criação de uma nova carreira, sob novas regras e diferente regime. Isso para que o aumento da remuneração seja viável. Os céticos dirão que isso é impossível. Nada é fácil. Mas nem tudo é tão difícil como alguns fazem a sociedade brasileira supor.

Wilson Risolia é secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, Juliana Leitão é especialista em políticas educacionais da Fundação Roberto Marinho

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Cartas ao Papai Noel

CLIPPING



Algumas pessoas muito conhecidas do anedotário, ops, quero dizer da política nacional, enviaram cartas com seus pedidos de Natal ao Papai Noel. O bom velhinho, antiga fonte da coluna, liberou algumas delas para publicação.

Bolsonaro - Papai Noel, juro que tentei me comportar durante o meu primeiro ano de mandato. Tentei ser bonzinho, mas na verdade teve dias em que perdi a paciência. Dei uns gritos, falei umas bobagens, ofendi algumas pessoas, tá OK?. Mas a culpa não é só minha, não. Muitas vezes me tiraram do sério. Sobretudo os jornalistas. Esses caras têm a mania de me perseguir para onde eu vou e de escrever sobre todas as coisas que eu faço. Ficam na minha cola dia e noite, poxa. Só porque eu sou o presidente, caramba? Papai Noel, peço que eles me deixem em paz!!!

Paulo Guedes - O senhor é testemunha do enorme bem que fiz aos meus concidadãos. A vida deles vai melhorar. Daqui a um anovai termais dois milhões de empregos. Daqui a dois anos serão mais dez milhões de empregos. Até o final do governo vai faltar gente para tanto emprego. E o que eles me dão em troca? Nada. Teve até uma turma que me zouu no calçadão de Ipanema outro dia. Uma hora dessas eu largo tudo e aí eles vão vero queébomp ara a tosse. Apesar desses momentos de estresse, me comportei bem. Por isso, caro Papai Noel, peço que o senhor me dê uma mãozinha nas reformas que faltam, já que o chefe não colabora.

Abraham Weintraub - Tá certo, Papai Noel, eu xinguei reitores, professores, estudantes, funcionários, além de jornalistas, claro, mas é porque eles são burros. Eu queria destruir tudo para reconstruir a Educação do zero, e quem acabou ganhando zero fui eu. Não podem dizer que perdi a cabeça, o senhor sabe muito bem que não tenho cabeça. Então, vou perder o quê? A culpa toda foi da aceçoria (sic) do MEC que não me aceçorou (sic) direito. Não quero muito, Papai Noel, peço apenas para continuar no cargo. Adorei aquele gabinete na Esplanada. É lá que eu bolo aquelas piadinhas ridículas que posto nas redes.

Damares - Papai Noel, quero um vestido azul. Mas não conta pra ninguém, viu? Prometo que só uso dentro de casa.

ZeroUm- Só uma coisa, Papai Noel, desapareça de vez com o Queiroz.

Zero Dois - Eu quero meu zap de volta, Papi.

Zero Três - Já que não me deram a embaixada nos Estados Unidos, quero uma boia grande pra usar no verão em Cabo Frio.

Lula - Papai Noel, queria ser tratado como antes. Que as pessoas me aplaudisse meme abraçassem como antes nas ruas desse país. Grit assem meun om e, "ô Lula!". Sabe? Como era antes. Agora, não, agoraéva ia pra lá, é vaia pra cá. Não aguento mais. É toda hora, em todo lugar que eu vou, que coisam ais chata. Dilma tá acostumada com isso, eu não. Então, companheiro Noel, queria que você acabasse com esse tormento de vaia.

Gleisi - Papai Noel não existe. Não vou pedir nada para esse símbolo das elites consumistas.

Wilson Witzel - Meu problema é de salário, querido Papai Noel. Larguei um emprego

de quase 40 mil por mês pra pegar esse abacaxi de menos de 20 mil. Não dá. É pouco. Como disse um jornalista outro dia, não sou nenhum Mujica, oras. Eu queria pedir pelo menos mais dez mil por mês. Dá pra ser?

Marcelo Crivella-Meupedido é urgente. Preciso resolver isso antes de outubro. Queria aprender a gerenciar as coisas. A fazer um orçamento, a pagar as contas e os salários em dia, a receber pagamentos e impostos direitinho. Não entendo nada disso e as pessoas vão acabar percebendo. Socorro, Papai Noel. Meu pedido é pra ontem.

Jorge Jesus - Para mim é muito simples, Noel, quero apenas mais um título esse ano. Nada mais. Pode me dar hoje mesmo e a gente acaba logo com isso.

As respostas - O velhinho vai responder a todas as cartas no sábado que vem.

topo ↕

VEJA - SP - BRASIL

Os ministros de Bolsonaro que correm o risco de perder o cargo Pelo menos seis integrantes do primeiro escalão do governo balançam e abrem a possibilidade de um redesenho da Esplanada em 2020

“Lacrador”, “fanfarrão”, “arrogante”, “radical demais”: esses são alguns dos adjetivos que membros do governo Jair Bolsonaro usam para definir o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Há pouco mais de oito meses no cargo, ele passou a ser a estrela mais reluzente na bolsa de apostas sobre as cabeças que devem rolar na Esplanada dos Ministérios no início de 2020. No fim de novembro, em razão de bobagens em série postadas pelo ministro no Twitter, onde tem mais de 400 000 seguidores, Bolsonaro foi enigmático ao ser questionado sobre a possibilidade de demiti-lo. “Não, por enquanto não”, disse. Depois o presidente mudou o tom e, em outras duas entrevistas, considerou “excelente” o trabalho dele e atribuiu os rumores a uma intriga de jornalistas. Levando-se em conta o histórico do capitão com relação a frituras, as palavras não soaram muito convincentes. O antecessor de Weintraub na Pasta, Ricardo Vélez Rodríguez, teve a demissão adiada por mais de uma semana só porque a imprensa dava como certa sua queda. Weintraub saiu de férias antecipadas em 14 de dezembro, logo após a demissão de Priscila Costa e Silva, seu braço direito. Há quem aposte que ele não volta. “O presidente está bastante desapontado com o Abraham”, diz um membro do alto escalão do governo.

Weintraub pode sair da Esplanada junto com ao menos mais cinco ministros, o que mostra certo descontentamento de Bolsonaro com a equipe que empossou há menos de um ano. Três das 22 Pastas já tiveram troca de titular — Educação (Vélez), Secretaria-Geral da Presidência (duas vezes, com Gustavo Bebianno e Floriano Peixoto) e Governo (Santos Cruz). Agora, além de Weintraub, balançam Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Osmar Terra (Cidadania), Bento Albuquerque (Minas e Energia), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Marcelo Álvaro Antônio (Turismo). A reavaliação do primeiro escalão ao fim do primeiro ano de mandato é normal — Dilma Rousseff promoveu sete mudanças em 2011 e treze em 2015. Mas, ao contrário de seus antecessores, Bolsonaro não usou os cargos como moeda de troca com partidos, situação que sempre deixa o ministério sujeito a alterações em razão dos ventos políticos — seus auxiliares foram escolhidos por motivos técnicos, ideológicos ou de amizade. “As mudanças até agora ocorreram mais por disputas de poder entre os próprios bolsonaristas, e não por disputas entre partidos”, afirma o cientista político Cristiano Noronha, da consultoria Arko Advice. E novas cotoveladas entre os grupos

que integram a gestão devem vir com a possibilidade de uma **minirreforma** ministerial, inclusive com o redesenho da estrutura de governo, com a extinção e a criação de Pastas. As mudanças serão feitas com base em duas perguntas: quem entregou resultado até agora e quem tem uma boa articulação com o Parlamento, ponto que o governo considera urgente melhorar.

Por isso um nome que está em fogo mais alto é Onyx Lorenzoni. Um dos seus problemas é a ascensão no governo de um desafeto: Jorge de Oliveira, secretário-geral da Presidência e amigo dos Bolsonaro. Os dois se estranharam durante a transição depois que Onyx disse que Oliveira só iria para o governo por ser próximo do capitão. Em junho, logo após ser promovido à Secretaria-Geral, Oliveira retirou da Casa Civil a Secretaria de Assuntos Jurídicos, da qual era titular. De quebra, Onyx perdeu a articulação política, repassada a Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo. Bolsonaro até esperava que Onyx pedisse demissão após o esvaziamento da Pasta. Sua situação piorou depois da aprovação da reforma da Previdência, já que ele não conseguiu cumprir as promessas de repasses feitas a parlamentares antes da votação. Ramos, seu sucessor na articulação, no entanto, tem se revelado outro fracasso. Na opinião de boa parte dos aliados, o militar reformado não é “do ramo” e, nas reuniões, mais joga conversa fora e faz piadas do que de fato constrói consensos políticos. Além disso, falta a ele “tinta na caneta” para cumprir promessas. “Bolsonaro não reclama, mas o Congresso inteiro reclama”, diz um aliado. Há duas semanas, Ramos acusou a situação ao afirmar que o governo é um “serpentário” e que ele é um dos alvos.

Outro que pode cair por falta de desempenho é Osmar Terra (Cidadania). À frente da Pasta que cuida de temas caros ao governo, como o Bolsa Família, a política antidrogas e o projeto Pátria Voluntária, tocado pela primeira-dama Michelle Bolsonaro, ele é mal avaliado pelo presidente, o que tem se tornado evidente diante do esvaziamento de seu ministério — já perdeu a Secretaria da Cultura para o Ministério do Turismo e pode perder a de Esporte. Sua Pasta corre o risco até de deixar de existir — seria incorporada por Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) — ou ser entregue à deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), mulher de Luís Felipe Belmonte, amigo de Bolsonaro e um dos principais financiadores do Aliança pelo Brasil.

Nessa última hipótese, o pacote incluiria a nomeação do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) para o lugar de Weintraub, o que abriria caminho para Belmonte virar senador — ele é suplente de Lucas. Essa nomeação foi aventada após a queda de Véléz, mas acabou barrada pela bancada evangélica devido ao envolvimento de Belmonte com o chá de ayahuasca (ele é mestre-assistente da União do Vegetal, um dos grupos que utilizam a bebida em seus rituais). Na aprovação do Orçamento de 2020, na semana passada, Lucas falou quase como um futuro ministro da Educação ao lamentar “as migalhas” destinadas à Pasta.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, é outro na corda bamba. A ele é atribuída a frustração com o megaleilão da cessão onerosa do pré-sal, que arrecadou 70 bilhões de reais, quando o esperado eram 100 bilhões. Parte do setor elétrico também culpa Albuquerque por não ter resolvido uma pendência que envolve multas de 7 bilhões de reais aplicadas pela União às hidrelétricas. A solução é um projeto de lei que se encontra parado no Senado e vai continuar assim até a saída do ministro, segundo especialistas e executivos do setor de energia. “O Parlamento está tentando retomar a

influência que teve no setor por décadas”, afirmou um especialista em energia, sob anonimato — por influência, entenda-se partilha de cargos.

Na possibilidade de redesenho da estrutura ministerial, pode haver mudanças mesmo no Ministério da Economia, no qual Paulo Guedes continua com bastante prestígio. Vozes gabaritadas dos corredores do Congresso comentam a hipótese de a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, sob a chefia de Rogério Marinho, se transformar em um novo ministério. A possibilidade, porém, é vista com ceticismo pela ala técnica da pasta da Economia. Além de Guedes, outros ministros que vão bem são Sergio Moro (Justiça) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). Moro é o membro mais popular do governo, apontado por 24% como o melhor ministro, segundo pesquisa VEJA/FSB divulgada em dezembro. Embora seja alvo de diversas críticas, Salles está muito bem com Bolsonaro exatamente por confrontar as ONGs e relativizar temas importantes da agenda ambiental. A um aliado o presidente confidenciou que não aceitou um pedido de demissão de Salles em meio às crises e polêmicas recentes que envolveram sua Pasta. Também estão bem na foto Damares, o general Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e Tereza Cristina (Agricultura).

Caso se confirmem as trocas cogitadas no alto escalão, Bolsonaro terá deixado pelo caminho em pouco mais de um ano nada menos que dez ministros. E a nova composição pode levar em consideração a necessidade de melhorar a articulação política. “O começo de governo gerou um processo de choque com os partidos, mas o presidente percebe que não tem como governar sem eles”, afirma o cientista político Marco Antonio Carvalho Teixeira, professor da FGV-SP. A reforma ministerial seria o remédio amargo para Bolsonaro engolir, mesmo que a contragosto, com o objetivo de eliminar algumas fraquezas de sua administração.

ABRAHAM WEINTRAUB (Educação)

Um dos que mais geram reclamações de parlamentares. É considerado polemista e performático demais, sem entregar resultados — relatório de um grupo da Câmara que acompanha sua área apontou ineficiência e paralisia no ministério

ONYX LORENZONI (Casa Civil)

Por que pode cair

Teve as funções esvaziadas e perdeu o comando da articulação política. É criticado no Congresso por não cumprir as promessas feitas para que a reforma da Previdência fosse aprovada. É desafeto de Jorge de Oliveira (Secretaria-Geral), querido por Bolsonaro

OSMAR TERRA (Cidadania)

Por que pode cair

Há insatisfação no núcleo próximo a Bolsonaro com a inoperância do ministério, que já perdeu a Secretaria da Cultura e pode perder a de Esporte. A Pasta pode ser usada para acomodar aliados ou mesmo ser incorporada por Damares Alves

MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (Turismo)

Depositário da gratidão de Bolsonaro por tê-lo apoiado durante o atentado a faca sofrido em Juiz de Fora, foi indiciado pela PF e acusado pelo Ministério Público de comandar

um esquema de candidaturas-laranja no PSL de Minas Gerais

BENTO ALBUQUERQUE (Minas e Energia)

Por que pode cair

A Pasta é cobiçada por políticos, principalmente do Senado, que não conseguem emplacar afilhados em estatais, como ocorria. Albuquerque também é criticado pelo resultado frustrante do leilão da cessão onerosa do pré-sal e por parte do setor elétrico

LUIZ EDUARDO RAMOS (Secretaria de Governo)

Por que pode cair

Embora o general não desagrade a Bolsonaro, de quem é amigo, líderes de partidos no Congresso, seus principais interlocutores na função, estão descontentes com sua inoperância na articulação política e com a “falta de tinta na caneta”

topo ↕

VEJA - SP - GERAL

As façanhas do Prouni

O programa é vencedor ao pôr bolsistas no mercado de trabalho

Visitando Bogotá, estive no Colegio San Bartolomé. Em 1620, ali foi fundada uma das primeiras universidades do continente. As nossas, brasileiras, só surgiram na década de 20 e custaram a engrenar. Nos anos 1950, porém, criou-se aqui uma ambiciosa rede de universidades federais, seguindo o modelo de Humboldt, com pesquisa e tempo integral. Foi uma iniciativa de sucesso, que plantou as raízes da nossa pós-graduação e pesquisa. Com a aceleração da matrícula no ensino básico, sobretudo, nos anos 1990, alimentou-se a expectativa de que haveria vagas para os que se formassem no médio.

De fato, ocorreu uma fenomenal expansão do ensino superior, mas ela veio do setor privado. Por quê? Ao contrário do que ocorreu no resto do mundo, no Brasil não se criaram alternativas mais econômicas no sistema público. As federais custam 41 000 reais por aluno, o mesmo que as universidades europeias. Se os 6,4 milhões de alunos matriculados nos cursos privados estivessem em federais, a conta seria de 262 bilhões de reais. É seis vezes o orçamento atual delas. A esquerda torceu o nariz, mas o MEC não teve saída senão deixar o sistema privado crescer — para tal, meramente, reduziu as torturas burocráticas na autorização.

Até a virada do milênio, havia alunos pagantes para as vagas existentes. Mas o inevitável chegou. Como continuar crescendo sem subsidiar alunos incapazes de pagar? Fies e Prouni foram as soluções encontradas. Visam a expandir matrículas e melhorar a equidade.

As chamadas habilidades sociais ‘(soft skills)’ prejudicam as pessoas de origem mais modesta

O Prouni é um programa no qual as faculdades privadas deixam de pagar impostos e oferecem um valor equivalente em bolsas de estudo. Curiosamente, foi criado na gestão do PT, sob protestos da filha do ministro Tarso Genro, que defendeu a aprovação do sistema.

Na contramão de outros programas, ele tem ferramentas eficazes para lidar,

simultaneamente, com os critérios de mérito e de equidade. Ao estabelecer um limiar de pontuação no Enem, pesca os alunos mais talentosos. Barrando candidatos acima de certa renda familiar, garante que essa pescaria se dê entre os mais pobres. Pesquisas sérias mostram que ex-bolsistas se graduam com uma pontuação no Enade ligeiramente acima da dos alunos pagantes e se evadem menos. Ou seja, um programa para ajudar os mais necessitados consegue resultados superiores aos dos pagantes. Além de reduzir a inequidade, produz graduados mais bem preparados. Não é façanha menor.

O teste seguinte é o do mercado de trabalho. Como se saem os bolsistas? Em razão das dificuldades com os dados, as pesquisas são menos numerosas. Não obstante, um estudo cuidadoso do Ipea mostrou resultados bem interessantes. Os bolsistas obtinham 1 000 reais a menos nos seus empregos. Devem ser as habilidades sociais — soft skills — não medidas pelo Enade e que prejudicam pessoas de origem mais modesta. Contudo, ao longo da sua vida profissional, os salários dos ex-bolsistas cresceram mais que os dos outros — ganhos de 750 reais adicionais. Ou seja, no mercado de trabalho, o Prouni se revela um programa vencedor. Vence na equidade e vence no aproveitamento dos alunos.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - CIDADES

UFPel desenvolve primeira vacina recombinante do país contra botulismo Produto para uso veterinária já foi patenteado e a tecnologia transferida à multinacional; descoberta é resultado de tese de doutorado

O programa de pós-graduação em Biotecnologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) é destaque nacional pela quarta vez. Foi dali, do laboratório de Imunologia Aplicada, que surgiu a primeira vacina recombinante do Brasil para uso veterinário contra botulismo; uma doença rara, mas que pode dizimar rebanhos inteiros em intervalos de até 72 horas. O produto já foi patenteado e a tecnologia foi transferida à multinacional, com sede em São Paulo. A descoberta é resultado de tese de doutorado e foi para final do Grande Prêmio **Capes**.

A expectativa é de que em dois anos a imunização esteja, efetivamente, no mercado brasileiro e internacional. Neste momento, os pesquisadores da UFPel mantêm contato permanente com técnicos da Biovet Vaxxinova, para que a vacina desenvolvida em volumes de até sete litros e testada em bovinos e búfalos, agora possa ser produzida em larga escala com os mesmos resultados. E as vantagens não são poucas. O controle sobre a eficácia das doses é a principal.

"O nosso foco era a qualidade da vacina", destacam o autor da tese, Clóvis Moreira Júnior, e o orientador Fabrício Rochedo Conceição. Outros três pontos positivos também podem ser comemorados: a simplificação do processo de produção, a redução de custo se comparado aos toxóides convencionais disponíveis no mercado e a ampliação da segurança durante a produção, já que a tecnologia utilizada - através de engenharia genética - não envolve o uso da toxina botulínica; altamente perigosa (veja mais detalhes na arte).

A vacina encerra um ciclo de 12 anos de estudos, desde que o professor Fabrício Conceição passou a se debruçar sobre o tema. E o melhor: com os resultados, a Biotecnologia acaba por cumprir sua função: gerar produtos, processos e serviços para sociedade.

De carona, vêm mais estudos pela frente

O contrato firmado com a multinacional deverá fomentar ainda mais estudos. Os valores, não revelados, serão divididos em três parcelas. A primeira, já liberada, foi encaminhada à administração central da UFPel, mas com destino específico à área de pesquisa e tecnologia. A segunda parte está condicionada à obtenção de registro da vacina junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e será enviada diretamente ao Centro de Desenvolvimento Tecnológico, onde está o lotado o Núcleo de Biotecnologia. Já a terceira e última parcela, direcionada aos inventores, só será repassada quando o produto estiver apto a comercialização.

Detalhe: a UFPel irá receber 5% de royalties, durante dez anos, a cada dose vendida. E o cenário é altamente favorável. Somente no Brasil são cerca de 200 milhões de bovinos, que precisam ser imunizados de seis em seis meses. Daí a importância de a vacina chegar ao mercado por preços que fiquem abaixo de R\$ 1,00. Do contrário, os criadores deixam de proteger os rebanhos. E é o que promete o produto desenvolvido em Pelotas, que possui um processo simplificado de produção.

Foi um convite, portanto, ao interesse da Biovet Vaxxinova, que adquiriu equipamentos, ampliou equipe e realizou adequações em parte da planta industrial para poder dar início aos experimentos em larga escala.

Saiba mais

* O que é o Botulismo?

É uma doença de evolução aguda e não transmissível.

A bactéria *Clostridium Botulinum* é difícil de ser eliminada por duas razões:

- 1) Pode estar, inclusive, no sistema digestório dos animais. É, então, eliminada nas fezes e produz esporos, que são uma forma de resistência à radiação, à falta de água e a condições adversas.
- 2) Como uma bactéria anaeróbica, que se multiplica em ambientes de falta de oxigênio, surge com força também em caso de morte e a toxina fica alojada nos ossos. Outros animais, com deficiência de cálcio e de fósforo, podem acabar roendo esses restos.

Atenção: A toxina também poderá ser ingerida através de alimentos contaminados com a bactéria: rações, silagem e água. Isso porque a *Clostridium Botulinum* poderá se proliferar com a morte de animais menores, como aves e ratos, não apenas do gado. É quando, geralmente, ocorrem os surtos que atingem rebanhos.

* Por que a vacina desenvolvida na Biotecnologia da UFPel é melhor?

Nas convencionais, que já existem à disposição no mercado, há o cultivo da bactéria que produz a toxina botulínica. É preciso, então, separá-las, o que representa risco para os manipuladores. Detalhe: é uma neurotoxina; uma das mais potentes da natureza e altamente letal. Pequenas doses são suficientes para provocar o quadro de botulismo.

Para piorar, os custos de produção são elevados. O prazo até obter a inativação da toxina - que permita o uso sem riscos aos animais que irão receber a vacina - pode chegar a até dois meses. Só após vários testes com camundongos, que comprovem o enfraquecimento da toxina, é que as doses podem ser levadas ao mercado. E mais: durante o período de testagens, o tanque que mantém o antígeno (a toxina) pode degradar.

Resumindo: a produção convencional é demorada, complexa e perigosa, com diferentes níveis de qualidade entre os lotes. E por quê? Porque a bactéria Clostridium Botulinum produz quantidades variadas de toxina e, além de possuir rendimento incerto no número de doses, também tem eficácia distinta, com variações na geração de anticorpos.

Qual o diferencial da vacina desenvolvida pela Biotecnologia?

A equipe decidiu produzir uma toxina recombinante. Recorreu portanto, à engenharia genética. Para isso, os profissionais pegaram parte do gene da toxina botulínica e transferiram para uma bactéria de fácil cultivo, que não é patogênica. A Escherichia coli, comum no intestino de vários animais - inclusive do ser humano -, transformou-se, então, em bactéria hospedeira; um processo mais rápido e mais seguro.

A toxina botulínica é uma molécula enorme. É uma proteína dividida em três partes bem definidas:

- Uma tóxica, que causa a lesão, mata a célula e gera a doença;
- Outra que faz a toxina entrar para célula;
- Uma terceira parte reconhece o receptor da célula-alvo. É uma parte 100% atóxica.

A equipe voltou o foco, portanto, apenas a essa porção atóxica. Com a tecnologia implementada, a Escherichia coli decodifica este DNA: pega a informação e produz a proteína, mas apenas a parte da molécula que não provocará a doença. Quando o animal receber a vacina, gerará anticorpos contra esta terceira porção. Em caso de ingerir a toxina da natureza, os anticorpos detectam esta terceira porção e impedem que a toxina reconheça o receptor. Bloqueia o acesso. A toxina é impedida de se ligar à célula-alvo, do sistema nervoso do animal.

A vacina irá combater os sorotipos C e D. A projeção é de que possa render de cem a 500 doses por litro.

Em grupo: Além do orientador Fabrício Rochedo Conceição e de Clóvis Moreira Júnior, também integram a equipe Felipe Salvarani, Gustavo Moreira, Carlos Eduardo Cunha e Marcos Roberto Ferreira.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ciência sob ataque: a violência como forma de governo

O Faces da Violência abre espaço para as 4 (quatro) associações científicas de Ciências Sociais brasileiras (ABA, ABCP, ANPOCS e SBS) fazerem um balanço do ano de 2019 e analisarem a proliferação do discurso que demoniza a ciência e associa medo, violência e universidade no país. Contra os ataques que marcaram o ano, nós pesquisadores precisamos comunicar a importância do conhecimento científico para além dos nossos pares e mostrar para a sociedade, sem abrir mão do rigor analítico, o que está em jogo.

Por Miriam Pillar Grossi*; Maria Filomena Gregori**; Flávia Biroli***; e Jacob Lima****

Neste ano, alguns dos temas que são caros aos cientistas sociais ganharam grande destaque no Brasil.

Não foi, no entanto, porque houvesse no governo preocupação real com eles, no sentido de enfrentar os desafios existentes em um país tão diverso e desigual. Foi com violência e empregando o recurso ao medo que o governo de Jair Bolsonaro lidou com direitos das populações mais vulneráveis, com desafios ambientais, com o conflito social. Indígenas, negros e negras, pessoas LGBTQIs e as mulheres, em geral, viram crescer as ameaças, ao mesmo tempo que a desregulamentação acompanhou a legitimação das violências.

A estigmatização desses grupos, já antiga em nossa sociedade, se tornou parte do discurso de mandatários e do próprio Presidente da República. Ele tem estimulado pânico morais e difundido mentiras, entre lives, fake news e postagens que pactuam com injustiças, exibem tendências autoritárias e desrespeitam tantas e tantos cidadãos.

O sistema de Ciência e Tecnologia e o ensino superior, institucionalizados historicamente e com efeitos positivos em todo o país, foram tratados de maneira particularmente irresponsável. A ameaça sistemática de retirada de bolsas fez parte de uma dinâmica que visa criar instabilidade e insegura. Também aqui, a zombaria e o desrespeito tornaram folclóricos os pronunciamentos daquele que esteve à frente do Ministério da Educação. Criado em 1951 e responsável pelo fomento de parte importante da pesquisa no Brasil, o CNPq foi sistematicamente tratado como uma espécie de “problema a ser eliminado”.

A **Capes**, cuja criação vem também dos anos 1950 e que ganhou em robustez nas décadas posteriores, teve não apenas recursos reduzidos, mas uma indefinição em algumas de suas tarefas fundamentais, como a das diretrizes para a avaliação da pós-graduação. O mesmo ocorreu com a Finep, importante agência de financiamento da pesquisa, cuja criação nos leva, aliás, para os anos de chumbo da ditadura militar, tão cara a alguns dos integrantes do atual governo.

Os recursos escassos precisam ser colocados em perspectiva histórica. Afinal, escolhas estão sendo feitas e elas não convergem, até o momento, na valorização da Ciência e da Educação. Por outro lado, a restrição de direitos e a redução do alcance das políticas públicas determinado pela PEC do “teto de gastos” levam à precarização, ao empobrecimento. De novo, a resposta é a violência, porque processos de privatização nesse caso são também uma forma de desalojar, desconstruir a chance de trajetórias, colocando em risco o futuro das novas gerações.

Como Cientistas Sociais, preocupa-nos as seguidas ameaças de restrições de recursos para a Ciência e o ensino superior e, em particular, para a pós-graduação de excelência desenvolvida no país. Cortes, parcialmente, revertidos graças a uma forte mobilização nacional, liderada pela SBPC e associações científicas, que articulou a sociedade civil aos parlamentares no Congresso Nacional.

Nós, professores/as e pesquisadores/as, temos assistido aos efeitos perversos desta política de descaso: o medo, a angústia e a depressão de nossos estudantes da graduação e pós-graduação face à propagação de falsas acusações contra temas de suas pesquisas e ameaças de cortes de bolsas que garantem sua permanência na universidade.

Como eles, nós também nos perguntamos a quem serve essa política. Quem ganha com a retirada de direitos e o desmonte do sistema de Ciência e Tecnologia, juntamente com

o do ensino superior público? Certamente, não é o Brasil. Qualquer projeto de desenvolvimento, depende da formação de quadros para o futuro, de pessoas capazes de compreender o país em que vivem, de encontrar soluções. Nesse ponto, as Ciências Sociais têm muito a dizer. É verdade que são posicionadas. Têm sua história fortemente relacionada à interpretação de nossas mazelas e de nossas potências e a de mobilizar diferentes redes de produção de conhecimento, estimular entre elas o debate, gerar formas de visibilidade e dar suporte a instituições públicas estatais, governamentais e não-governamentais.

Assim, são ciências voltadas às problemáticas sociais e com alta participação na esfera pública. Essa dimensão política é valiosa no Brasil, sobretudo, depois da Constituição de 1988, quando os cientistas sociais foram convocados a decifrar e enfrentar os problemas estruturais resultantes de uma expressiva desigualdade social, através da formulação e avaliação de políticas públicas e formação de profissionais. A desigualdade social é uma abstração se não estiver sendo considerada a partir de evidências quantitativas e qualitativas que situam os grupos sociais em termos de classe social, gênero, raça, regionalidade, nacionalidade, escolaridade, orientação sexual.

Como toda a ciência, as Ciências Sociais dependem de liberdade de pensamento e crítica para que se desenvolvam. Por isso, seu ambiente é, por excelência, o da democracia. Quando a democracia está sob ameaça, estão também os cientistas, o pensamento crítico e o próprio combate à violência. Lutar contra ela exige conhecer os mecanismos que a produzem, contribuição inegável das Ciências Sociais.

Por exemplo, o aumento vertiginoso de feminicídios em 2019, colocando o Brasil em 5o lugar de assassinatos de mulheres por seus parceiros é uma consequência direta do desmonte de políticas públicas federais para mulheres. No mesmo sentido, na esteira da estigmatização e da homofobia, travestis continuam a ser dizimadas em todos os lugares do Brasil, na maior parte das vezes com extrema crueldade. Ao mesmo tempo, ataques de grupos conservadores aos estudos de gênero têm impedido maior formação e conscientização a respeito das desigualdades entre homens e mulheres, ações que abrem o caminho para a construção de relações sociais menos violentas.

E não é só nas relações de gênero que uma espécie de licença para humilhar e matar coincide com o rechaço à pesquisa. Dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra mostram que 2019 foi um ano recorde de assassinato de indígenas no Brasil, com 9 assassinatos até o presente momento. Também as populações negras têm sido alvo direto da violência institucional do Estado brasileiro como vimos em inúmeros casos de assassinatos de jovens e crianças negras por parte de agentes de segurança estatais. Enquanto isso, as preocupações do governo são com um suposto “marxismo cultural”. Há desafios muito importantes e com vidas em jogo.

Sim, nós das Ciências Sociais temos lado. Nosso compromisso é com a ciência, a educação, a democracia e a construção de um país mais justo.

* Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS

** Presidente da Associação Brasileira de Antropologia – ABA

*** Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP

**** Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS

topo

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Resíduo de açaí pode ir dos lixões para as indústrias de cosmético e de ração Pesquisa do Instituto Nacional de Tecnologia (INT) estuda possíveis destinações ao fruto, que tem atualmente apenas 15% de aproveitamento

O açaí, onipresente no país, gera um problema desconhecido por grande parte da população que vive fora da região Norte: 1,1 milhão de toneladas de resíduos, que representa 85% do fruto e está soterrando lixões. Para solucionar a questão, a pesquisadora Ayla Sant'Ana, do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), descobriu possíveis destinações industriais para ele, como na elaboração de cosméticos e até de rações.

Como começou sua pesquisa?

Em 2014, fui informada de um problema até então desconhecido para mim: há um acúmulo estimado em 1,1 milhão de tonelada de resíduos de açaí em lixões das cidades do Norte do país. A produção de açaí é estimada em 1,3 milhão de tonelada e estamos aproveitando apenas 15%.

Então a questão era saber do que era composta essa semente para dar algum uso nobre para isso e ter aproveitamento total nessa cadeia produtiva. Temos uma fonte amplamente disponível, que é um estorvo, quando na verdade poderíamos estar desenvolvendo produtos com grande potencial de mercado.

Biodegradáveis, esses resíduos não podem ser absorvidos pela natureza?

Há dois problemas: é uma semente muito dura, um coquinho que, para ser quebrado, precisa de uma força de 98 quilos. Isso faz com que a degradação seja mais lenta. O outro é que, se eu deixar uma semente no sol, talvez em um ano tenha desaparecido, mas quando falamos de milhares de toneladas esse um ano passa a ser muito tempo. Não é mais um processo natural quando há uma produção de agricultura.

O que você descobriu?

A semente tem uma grande quantidade de um carboidrato chamado manana, formado por várias manoses, a unidade fundamental, ligadas. Há 550 mil toneladas de manana disponíveis, e ela pode ter diversas aplicações industriais. Por si só é usada como espessante em alimentos em formulação de cosmético.

Tem atividade prebiótica, que alimenta os probióticos, então ajuda no fortalecimento dos microorganismos benéficos, podendo ser usado em várias formulações, como rações premium para animais. E por ser um espessante pode ser usado também em cremes para pele, deixando-a mais agradável ao toque.

Você conseguiu apoio para a pesquisa?

Em meados de 2016, ganhei um edital de apoio da **Capes** para iniciar a exploração em relação à composição da semente. Em 2017, inscrevi o projeto para o apoio do Instituto Serrapilheira. Receberam 2 mil propostas e aprovaram 65 projetos, o meu incluso. Ganhamos R\$ 100 mil para executar em um ano. No final do período, os projetos foram reavaliados com comitês internacionais e pesquisadores renomados. Dos 65, selecionaram 12 para receber R\$ 1 milhão para continuar a pesquisa por mais três anos. E eu fui uma das 12. O contrato começou em agosto.

Você conseguiu a patente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) em cerca de um ano. Como foi isso?

O Inpi tem um programa recente chamado Patente Verde, que visa incluir tecnologias prioritárias para o desenvolvimento do país e que tenham tecnologia com sustentabilidade envolvidos. E você pode pedir o enquadramento dentro desse programa e ganha exame prioritário. Isso é legal porque às vezes demoram dez anos para conceder ou não sua patente.

Em meu caso, demorou um ano e três meses, mostrando que o programa de patentes verdes está apresentando tecnologias para o desenvolvimento do país. O potencial estava identificado, mas precisava desenvolver um processo de extração. A patente descreve os processos de obtenção dessas moléculas a partir da semente de açaí.

Quais os próximos passos?

Já estamos conversando com algumas empresas, mas todo desenvolvimento de tecnologia é um processo longo. Muitas outras frentes nesse projeto estão sendo exploradas. Especificamente, o processo envolve o uso de enzimas mananazes, que degradam a manana, e precisei importar uma enzima japonesa.

Então um gargalo importante é continuar a pesquisa de enzimas eficientes para ter mais independência tecnológica. Vira uma oportunidade para desenvolver uma tecnologia nacional.

Fico me perguntando quantos outros casos parecidos com a semente de açaí não existem em nosso país. Devem ter muitos outros casos de oportunidade que não foram enxergadas e que estão esperando alguém ir lá, com apoio para isso.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Formação de professores fica mais longa e mais voltada para prática

A formação dos professores no Brasil vai ficar mais longa e passar a ter maior foco na prática. As medidas estão previstas em resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) homologada pelo Ministério da Educação (MEC).

A portaria que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - (BNC-Formação) foi publicada hoje (20) no Diário Oficial da União .

Os cursos de licenciatura, para a formação de professores, passam da atual duração de três para quatro anos, ou 3,2 mil horas. Dessas 800 horas, o equivalente a um quarto do curso, devem ser voltadas para a prática pedagógica.

A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por um professor da instituição formadora e por um professor experiente da escola onde o estudante a realiza.

Apesar da parte da formação dedicada exclusivamente à prática, a resolução estabelece que a prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, “com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade

docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado”.

A formação dos futuros professores também terá um maior foco na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o mínimo que deverá ser aprendido pelos estudantes de todo o país no ensino infantil, fundamental e médio.

Histórico

Uma resolução que tratava da formação de professores havia sido homologada em 2015 e deveria ter sido implementada até 2017, mas, na época, o MEC pediu o adiamento da implementação. Isso porque a BNCC, que orientaria também a formação dos professores, ainda não estava em vigência.

A nova publicação homologada nesta sexta-feira revoga a de 2015. Agora, foi estabelecido um novo prazo de dois anos para que as instituições de ensino superior se adequem às medidas.

Aquelas que já implementaram a resolução de 2015 terão três anos para adequar as competências profissionais previstas na nova resolução. Os estudantes que iniciaram os estudos seguindo as diretrizes da resolução anterior deverão concluir os estudos “sob a mesma orientação curricular”.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Fies exigirá 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio Até agora, bastava não tirar zero para ter direito ao financiamento

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) passará a exigir nota mínima de 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Esta foi uma das mudanças aprovadas pelo Comitê Gestor do Fies. Além disso, a partir de 2021, o programa poderá ter uma redução na oferta de vagas financiadas pelo governo federal.

Até então, não havia a exigência de uma nota mínima na redação do Enem, era necessário apenas não ter zerado a prova, mesmo critério usado para seleção de estudantes para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferta vagas em universidades públicas, e para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior.

Agora, além da nota mínima na redação, continua valendo a regra de nota média mínima de 450 pontos nas provas objetivas do Enem. Ficou também mais difícil mudar de curso dentro da instituição de ensino. Agora, para serem transferidos, os estudantes beneficiados pelo Fies precisam ter resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças foram feitas para garantir “a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados”.
Redução de vagas

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal, ofertadas aos estudantes em condições socioeconômicas mais vulneráveis. As vagas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, “podendo voltar a 100 mil vagas caso

haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”.

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e de desenvolvimento e por bancos privados. Agora, para contratar essa modalidade, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

O Fies oferece financiamento a estudantes de baixa renda em instituições particulares de ensino, a juros mais baixos que os de mercado. O programa, que chegou a firmar, em 2014 mais de 732 mil contratos, sofreu uma série de mudanças e enxugamentos. O programa foi dividido, em 2018 em Fies juro zero e P-Fies.

O Fies juro zero, financiado pelo governo federal, é voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não ultrapasse três salários mínimos. Já o P-Fies, que deixa de ter limitações, era voltado para estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não excedesse cinco salários mínimos.

Inadimplência

Um dos principais motivos para as mudanças feitas nas regras do Fies, de acordo com gestões anteriores do MEC, é a alta inadimplência no programa, ou seja, estudantes que contratam o financiamento e não quitam as dívidas. O percentual de inadimplência registrado pelo programa chegou a atingir 50,1% de acordo com dados do MEC. Em 2016, o ônus fiscal do Fies foi de R\$ 32 bilhões, valor 15 vezes superior ao custo apresentado em 2011.

O comitê gestor aprovou agora a possibilidade de cobrança judicial dos valores devidos. A judicialização poderá ser feita no caso dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos.

Hoje, segundo a pasta, a cobrança de quaisquer valores é feita no âmbito administrativo. Pela resolução aprovada pelo comitê, só continua a se enquadrar nesse campo quem deve menos de R\$ 10 mil. O devedor e os fiadores poderão ser acionados.

As medidas não foram bem aceitas por instituições de ensino privadas. Para o diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólton Caldas, as mudanças “vão acabar de enterrar o programa”. Ele defende um modelo novo, que atenda à necessidade da sociedade e acrescenta: “O Fies precisa ser visto pelo governo como investimento na educação.”

De acordo com Caldas, os estudantes que cumprem os critérios socioeconômicos exigidos pelo Fies juro zero geralmente não atendem aos critérios de nota, gerando um “gargalo no programa”. Ele diz ainda que o P-Fies, contratado junto aos bancos, “não resolve o problema”.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Governo avalia reduzir nº de contratos do Fies pela metade e exigir nota na Redação

Programa já chegou a firmar 732 mil contratos há cinco anos e pode cair para 54 mil em 2021

BRASÍLIA - O governo federal anunciou nesta sexta-feira, 20, a possibilidade de reduzir até pela metade o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2021. O Fies já chegou a ofertar 732 mil contratos há cinco anos e pode cair para 54 mil em 2021. Também foram aprovadas no conselho gestor mudanças que tornam mais rígida a concessão de bolsas.

Conforme aprovado, os próximos contratos do Fies passarão a exigir nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Anteriormente, só se exigia que a Redação não fosse zerada, além de média 450 na parte objetiva (o que foi mantido).

Além disso, houve alteração nas regras para troca de cursos. Na prática, ficou mais difícil mudar dentro de uma instituição de ensino, uma vez que será exigido resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado para se manter o benefício. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças vão “garantir a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados”.

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal. Elas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, “podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”.

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e bancos privados. Para contratá-lo, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC vai pagar R\$ 370 mil por dois almanaques da Turma da Mônica com dicas de incentivo à leitura

Segundo o ministério, a contratação dispensou licitação porque fez-se a opção específica do Instituto Maurício de Sousa, pela brasilidade do ilustrador, pelo elo que cria entre pais e filhos e pela relação histórica que já guarda com as famílias brasileiras.

O Ministério da Educação diz que vai pagar R\$ 370 mil ao Instituto Maurício de Sousa pelo material para incentivar que pais leiam aos seus filhos, que foi batizado de "Conta para mim" e lançado no início de dezembro. De acordo com o MEC, não houve licitação, mas ela seguiu os artigos da Lei de Licitações que tratam das regras para contratações sem o certame.

Convidado para a empreitada, Amauri Sousa, diretor-executivo do Instituto Maurício de Sousa, informou ao G1 que os personagens da Turma da Mônica estarão em dois almanaques de histórias em quadrinhos, ilustrando dicas e recomendações de como estimular as crianças à leitura. O contrato prevê somente a criação do conteúdo (arte, enredo, roteiros, ilustrações, atividades e histórias) que estará nas duas publicações voltadas para as crianças da rede pública do 1º e 2º ano do ensino fundamental.

Segundo ele, o instituto abriu mão da cobrança dos direitos autorais "devido à relevância do tema".

De acordo com o MEC, a contratação foi aprovada pela consultoria jurídica da pasta e está amparada em dois itens da Lei de Licitações, no artigo que trata dos casos em que a licitação não é obrigatória: "a existência de um único fornecedor torna inviável a realização da licitação, porque o material somente pode ser fornecido por uma única pessoa", e "a contratação de renomado profissional do setor artístico".

A pasta afirmou, em nota, que, "por se tratar de objeto com valorização intangível, pode ser que hajam casos em que só um determinado artista seja adequado a atender o interesse público. Também nesse caso, não faz sentido falar em licitação".

O MEC ainda justificou a escolha do Instituto Maurício de Sousa pela "brasilidade do ilustrador, pelo elo que cria entre pais e filhos e pela relação histórica que já guarda com as famílias brasileiras".

MEC lançou no início do mês material para incentivar os pais a lerem para os filhos

Licitação para imprimir e distribuir as cartilhas

O contrato entre MEC e Instituto Mauricio de Sousa não prevê a impressão e a distribuição dos exemplares, etapas que não estão incluídas no contrato com o Instituto e serão alvo de licitação. O MEC não deu detalhes sobre a tiragem prevista e o custo.

De acordo com a pasta, o prazo previsto é de entrega do material em duas etapas, uma em cada semestre de 2020.

Sobre o prazo para a entrega do material, o ministério pretende que ela aconteça em duas etapas, uma em cada semestre de 2020. O Instituto Mauricio de Sousa informou que não cobrou pelos direitos autorais e que os personagens da Turma da Mônica estarão presentes nos materiais.

Mec lança um programa pra incentivar os pais a lerem para os filhos

Valores de mercado

O Instituto Maurício de Sousa informou que o valor de R\$ 370 mil pela elaboração das duas cartilhas segue "os valores que são adotados em todos" os trabalhos desenvolvidos pelo estúdio.

"Consideramos o estímulo à leitura importante num país em que 79% dos que hoje não são leitores afirmam que nunca ganharam livros (pesquisa Retratos da Leitura, 2015. Instituto Pró-Livro) e que tem pouca variação desde 2009 nos resultados de leitura do Pisa", explicou Amauri Sousa, diretor-executivo do Instituto Mauricio de Sousa. "Os personagens da Turma da Mônica estarão presentes em dois almanaques de histórias em quadrinhos, ilustrando dicas e recomendações de como orientar os pais e outros familiares a estimular as crianças à leitura de maneira prazerosa e divertida", disse ele.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Os 15 melhores cursos EaD de graduação, segundo o MEC Segundo o Quero Bolsa, modalidade puxou crescimento de matriculados, na última década

SÃO PAULO, 20 de dezembro de 2019 /PRNewswire/ — Pela primeira vez, o ensino superior a distância (EaD) superou a modalidade presencial em cursos com a nota máxima no Conceito Preliminar de Curso (CPC). Segundo a avaliação, 2,7% dos cursos EaD receberam a nota 5 do MEC contra apenas 1,6% dos presenciais. Em 2017, essas taxas eram de 0,4% e 2,4%, respectivamente.

O CPC é composto por: nota no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), Indicador de Diferença entre o Desempenho Esperado e Observado (IDD), o Perfil dos Professores (regime de trabalho e titulação) e questionário aplicado aos estudantes sobre percepções do processo formativo.

EaD vem crescendo no Brasil

A melhor avaliação acontece em sincronia com o aumento do ingresso de alunos entre 17 e 24 anos (idade considerada ideal para cursar faculdade) no EaD. Segundo levantamento da equipe de Inteligência Educacional do Quero Bolsa, a presença nessa faixa etária saltou de 7,27%, em 2010, para 22,09%, em 2018.

“O EaD atrai alunos mais velhos pela utilidade prática de um diploma, como uma promoção no trabalho. Ele virou uma alternativa para os jovens com perda de renda e alto desemprego”, explica Pedro Ballerine, diretor de Inteligência Educacional do Quero Bolsa.

Entre 2015 e 2018, os matriculados no EaD passaram de 1,39 milhão para 2,05 milhões, enquanto, caíram de 6,64 milhões para 6,39 milhões no presencial.

15 cursos EaD com nota máxima do MEC

Marketing – UniCarioca;
Gestão Comercial – Estácio;
Administração – UCB;
Gestão Pública – UNINASSAU;
Marketing – EBAPE/FGV;
Gestão de Qualidade – UNINASSAU;
Gestão Comercial – EBAPE/FGV;
Processos Gerenciais – EBAPE/FGV;
Gestão Pública – EBAPE/FGV;
Gestão Pública – UNA;
Secretariado Executivo – UNINTER;
Gastronomia – UNINASSAU;
Gastronomia – Anhembi Morumbi;
Gestão Pública – EBAPE/FGV;
Gestão Comercial – FTEC.

Sobre o Quero Bolsa

Quero Bolsa (<https://querobolsa.com.br>) conecta alunos a IES, oferecendo vagas e bolsas de estudo em cursos de Ensino Superior, Ensino Básico, Idiomas e Intercâmbio. Em um cenário em que apenas 15,7% dos adultos concluíram a graduação, segundo IBGE, ele já gerou uma economia de mais de R\$ 1,3 bilhão para alunos do país. Atualmente, são mais de 6 mil escolas parceiras, 1.600 instituições de ensino superior, 2.500 de ensino básico, e mais de 10 mil opções de cursos de idiomas e 50 mil de intercâmbio.

Foto – <https://mma.prnewswire.com/media/1058488/querobolsa.jpg?p=original>

FONTE Quero Bolsa

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Fies exigirá 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) passará a exigir nota mínima de 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Esta foi uma das mudanças aprovadas pelo Comitê Gestor do Fies. Além disso, a partir de 2021, o programa poderá ter uma redução na oferta de vagas financiadas pelo governo federal.

Até então, não havia a exigência de uma nota mínima na redação do Enem, era necessário apenas não ter zerado a prova, mesmo critério usado para seleção de estudantes para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferta vagas em universidades públicas, e para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior.

Agora, além da nota mínima na redação, continua valendo a regra de nota média mínima de 450 pontos nas provas objetivas do Enem. Ficou também mais difícil mudar de curso dentro da instituição de ensino. Agora, para serem transferidos, os estudantes beneficiados pelo Fies precisam ter resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças foram feitas para garantir “a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados”.
Redução de vagas

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal, ofertadas aos estudantes em condições socioeconômicas mais vulneráveis. As vagas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, “podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”.

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e de desenvolvimento e por bancos privados. Agora, para contratar essa modalidade, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

O Fies oferece financiamento a estudantes de baixa renda em instituições particulares de ensino, a juros mais baixos que os de mercado. O programa, que chegou a firmar, em

2014 mais de 732 mil contratos, sofreu uma série de mudanças e enxugamentos. O programa foi dividido, em 2018 em Fies juro zero e P-Fies.

O Fies juro zero, financiado pelo governo federal, é voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não ultrapasse três salários mínimos. Já o P-Fies, que deixa de ter limitações, era voltado para estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não excedesse cinco salários mínimos.

Inadimplência

Um dos principais motivos para as mudanças feitas nas regras do Fies, de acordo com gestões anteriores do MEC, é a alta inadimplência do programa, ou seja, estudantes que contratam o financiamento e não quitam as dívidas. O percentual de inadimplência registrado pelo programa chegou a atingir 50,1% de acordo com dados do MEC. Em 2016, o ônus fiscal do Fies foi de R\$ 32 bilhões, valor 15 vezes superior ao custo apresentado em 2011.

O comitê gestor aprovou agora a possibilidade de cobrança judicial dos valores devidos. A judicialização poderá ser feita no caso dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos.

Hoje, segundo a pasta, a cobrança de quaisquer valores é feita no âmbito administrativo. Pela resolução aprovada pelo comitê, só continua a se enquadrar nesse campo quem deve menos de R\$ 10 mil. O devedor e os fiadores poderão ser acionados.

As medidas não foram bem aceitas por instituições de ensino privadas. Para o diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólton Caldas, as mudanças “vão acabar de enterrar o programa”. Ele defende um modelo novo, que atenda a necessidade da sociedade e acrescenta: “O Fies precisa ser visto pelo governo como investimento na educação.”

De acordo com Caldas, os estudantes que cumprem os critérios socioeconômicos exigidos pelo Fies juro zero geralmente não atendem aos critérios de nota, gerando um “gargalo no programa”. Ele diz ainda que o P-Fies, contratado junto aos bancos, “não resolve o problema”.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Formação de professores fica mais longa e mais voltada para prática

A formação dos professores no Brasil vai ficar mais longa e passar a ter maior foco na prática. As medidas estão previstas em resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) homologada pelo Ministério da Educação (MEC).

A portaria que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – (BNC-Formação) foi publicada hoje (20) no Diário Oficial da União .

Os cursos de licenciatura, para a formação de professores, passam da atual duração de três para quatro anos, ou 3,2 mil horas. Dessas 800 horas, o equivalente a um quarto do

curso, devem ser voltadas para a prática pedagógica.

A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por um professor da instituição formadora e por um professor experiente da escola onde o estudante a realiza.

Apesar da parte da formação dedicada exclusivamente à prática, a resolução estabelece que a prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, “com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado”.

A formação dos futuros professores também terá um maior foco na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o mínimo que deverá ser aprendido pelos estudantes de todo o país no ensino infantil, fundamental e médio.

Histórico

Uma resolução que tratava da formação de professores havia sido homologada em 2015 e deveria ter sido implementada até 2017, mas, na época, o MEC pediu o adiamento da implementação. Isso porque a BNCC, que orientaria também a formação dos professores, ainda não estava em vigência.

A nova publicação homologada nesta sexta-feira revoga a de 2015. Agora, foi estabelecido um novo prazo de dois anos para que as instituições de ensino superior se adequem às medidas.

Aquelas que já implementaram a resolução de 2015 terão três anos para adequar as competências profissionais previstas na nova resolução. Os estudantes que iniciaram os estudos seguindo as diretrizes da resolução anterior deverão concluir os estudos “sob a mesma orientação curricular”.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Governo avalia reduzir número de contratos do Fies pela metade

O governo federal anunciou nesta sexta-feira, 20, a possibilidade de reduzir até pela metade o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2021. O Fies já chegou a ofertar 732 mil contratos há cinco anos e pode cair para 54 mil em 2021. Também foram aprovadas no conselho gestor mudanças que tornam mais rígida a concessão de bolsas.

Conforme aprovado, os próximos contratos do Fies passarão a exigir nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Anteriormente, só se exigia que a Redação não fosse zerada, além de média 450 na parte objetiva (o que foi mantido).

Além disso, houve alteração nas regras para troca de cursos. Na prática, ficou mais difícil mudar dentro de uma instituição de ensino, uma vez que será exigido resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado para se manter o benefício. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças vão “garantir a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados”.

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal. Elas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, “podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”.

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e bancos privados. Para contratá-lo, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Fies vai exigir pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio Comitê Gestor do Fies aprova mudança nas regras. Antes, bastava não zerar na prova para ter direito ao financiamento estudantil

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) passará a exigir nota mínima de 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Esta foi uma das mudanças aprovadas pelo Comitê Gestor do Fies. Além disso, a partir de 2021, o programa poderá ter uma redução na oferta de vagas financiadas pelo governo federal.

Até então, não havia a exigência de uma nota mínima na redação do Enem, era necessário apenas não ter zerado a prova, mesmo critério usado para seleção de estudantes para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferta vagas em universidades públicas, e para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior.

Agora, além da nota mínima na redação, continua valendo a regra de nota média mínima de 450 pontos nas provas objetivas do Enem. Ficou também mais difícil mudar de curso dentro da instituição de ensino. Agora, para serem transferidos, os estudantes beneficiados pelo Fies precisam ter resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças foram feitas para garantir “a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados”.

Redução de vagas

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal, ofertadas aos estudantes em condições socioeconômicas mais vulneráveis. As vagas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, “podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC”.

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e de desenvolvimento e por bancos privados. Agora, para contratar essa modalidade, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

O Fies oferece financiamento a estudantes de baixa renda em instituições particulares de

ensino, a juros mais baixos que os de mercado. O programa, que chegou a firmar, em 2014 mais de 732 mil contratos, sofreu uma série de mudanças e enxugamentos. O programa foi dividido, em 2018 em Fies juro zero e P-Fies.

O Fies juro zero, financiado pelo governo federal, é voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não ultrapasse três salários mínimos. Já o P-Fies, que deixa de ter limitações, era voltado para estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não excedesse cinco salários mínimos.

Inadimplência

Um dos principais motivos para as mudanças feitas nas regras do Fies, de acordo com gestões anteriores do MEC, é a alta inadimplência no programa, ou seja, estudantes que contratam o financiamento e não quitam as dívidas. O percentual de inadimplência registrado pelo programa chegou a atingir 50,1% de acordo com dados do MEC. Em 2016, o ônus fiscal do Fies foi de R\$ 32 bilhões, valor 15 vezes superior ao custo apresentado em 2011.

O comitê gestor aprovou agora a possibilidade de cobrança judicial dos valores devidos. A judicialização poderá ser feita no caso dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos.

Hoje, segundo a pasta, a cobrança de quaisquer valores é feita no âmbito administrativo. Pela resolução aprovada pelo comitê, só continua a se enquadrar nesse campo quem deve menos de R\$ 10 mil. O devedor e os fiadores poderão ser acionados.

As medidas não foram bem aceitas por instituições de ensino privadas. Para o diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólton Caldas, as mudanças “vão acabar de enterrar o programa”. Ele defende um modelo novo, que atenda à necessidade da sociedade e acrescenta: “O Fies precisa ser visto pelo governo como investimento na educação.”

De acordo com Caldas, os estudantes que cumprem os critérios socioeconômicos exigidos pelo Fies juro zero geralmente não atendem aos critérios de nota, gerando um “gargalo no programa”. Ele diz ainda que o P-Fies, contratado junto aos bancos, “não resolve o problema”.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Base Nacional Comum Curricular traz mudanças em 2020

Referência para a criação de currículo, materiais didáticos e avaliações, a norma terá aplicação efetiva no próximo ano

Documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais necessárias à evolução dos alunos ao longo das etapas e ciclos da Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) terá aplicação efetiva em sala de aula a partir de 2020.

É uma referência nacional que vai orientar a construção dos currículos, a revisão e a elaboração de propostas pedagógicas, a composição dos materiais didáticos e moldar políticas de formação de profissionais da educação e avaliações.

CLIPPING



Seu objetivo central é promover a formação integral dos estudantes, ir além do desenvolvimento intelectual e da capacitação técnica. Por meio de dez competências estabelecidas na norma, a ideia é garantir que se formem cidadãos que falem uma mesma língua sob os aspectos de habilidade e conhecimento.

Mas afinal, por que as mudanças são relevantes?

Primeiramente, porque apontam para um avanço no desenvolvimento socioemocional de crianças e jovens. Adquirir e absorver saberes relacionados a ética, justiça social, sustentabilidade, meio ambiente e direitos humanos é fundamental para que os alunos ganhem autonomia de pensamento e atitude.

Novas competências

Veja a seguir o que diz a norma e como ela classifica as dez competências a serem absorvidas.

Conhecimento: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Pensamento científico, crítico e criativo: Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Repertório cultural: Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Comunicação: Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Cultura digital: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Trabalho e projeto de vida: Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentação: Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e

promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Autoconhecimento e autocuidado: Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Empatia e cooperação: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Responsabilidade e cidadania: Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Vale lembrar que nem todas as propostas são inéditas tampouco inovadoras. Algumas, inclusive, já são realidade nas escolas e só precisam ser expandidas. Outras podem trazer a necessidade de adaptação cultural dentro das instituições.

Leia mais: [O que a BNCC diz sobre a Educação Infantil](#)

É preciso entender, ainda, que a ideia da BNCC não é que se criem aulas e currículos específicos, com foco exclusivo sobre as competências. Mas sim, que a aprendizagem seja articulada de forma a inserir os conceitos nas atividades regulares e incorporar ações pertinentes à rotina escolar. Um ganho tanto para alunos como para os professores.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

Governo avalia reduzir número de contratos do Fies pela metade

O governo federal anunciou nesta sexta-feira, 20, a possibilidade de reduzir até pela metade o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2021. O Fies já chegou a ofertar 732 mil contratos há cinco anos e pode cair para 54 mil em 2021. Também foram aprovadas no conselho gestor mudanças que tornam mais rígida a concessão de bolsas.

Conforme aprovado, os próximos contratos do Fies passarão a exigir nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Anteriormente, só se exigia que a Redação não fosse zerada, além de média 450 na parte objetiva (o que foi mantido).

Além disso, houve alteração nas regras para troca de cursos. Na prática, ficou mais difícil mudar dentro de uma instituição de ensino, uma vez que será exigido resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado para se manter o benefício. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças vão "garantir a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados".

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal. Elas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, "podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC".

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e bancos privados. Para contratá-lo, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Governo avalia reduzir nº de contratos do Fies pela metade e exigir nota na Redação

Programa já chegou a firmar 732 mil contratos há cinco anos e pode cair para 54 mil em 2021

BRASÍLIA - O governo federal anunciou nesta sexta-feira, 20, a possibilidade de reduzir até pela metade o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2021. O Fies já chegou a ofertar 732 mil contratos há cinco anos e pode cair para 54 mil em 2021. Também foram aprovadas no conselho gestor mudanças que tornam mais rígida a concessão de bolsas.

Conforme aprovado, os próximos contratos do Fies passarão a exigir nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Anteriormente, só se exigia que a Redação não fosse zerada, além de média 450 na parte objetiva (o que foi mantido).

Além disso, houve alteração nas regras para troca de cursos. Na prática, ficou mais difícil mudar dentro de uma instituição de ensino, uma vez que será exigido resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado para se manter o benefício. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças vão "garantir a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados".

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal. Elas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, "podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC".

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e bancos privados. Para contratá-lo, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Fies exigirá 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) passará a exigir nota mínima de 400 pontos na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Esta foi uma das mudanças aprovadas pelo Comitê Gestor do Fies. Além disso, a partir de 2021, o programa poderá

ter uma redução na oferta de vagas financiadas pelo governo federal.

Até então, não havia a exigência de uma nota mínima na redação do Enem, era necessário apenas não ter zerado a prova, mesmo critério usado para seleção de estudantes para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferta vagas em universidades públicas, e para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior.

Agora, além da nota mínima na redação, continua valendo a regra de nota média mínima de 450 pontos nas provas objetivas do Enem. Ficou também mais difícil mudar de curso dentro da instituição de ensino. Agora, para serem transferidos, os estudantes beneficiados pelo Fies precisam ter resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças foram feitas para garantir "a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados".
Redução de vagas

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal, ofertadas aos estudantes em condições socioeconômicas mais vulneráveis. As vagas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, "podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC".

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e de desenvolvimento e por bancos privados. Agora, para contratar essa modalidade, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

O Fies oferece financiamento a estudantes de baixa renda em instituições particulares de ensino, a juros mais baixos que os de mercado. O programa, que chegou a firmar, em 2014 mais de 732 mil contratos, sofreu uma série de mudanças e enxugamentos. O programa foi dividido, em 2018 em Fies juro zero e P-Fies.

O Fies juro zero, financiado pelo governo federal, é voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não ultrapasse três salários mínimos. Já o P-Fies, que deixa de ter limitações, era voltado para estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não excedesse cinco salários mínimos.

Inadimplência

Um dos principais motivos para as mudanças feitas nas regras do Fies, de acordo com gestões anteriores do MEC, é a alta inadimplência do programa, ou seja, estudantes que contratam o financiamento e não quitam as dívidas. O percentual de inadimplência registrado pelo programa chegou a atingir 50,1% de acordo com dados do MEC. Em 2016, o ônus fiscal do Fies foi de R\$ 32 bilhões, valor 15 vezes superior ao custo apresentado em 2011.

O comitê gestor aprovou agora a possibilidade de cobrança judicial dos valores devidos.

A judicialização poderá ser feita no caso dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos.

Hoje, segundo a pasta, a cobrança de quaisquer valores é feita no âmbito administrativo. Pela resolução aprovada pelo comitê, só continua a se enquadrar nesse campo quem deve menos de R\$ 10 mil. O devedor e os fiadores poderão ser acionados.

As medidas não foram bem aceitas por instituições de ensino privadas. Para o diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólton Caldas, as mudanças "vão acabar de enterrar o programa". Ele defende um modelo novo, que atenda a necessidade da sociedade e acrescenta: "O Fies precisa ser visto pelo governo como investimento na educação."

De acordo com Caldas, os estudantes que cumprem os critérios socioeconômicos exigidos pelo Fies juro zero geralmente não atendem aos critérios de nota, gerando um "gargalo no programa". Ele diz ainda que o P-Fies, contratado junto aos bancos, "não resolve o problema".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Tecnologia na educação não é trocar caderno por tablet. Veja o que pode vir

A tecnologia tem transformado todas as dimensões de nossas vidas. Não poderia ser diferente na educação, principalmente considerando que as crianças e adolescentes da chamada geração Z – os nascidos entre meados dos anos 1990 até o início do ano 2010 – são os principais usuários de tecnologias e da internet. Mas, para além de serem receptoras de novos dispositivos e da conexão, as crianças precisam ser guiadas a promover seu próprio futuro. Esse, sim, é um presente de valor inestimável – e não apenas para esse Natal.

Dados do Cetic.br colhidos pela pesquisa TIC Kids 2018 mostram como as crianças e jovens estão conectados: 77% das crianças de 9 a 10 anos acessaram a internet nos últimos 3 meses; esse número salta para 94% quando analisada a faixa etária de 15 a 17 anos. Em todas as regiões do país, o acesso ultrapassa os 70%, com destaque para a região Sul, em que 95% de crianças e adolescentes de 9 a 17 tiveram acesso à rede.

Esses dados podem soar como uma ameaça para os que acreditam que as tecnologias têm transformado as interações humanas – deixando a todos nós como seres distantes e até mesmo alienados da realidade. Mas o cenário é positivo: segundo um levantamento da J-PAL North America, organização ligada ao MIT (Massachusetts Institute of Technology), há evidências científicas de que o uso de tecnologias traz impactos positivos para ampliar o engajamento das famílias e o aprendizado de estudantes, sobretudo em matemática.

A verdade é que, quando estimuladas com a tecnologia correta e com a orientação educativa adequada, crianças e adolescentes podem se beneficiar da ampla variedade de recursos e aplicações trazida pelas soluções tecnológicas. Educação e desenvolvimento cognitivo que abracem e envolvam a tecnologia são, aliás, um fenômeno que já surge com força em muitas escolas brasileiras. Mas quase sempre aquelas da esfera particular.

Acontece que as escolas públicas, por sua vez, têm um papel fundamental na inovação e no impacto social. Segundo dados do Censo Escolar de 2018, das quase 182 mil escolas de educação básica existentes no Brasil, 141,3 mil são públicas (aproximadamente 77%). O ensino público é amplo e tem a capacidade de alcançar grande parte das crianças e jovens do país. Cada aluno ou professor que se vê envolvido em um projeto de inovação tech traz boas ideias para a comunidade – pois, é claro, essas ideias vão refletir demandas que representem a realidade daquelas pessoas.

Para sermos mais precisos, a tecnologia aplicada ao aprendizado é capaz de mudar até o básico: manter as crianças interessadas nos estudos e prevenir que os adolescentes se sintam desestimulados e abandonem as aulas, por exemplo. Ela também é essencial para formar cidadãos que possam contribuir para o futuro do país. Nesse sentido, o panorama é preocupante: uma avaliação do Brookings Institution, organização sem fins lucrativos que estuda políticas públicas situada em Washington DC (EUA), se o setor educacional permanecer em sua trajetória atual, até 2030, metade de todas as crianças e jovens do mundo não terão as habilidades básicas de nível secundário necessárias para prosperar.

Todos conectados pela educação

Ainda que os dados mostrem uma alta conectividade de crianças e adolescentes, as atividades online não são necessariamente educativas, estando concentradas principalmente no entretenimento. Esse é um importante aspecto da questão: o simples uso da tecnologia não garante um impacto no aprendizado, dado que o acesso à rede ou às ferramentas nem sempre está focado em atividades educacionais. Além disso, a introdução de ferramentas tech nas escolas, hoje, geralmente se concentra no reforço das práticas tradicionais de ensino – em vez do que é realmente necessário para dar um salto na educação, que é aplicar, avaliar e criar conhecimento. Em outras palavras: não adianta apenas deixar o caderno de lado e colocar um tablet no lugar. É preciso mais.

De maneira geral, a tecnologia pode ajudar a enfrentar três principais desafios da educação. Primeiro, o da qualidade do aprendizado. Para isso, os recursos tecnológicos podem ampliar e potencializar o alcance das lições passadas pelos professores, reforçando os conteúdos por meio de vídeos e apoiando experiências de aprendizado lúdicas. Eles também apresentam a possibilidade de personalização, dado que as plataformas podem acompanhar o progresso de cada aluno de uma maneira individualizada, apontando que caminho seguir para alcançar o desempenho desejado.

A partir do uso de tecnologias, também é possível ampliar o acesso de estudantes. Pensando na realidade de um país de dimensões continentais como o nosso, as barreiras geográficas podem não mais ser um empecilho a partir da utilização de recursos simples, como as vídeo-aulas e as plataformas com conteúdos de ensino; com eles, qualquer pessoa, de qualquer lugar, pode ter acesso a conhecimentos e ao aprendizado.

A permanência de estudantes é o terceiro desafio que pode se beneficiar do uso de tecnologias. Transformar o ato de aprender em algo que seja contemporâneo, estimulante, desafiador e atrativo para os estudantes é imprescindível para mantê-los engajados.

A adição da tecnologia nas escolas, é bom fazer o reforço, não significa subtrair os professores. Um estudo de 2016 feito pela consultoria McKinsey relatou que o ensino é uma das profissões menos prováveis de serem completamente automatizadas. Quando

usada efetivamente como uma ferramenta para aprimoramento, seu poder é focado em transformar as interações entre alunos e professores, potencializando o aprendizado. Por onde a transformação deve começar

Para que tudo isso aconteça, antes de tudo, é preciso garantir as bases para o desenvolvimento e o uso das tecnologias. E eles são muitos: coleta de dados, conexão com a internet, desenvolvimento de softwares e também a infraestrutura de hardware, que são os computadores, tablets e outros equipamentos.

O estímulo e financiamento a outros players desse setor é também um ponto crucial: as EdTechs, startups focadas na área da educação, têm papel decisivo em solucionar e otimizar esses problemas. Apenas no Brasil, hoje, somam-se mais de 700 empresas consideradas EdTechs; grande parte delas foca a educação infantil e básica, algo importante para enraizar novas mentalidades; muitas outras criam ferramentas focadas nos adolescentes e jovens; e um número menor faz um trabalho também muito interessante e importante – de incluir crianças das zonas rurais e aquelas que estão fora das escolas por motivos de violência ou abandono.

Algumas dessas startups fazem parte do portfólio de parceiras do BrazilLAB. Uma delas é a Árvore Educação, que disponibiliza mais de 30 mil livros em seu acervo, além de ferramentas de suporte pedagógico aos professores, contribuindo para ampliar o acesso de crianças e jovens à leitura. E o eduq+ da Movva, uma solução baseada em nudgebot, em outras palavras, que busca influenciar de maneira positiva o comportamento dos indivíduos: a ferramenta envia mensagens semanalmente para as famílias, buscando ampliar a participação na vida escolar de seus filhos. Os resultados são relevantes: em seis meses de uso da plataforma, houve um aumento de 15% da participação dos alunos nas aulas e a diminuição em 33% da taxa de reprovação.

Todo esse ecossistema deve ser incentivado a continuar dando suporte e a criar métodos disruptivos de aprender. Os agentes de governo, por sua vez, precisam se abrir para liderar a inovação educacional. O melhor presente para as crianças e jovens pode estar mesmo ligado a um computador, celular ou videogame nesse Natal. Mas não fora da escola, e sim unido a ela em prol da ampliação e da ressignificação do aprendizado.

** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo avalia reduzir número de contratos do Fies pela metade

O governo federal anunciou nesta sexta-feira, 20, a possibilidade de reduzir até pela metade o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a partir de 2021. O Fies já chegou a ofertar 732 mil contratos há cinco anos e pode cair para 54 mil em 2021. Também foram aprovadas no conselho gestor mudanças que tornam mais rígida a concessão de bolsas.

Conforme aprovado, os próximos contratos do Fies passarão a exigir nota mínima de 400 pontos na Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Anteriormente, só se exigia que a Redação não fosse zerada, além de média 450 na parte objetiva (o que foi mantido).

Além disso, houve alteração nas regras para troca de cursos. Na prática, ficou mais

difícil mudar dentro de uma instituição de ensino, uma vez que será exigido resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado para se manter o benefício. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as mudanças vão "garantir a meritocracia como base para formar profissionais ainda mais qualificados".

O comitê gestor aprovou também a possibilidade de redução das vagas mantidas pelo governo federal. Elas poderão passar de 100 mil em 2020 para 54 mil em 2021 e 2022, caso não haja alteração nos parâmetros econômicos atuais. Segundo a pasta da Educação, os valores serão revistos a cada ano, "podendo voltar a 100 mil vagas caso haja alteração nessas variáveis ou aportes do MEC".

Por outro lado, o comitê flexibilizou as regras do P-Fies, modalidade mantida por fundos constitucionais e bancos privados. Para contratá-lo, não será mais preciso ter feito o Enem e não há mais limite de renda. Além disso, será possível contratar esse financiamento durante todo o ano e não mais apenas nos processos seletivos do Fies.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Formação de professores fica mais longa e mais voltada para prática

A formação dos professores no Brasil vai ficar mais longa e passar a ter maior foco na prática. As medidas estão previstas em resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) homologada pelo Ministério da Educação (MEC).

A portaria que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - (BNC-Formação) foi publicada hoje (20) no Diário Oficial da União .

Os cursos de licenciatura, para a formação de professores, passam da atual duração de três para quatro anos, ou 3,2 mil horas. Dessas 800 horas, o equivalente a um quarto do curso, devem ser voltadas para a prática pedagógica.

A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por um professor da instituição formadora e por um professor experiente da escola onde o estudante a realiza.

Apesar da parte da formação dedicada exclusivamente à prática, a resolução estabelece que a prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, "com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado".

A formação dos futuros professores também terá um maior foco na chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o mínimo que deverá ser aprendido pelos estudantes de todo o país no ensino infantil, fundamental e médio.

Histórico

Uma resolução que tratava da formação de professores havia sido homologada em 2015 e deveria ter sido implementada até 2017, mas, na época, o MEC pediu o adiamento da implementação. Isso porque a BNCC, que orientaria também a formação dos professores, ainda não estava em vigência.

A nova publicação homologada nesta sexta-feira revoga a de 2015. Agora, foi estabelecido um novo prazo de dois anos para que as instituições de ensino superior se adequem às medidas.

Aquelas que já implementaram a resolução de 2015 terão três anos para adequar as competências profissionais previstas na nova resolução. Os estudantes que iniciaram os estudos seguindo as diretrizes da resolução anterior deverão concluir os estudos "sob a mesma orientação curricular".

FOLHA POPULAR - TO - TEMPO REAL

Univates aprova Mestrado em Ciências Médicas

Programa de Pós-Graduação inicia primeira turma em 2020

A Universidade do Vale do Taquari – Univates, na mesma semana em que forma a primeira turma de Medicina, recebe autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para oferta de um curso de mestrado na área de Medicina I. O Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas (PPGCM) deve lançar edital de seleção para 20 vagas em breve, estando as aulas previstas para iniciar em 2020.

Com o objetivo de formar profissionais aptos a trabalhar nas diversas áreas das ciências médicas e biomédicas, tanto no âmbito acadêmico como no profissional, o PPGCM terá três linhas de pesquisa, todas vinculadas à área de concentração Clínica médica, tecnologias em saúde e ciências do comportamento. Os mestrandos poderão optar por desenvolver suas pesquisas em “Epidemiologia, Fisiopatologia e Aspectos Diagnósticos e Terapêuticos de Doenças”, em “Tecnologia em Saúde como Ferramenta na Clínica Médica” ou em “Ciências do Comportamento”. O mestrado tem duração mínima de 12 meses e máxima de 24 meses. Podem se candidatar diplomados nas diversas áreas da saúde: Medicina, Psicologia, Farmácia, Biomedicina, Enfermagem, Odontologia, Ciências Biológicas, entre outras.

O reitor da Univates, Ney José Lazzari, salienta que o novo PPG coroa todo o trabalho que está sendo realizado pela Instituição na área da saúde. “Para nós é um momento extremamente importante, pois é o ano em que formamos nossa primeira turma de Medicina. No ano em que 19 alunos nossos são diplomados como médicos, também estamos abrindo o nosso curso de Mestrado em Medicina. A Universidade está de parabéns por isso. A qualificação de nossos professores, juntamente com toda a qualificação que temos na área da saúde em todas as suas diferentes formações, possibilitou esse grande momento da Instituição”, salienta.

Quem também comemora é Maria Madalena Dullius, pró-reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. “A importância da aprovação do Mestrado em Ciências Médicas pode ser considerada em dois aspectos. Primeiro, é um reconhecimento da qualidade das atividades desenvolvidas na Univates em termos de pesquisa, ensino e produção de conhecimento, e segundo, porque com a oferta desse mestrado estamos contribuindo para a formação qualificada de profissionais para atuarem na área da saúde. Por meio das pesquisas serão produzidos conhecimentos que podem contribuir para a qualidade de vida das pessoas”, sinaliza.

Saiba mais sobre o programa

O PPGCM tem como base a visão integrada a partir da perspectiva translacional das condições de saúde-doença. O programa promove especialização voltada às áreas de

clínica médica, tecnologias em saúde e ciências do comportamento e pretende incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico em saúde, tanto no âmbito privado quanto no Sistema Único de Saúde.

Outros objetivos do PPGCM são capacitar pessoas no campo das ciências médicas a partir de perspectiva multi e interdisciplinar, criar e aperfeiçoar tecnologias e processos em saúde no atual contexto socioeconômico, com foco na criação de ferramentas para auxílio no diagnóstico e no tratamento de doenças, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

O programa ainda pretende implementar, em conjunto com as organizações locais, ações em saúde geradas a partir dos projetos desenvolvidos, promovendo inovações que agreguem melhorias nos índices de saúde da população, em consonância com as políticas públicas de

desenvolvimento.

Além do PPGCM, a Univates oferece outros cinco PPGs: Sistemas Ambientais Sustentáveis, Ensino de Ciências Exatas, Ambiente e Desenvolvimento, Ensino e Biotecnologia. Mais informações sobre o Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas podem ser obtidas pelo e-mail ppgcm@univates.br ou pelo telefone (51) 3714-7000, ramal 5615

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

“A ciência está em todo lugar”

A declaração é da professora da USP, Regina Pekelmann Markus, em seu depoimento para a campanha “Ciência, pra que ciência?”, da SBPC

A SBPC continua recebendo vídeos para a campanha “Ciência, pra que ciência?”, que mostra por que pesquisas, possibilitadas com financiamento público das agências de fomento nacionais, são importantes para o desenvolvimento e bem estar de toda a população. Lançada pela SBPC com o objetivo de chamar a atenção para o desmantelamento do sistema nacional de C&T brasileiro, a campanha já reúne mais de 160 depoimentos.

À medida que a crise no setor de CT&I se acirra, com risco iminente de extinção ou fusão das principais agências de fomento – **Capes**, CNPq e Finep – a comunidade científica tem buscado mais e mais apoio da população para sensibilizar e pressionar o governo a reverter esse quadro de desmonte e colocar ciência e educação como os pilares da retomada do crescimento do País. A participação na campanha é uma forma de envolver toda a sociedade na defesa da ciência brasileira.

O último depoimento recebido em 2019 pela entidade foi o da professora da Universidade de São Paulo, Regina P. Markus, que ressalta a importância da ciência na vida de todos. Ela cita alguns exemplos do conhecimento científico desenvolvido ao longo de décadas, como o automóvel e vários tipos de energia existentes. Markus, que é ex-secretária-geral da SBPC, também explica que a ciência está presente em diversos setores como o da saúde, da agricultura e até mesmo por trás dos caixas eletrônicos dos

bancos. “Existe ainda a ciência básica, quando os cientistas pesquisam e criam condições de romper com o que existe hoje, além de transformar o amanhã em algo diferente”, explica. Ela conclui enfatizando que “a ciência está em todo lugar, e para que isso continue, é preciso investir em ciência básica”.

Todo os vídeos estão disponíveis na TV SBPC, no YouTube, e nas redes sociais da SBPC (Facebook, Twitter e Instagram: @SBPCnet). Estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até a pós-graduação, bolsistas e ex-bolsistas, profissionais de todas as áreas e todos os amigos da ciência estão convidados a participar da campanha e compartilhar suas histórias. Basta gravar um breve vídeo, com duração de 30 segundos a um minuto, acessar este link, preencher um breve formulário e seguir as instruções para carregá-lo. O depoimento pode ser gravado em celular mesmo, em alta definição, com o aparelho na horizontal. Participe e apoie a ciência brasileira!

Jornal da Ciência

topo ↕

RONDONIA AO VIVO - TEMPO REAL

Abertas as inscrições para as vagas remanescentes do 1º Mestrado em Direito oferecido no interior

Com duração de 24 meses, o Mestrado divide-se em duas linhas de pesquisa

Estão abertas desde quinta-feira (19) as inscrições para as Vagas Remanescentes do Mestrado em Direito oferecido pela Unesc, em Cacoal, em parceria com a Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A instituição gaúcha conta com programas de pós-graduação com cursos de Mestrado e Doutorado recomendados pela **Capes** com conceito 4, o que fez com que a Unesc consolidasse esta parceria, oferecendo o Mestrado Interinstitucional em Cacoal.

Com duração de 24 meses, o Mestrado divide-se em duas linhas de pesquisa: “Fundamentos e Concretização dos Direitos Humanos” e “Democracia, Direitos Humanos e Desenvolvimento”.

Mais informações sobre o primeiro Mestrado em Direito oferecido no interior de Rondônia e as inscrições estão disponíveis no portal da Unesc, através do link <https://www.unescnet.br/mestrado/cacoal/mestrado-direito/>

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Unicid abre Processo Seletivo para Mestrado e Doutorado em Astrofísica e Física Computacional

Inscrições para o Mestrado se encerram no dia 30 de janeiro

Doutorado, que teve início em 2019 na Instituição, tem Processo Seletivo no início de cada mês e dispõe de inscrições abertas durante o ano todo

A Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), instituição que integra o grupo Cruzeiro do Sul Educacional, está com as inscrições abertas para o Processo Seletivo do Programa de Pós-graduação em Astrofísica e Física Computacional para a turma 2020 do curso de Mestrado.

As inscrições se encerram no dia 30 de janeiro de 2020. As entrevistas e a divulgação dos resultados acontecem nos dias 05 e 14 de fevereiro, respectivamente, com período

de matrículas de 15 de fevereiro a 01 de março de 2020. Já o início das aulas acontecerá no dia 02 de março de 2020. Serão disponibilizadas oito vagas por ano.

O Mestrado da Unicid é aberto a todos os graduados em cursos de licenciatura e bacharelado em Exatas, com conhecimentos básicos de Física e Cálculo. Os interessados irão desenvolver pesquisas e aprofundar os conhecimentos nas áreas de Física de Partículas, Física Aplicada e Ambiental, Astrofísica Solar, Astrofísica Estelar e Extragaláctica e Cosmologia.

Já o Doutorado em Astrofísica e Física Computacional foi aberto em março deste ano e se junta aos programas de Ciências da Saúde e de Ensino, os quais já são oferecidos pela Universidade. Todo o corpo docente possui larga experiência no âmbito internacional, em pesquisas, publicações em revistas, apresentações de trabalhos e organização de eventos, além de vasta experiência em projetos de pesquisa financiadas pelo Governo Federal (CNPq e CAPES) e Estadual (FAPESP).

As inscrições para o Doutorado ficam abertas o ano todo e o Processo Seletivo é realizado no início de cada mês, com exceção de janeiro e julho. São três etapas: análise de documentos, prova escrita e apresentação oral de projeto. Em dezembro, a prova e a apresentação de projeto acontecem entre os dias 2 e 6 e são disponibilizadas cinco vagas.

Vale ressaltar que os doutorandos poderão utilizar laboratórios de computação de última geração da própria instituição como também laboratórios em parcerias com instituições públicas e ter acesso aos mais modernos telescópios internacionais. Assim como no Mestrado, as abordagens serão nas áreas de Física de Partículas, Física Aplicada e Ambiental, Astrofísica Solar, Astrofísica Estelar e Extragaláctica e Cosmologia.

Mais informações pelo e-mail: ppg.afc@unicid.edu.br ou pelo site.

SERVIÇO

MESTRADO EM ASTROFÍSICA E FÍSICA COMPUTACIONAL

Inscrições: 10 de novembro a 31 de janeiro

Entrevista: 05 de fevereiro

Divulgação dos resultados: 14 de fevereiro

Período de matrícula: 15 de fevereiro a 01 de março de 2020

Início das Aulas: 02 de março de 2020

Número de vagas: 8

Inscrição:

<https://siaa.cruzeirodosul.edu.br/sispos/inscr/recebeInsc.jsp?xCodInst=19&xCodTurm=2000187&xCodParc=>

Inscrições: Durante todo o ano, no início de cada mês

Calendário de seleção: 3 a 7 de fevereiro de 2020, 2 a 6 de março, 6 a 9 de abril, 4 a 8 de maio e 1 a 5 de junho

Divulgação dos resultados: até 10 dias após a seleção

Número de vagas: 5

Inscrição:

<https://siao.cruzeirodosul.edu.br/sispos/inscr/recebeInsc.jsp?xCodInst=19&xCodTurm=1900426&xCodParc=>

UNICID:

Campus Pinheiros - Tel: (11) 3030-4000, Rua Butantã, 285, São Paulo, CEP: 05424-140

Campus Tatuapé – Tel: (11) 2178-1200, Rua Cesário Galeno, 448/475, São Paulo, CEP: 03071-000

Sobre a Unicid - Fundada em 1972, a Universidade Cidade de São Paulo (Unicid) é referência na formação de profissionais da área da saúde, com cursos tradicionais e pioneiros na região como Fisioterapia, Odontologia, Enfermagem e Medicina, que é reconhecido com nota máxima pelo MEC. Além disso, reúne cursos respeitados em diversas áreas do conhecimento e possui mais de 53 mil alunos na graduação, pós-graduação lato e stricto sensu, presenciais e a distância, cursos de extensão e programas de parcerias no Brasil e no exterior. Integra o grupo Cruzeiro do Sul Educacional, um dos mais representativos do País, com mais de 250 mil alunos, que reúne instituições academicamente relevantes e marcas reconhecidas em seus respectivos mercados, como Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo/SP), Universidade de Franca (Franca/SP), Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (Itu e Salto/SP), Faculdade São Sebastião – FASS (São Sebastião/SP), Centro Universitário Módulo, Faculdade Cesuca (Cachoeirinha – RS), Centro Universitário FSG (Bento Gonçalves e Caxias do Sul – RS) e Centro Universitário de João Pessoa – Unipê (João Pessoa – PB), além de colégios de educação básica e ensino técnico.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Importante prêmio de fotografia “Prix Photo Aliança Francesa 2019” chega a fase final e apresenta as três séries ganhadoras e uma menção honrosa da 9ª edição do concurso

Sob o tema “Fronteiras” o concurso oferece aos dois primeiros colocados premiações atraentes como uma semana de viagem em Paris, um fim de semana em sofisticado hotel no Rio de Janeiro ou ainda uma bolsa de estudos na Aliança Francesa, além de exposição coletiva em março de 2020, na Galeria Aliança Francesa Rio de Janeiro.

1º Lugar - Osmar Gonçalves dos Reis Filho (Fortaleza, CE)

A nona edição do Prix Photo Aliança Francesa, concurso nacional de fotografias realizado pela Aliança Francesa, sob o tema “Fronteiras” apresenta os vencedores do concurso, que recebeu mais de 200 portfólios de participantes inscritos este ano. O vencedor do júri oficial foi o cearense, Osmar Gonçalves dos Reis Filho (Fortaleza, CE) com a série “A Sobrevivência dos Vagalumes”, que será premiado com viagem a Paris com direito a acompanhante. A segunda colocada foi a carioca Kitty Paranaguá com a série “Tempo Presente”. O prêmio do júri popular foi concedido à Giuliana Mota de Mesquita (Nova Friburgo, RJ), pelo ensaio “Olhar Fronteiriço”. Além dos dois primeiros colocados, destacou-se o ensaio “Favelicidade”, de Luiz Baltar (Rio de Janeiro, RJ), ao qual foi conferida uma menção honrosa.

O Prix Photo Aliança Francesa é um concurso nacional de fotografia aberto a todas e todos, profissionais e amadores. Através de temas da atualidade, um eco das grandes questões de nosso tempo, o concurso busca valorizar propostas artísticas originais, experimentais, sejam abstratas ou documentais, e que ofereçam um olhar diferenciado. Uma exposição será apresentada após o resultado do concurso na Galeria da Aliança Francesa do Rio de Janeiro, em março de 2020 e seguirá em turnê pelas Alianças Francesas e seus parceiros em todo o Brasil.

“Estamos assistindo à reafirmação das fronteiras, que nunca chegaram a desaparecer”, Michel Foucher, geógrafo e diplomata francês.

O tema selecionado para a edição de 2019 foi “Fronteiras”. A França possui sua maior fronteira terrestre justamente com o Brasil. Trata-se, aqui, da fronteira na sua acepção mais tradicional, como limite, marco ou linha divisória entre dois países. Uma linha, a princípio, invisível, resultado de tratados internacionais, que, no entanto, vem ganhando materialidade em certas regiões do mundo, como o ilustra o polêmico muro erguido entre o México e os Estados Unidos. A fronteira pode ser percebida, igualmente, como ponto de contato, de trocas ou, até mesmo, de fusão com o outro, com o que é diferente, com a alteridade. Em sentido mais amplo, a fronteira pode, também, remeter à ideia de descoberta, de exploração e de inovação. A proposta do concurso consiste em debruçar-se sobre esse conceito que admite múltiplas acepções, perspectivas e traduções imagéticas.

O RESULTADO

1º lugar: “A Sobrevivência dos Vagalumes”, de Osmar Gonçalves dos Reis Filho.

2º lugar: “Tempo Presente” de Kitty Paranaguá.

Prêmio júri popular: “Olhar Fronteiriço”, de Giuliana Mota de Mesquita.

Menção honrosa: “Favelicidade”, de Luiz Baltar.

1º lugar: “A Sobrevivência dos Vagalumes”, de Osmar Gonçalves dos Reis Filho

O resultado do concurso apresenta como primeiro lugar do júri oficial o ensaio “A Sobrevivência dos Vagalumes”, de Osmar Gonçalves dos Reis Filho (Fortaleza, CE), que discute os limites das fronteiras nas ruas de cidades da América Latina, fotografadas

à noite. Segundo o autor, “me surpreendo com o grande número de ambulantes povoando as praças, ocupando as calçadas, disputando cada centímetro vago nas esquinas. Envolto na penumbra, eles emergem como vagalumes, como pequenos seres luminescentes, erráticos que, por meio de seus gestos nômades, afirmam outros modos de compreensão da cidade, outras formas de viver e praticar o espaço urbano.” Unanimidade entre os jurados, o ensaio ressalta que os ambulantes surgem como forças de resistência diante dos projetos de urbanização atuais, marcados pela gentrificação, pela assepsia e espetacularização dos espaços.

O segundo lugar do júri oficial, o ensaio “Tempo Presente” de Kitty Paranaguá (Rio de Janeiro, RJ), traz à tona uma visão poética do tema. Segundo a autora, “o foco do projeto é o embate homem, arquitetura, fronteira, natureza e todo o drama e a poesia que envolvem esta luta.” As consequências das mudanças climáticas, fruto da intervenção do homem sobre a natureza, criam uma metáfora com a realidade dos dias de hoje, quando as fronteiras se tornam cada vez mais tênues.

2º lugar: “Tempo Presente”, de Kitty Paranaguá

O prêmio do júri popular foi concedido à Giuliana Mota de Mesquita (Nova Friburgo, RJ), pelo ensaio “Olhar Fronteiriço”.

Além dos dois primeiros colocados, destacou-se o ensaio “Favelicidade”, de Luiz Baltar (Rio de Janeiro, RJ), ao qual foi conferida uma menção honrosa. O fotógrafo documenta a construção das paisagens, sociais e políticas, fundamentadas em memórias pessoais e coletivas do cotidiano das favelas do Rio de Janeiro e “as fronteiras invisíveis de uma cidade partida”.

Menção honrosa: “Favelicidade”, de Luiz Baltar

Nota do Júri oficial – Prix Photo AF 2019

Eugênio Sávio, Jefferson Mello, João Kulcsár, Katia Chalita e Marina Alves.

OS PRÊMIOS

Os prêmios para os três vencedores são:

1º lugar: Viagem com acompanhante para Paris

2º lugar: Fim de semana para duas pessoas no Santa Teresa Hotel RJ MGallery

Prêmio júri popular: Bolsa de um semestre na Aliança Francesa

O concurso

O PRIX PHOTO ALIANÇA FRANCESA, anteriormente conhecido sob o título de Prix Photo Web, é um concurso de fotografia promovido pela Delegação Geral da Aliança Francesa do Brasil. Seu objetivo é valorizar a criação contemporânea de jovens fotógrafos, além de promover o intercâmbio cultural entre o Brasil e a França. O concurso é autorizado pelo Ministério da Economia (C.A. SECAP/MF N°

17377.003691/2019-46). Esta é a nona edição desse importante concurso que já se consolidou no mercado da fotografia nacional. Na edição de 2019, o júri foi composto por cinco membros de profissionais da área: Eugênio Sávio - professor de fotografia e fotojornalismo, fotógrafo na área editorial e organizador do Festival de Fotografia de Tiradentes -, João Kulcsár – professor, autor e curador de exposições fotográficas -, Katia Chalita - presidente do Conselho da Aliança Francesa do Rio de Janeiro, produtora e gestora cultural, consultora de mídia-educação e comunicação-, Jefferson Mello - fotógrafo, diretor de filmes publicitários e documentários- e Marina Alves - fotógrafa e cientista social, professora de fotografia e componente da Comissão de Mulheres organizadora do Festival FotoRio 2018.

Em 2018, o primeiro colocado foi Weberton “Beto” Skeff de Fortaleza (CE) com a série “Doces desejos de fôlego”, que abordou de maneira concisa a relação do sertanejo com a água e sua escassez. O segundo lugar do júri oficial foi para a carioca Ana Carolina Fernandes com a série “Os Veios Abertos da Baía de Guanabara”, que denuncia o “descaso desumano” com as águas da Baía de Guanabara, patrimônio da humanidade e cartão postal do Rio de Janeiro, traduzindo esteticamente a ação direta do homem sobre o seu contexto ambiental. O prêmio do júri popular foi para o mineiro Rodrigo Lessa, de Belo Horizonte (MG) com a série "Ser peixe", que buscou representar alguns olhares sobre a relação humano-água no cotidiano, principalmente relacionados ao ciclo, à apreciação, à saciação e à sobrevivência.

Sobre a Aliança Francesa

Com 134 anos de atividades no Brasil, a Aliança Francesa é uma referência no idioma e sem dúvida, a instituição mais respeitada e conhecida do mundo, quando o assunto é a difusão da língua francesa e das culturas francófonas. Possui, atualmente, mais de 830 unidades em 132 países, onde estudam cerca de 500.000 alunos. Na França, ela conta com escolas e centros culturais para estudantes estrangeiros. O Brasil tem a maior rede mundial de Alianças francesas com 37 associações e 68 unidades.

É a única instituição no Brasil autorizada pela Embaixada da França, a aplicar os exames que dão acesso aos diplomas internacionais DELF e DALF, reconhecidos pelo Ministério da Educação Nacional francês. A Aliança Francesa também é centro de exames oficial para aplicação de testes internacionais com validade de dois anos TCF (Teste de Conhecimento do Francês) e TEF Canadense (Teste de Avaliação de Francês) e do teste nacional com validade de um ano **Capés** (reconhecido pelas agências **CAPES** e CNPq do MEC).

A Aliança Francesa no Brasil desenvolve parcerias com inúmeras empresas francesas e brasileiras, além de ser um ator essencial do diálogo cultural franco-brasileiro. A Aliança Francesa do Rio de Janeiro oferece 25% de desconto em todos os cursos regulares, Ateliês, Seniors, entre outros para os servidores estaduais e municipais do Rio de Janeiro.

Serviço:

Prix Photo Aliança Francesa 2019

Votação popular: de 23 de outubro a 25 de novembro

Resultado do concurso: 06 de dezembro

Exposição das fotos premiadas: março 2020

Local: Galeria Aliança Francesa - Rua Muniz Barreto, 730, Botafogo
(21) 2286-4248 / 2539-4118

Regulamento e inscrições: <http://www.prixphotoaf.com.br>

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

Projeto escolar usa o teatro para combater cyberbullying

Colégio estadual de Londrina monta peça com a temática com texto produzido pelos alunos

Ibiporã - Um projeto de intervenção pedagógica desenvolvido no último quadrimestre do ano no Colégio Estadual Monsenhor Josemaría Escrivá, no jardim Pacaembu, zona norte de Londrina, conseguiu transformar o clima da instituição e ainda colaborar e agregar de diversas formas na vida dos alunos. Por meio do teatro, os adolescentes puderam desenvolver suas capacidades e ainda refletir.

A temática escolhida foi a do bullying cometido por meio da internet. De acordo com o coordenador da iniciativa, Alexandre Domingues, a escola vivia um momento de saúde mental delicado dos estudantes quando a atividade começou na prática. “O teatro é universal e uma ótima ferramenta. Na escola estávamos com muitos casos de depressão e com um suicídio que aconteceu em 2018. Apesar de ter ocorrido no ano passado, os alunos ainda estavam abalados”, destacou.

Professor de língua portuguesa e inglês, Domingues já tinha a intenção de uma atuação envolvendo a arte. O plano acabou se tornando realidade após o projeto “O teatro como prevenção e combate ao cyberbullying” ser selecionado para participar do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica, do Ministério da Educação. Em todo o País, cem propostas foram escolhidas, com os mais diversos assuntos.

PRÊMIO

Como premiação, o docente viajou para o Canadá junto com os demais ganhadores para um intercâmbio educacional e de formação de cerca de dois meses, entre julho e agosto. “Era um edital da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** que pedia para o professor de escola pública inscrever projetos que poderiam colaborar com a sociedade a partir do ambiente escolar. Optei por cadastrar a questão de como o teatro pode intervir e combater o bullying”, explicou.

De volta ao Brasil, divulgou e convidou os meninos e meninas do período matutino para integrar o projeto. Vinte e dois se interessaram e passaram por uma audição. “Primeiro era preciso ter a vontade de participar, depois criar a história que iriam contar. A ideia foi de cada um mostrar o que tem de melhor”, destacou. O resultado foi uma peça, montada totalmente pelos estudantes a partir de suas vivências.

RODAS DE CONVERSA

Durante o processo de criação, foram promovidas rodas de conversa entre eles, em que discutiam sobre o cyberbullying e poderiam falar dos sentimentos que traziam. “Precisávamos cuidar da saúde mental deles. Muitos não estavam conseguindo aprender em sala de aula porque precisavam ser ouvidos e de momentos como estes”, apontou Domingues, que é professor de teatro e diretor da companhia Curió Curioso.

Os ensaios aconteceram no contraturno e desde o início a iniciativa apresentou

resultados significativos, dentro e fora do ambiente de ensino. A montagem da peça, apresentada para a escola, famílias e comunidade nesta semana, durou aproximadamente um mês. As roupas utilizadas e o transporte foram bancados com dinheiro oriundo de promoções.

CONTINUIDADE

“O saldo foi positivo, porque usamos o teatro para combater a discriminação e outras questões, como o bullying pela internet. Tomamos muito cuidado para a abordagem. Vimos a evolução deles, pois além de atores, atrizes, bailarinas, músicos, puderam expressar o sentimento da maneira que se sentem bem”, elencou Domingues, que pensa em continuar com o projeto. “A ideia é levar esta peça para outras escolas de Londrina”, projetou.

comemoração

Os estudantes de 14 a 15 anos do oitavo e nono ano do ensino fundamental que participaram do projeto mostraram o contentamento e a importância de todo o trabalho nas feições e relatos. No palco ou nos bastidores, a comemoração era geral por todos os avanços obtidos e num curto espaço de tempo. “Me ajudou a ter autoconfiança, trabalhar a timidez”, resumiu Thais Damasceno Chiaveli, 15.

A apresentação dos alunos do Colégio Estadual Monsenhor Josemaría Escrivá durou cerca de uma hora, no Cine Teatro Padre José Zanelli, em Ibiporã (Região Metropolitana de Londrina), e contou, além do teatro, com dança e música. A história contada foi de uma aluna que desaparece após ter sua inscrição para um show de talentos editada de maneira maldosa para passar vergonha nas redes sociais.

Nas falas proclamadas estiveram orientações para caso ser uma vítima do cyberbullying, os perigos que este tipo de violência pode ocasionar, a relevância de não compartilhar conteúdos vexatórios ou que expõe as pessoas e necessidade de ser empático. Tudo ligado ao dia a dia de uma escola. “Nos tornamos pessoas e estudantes melhores”, ressaltou Shara Rayany Barbosa, 15. Uma professora da escola também integrou o elenco.

De acordo com Igor Oliveira Duarte, 14, a rotina de ensaios e encontros colaborou para fortalecer vínculos e gerar novas amizades. “Desde o início percebi a união de todos, o incentivo. Foi um ótimo trabalho em equipe”, valorizou. “Aprendi mais sobre trabalhar em grupo”, acrescentou Shara Barbosa.

Para Thais Chiaveli, apesar da temática ser o drama de muitos jovens atualmente, ainda existe desconhecimento sobre a gravidade do bullying pela internet. “Precisamos falar mais sobre isso para que estes casos sejam tratados com a importância que merecem. Não só na faixa etária jovem, mas no geral existe uma falta de conhecimento”, pontuou. “O teatro possibilita que a pessoa se coloque no lugar do outro, entendendo um pouco dele e sua dor”, afirmou o professor Alexandre Domingues.

topo ↕

ESTADO DE MINAS ONLINE - TEMPO REAL

Funed abre vagas para mestrado gratuito em Biotecnologia
Os interessados devem se inscrever até 6 de janeiro de 2020

Estão abertas as inscrições para a segunda turma do Mestrado Profissional em Biotecnologia da Fundação Ezequiel Dias (Funed). O curso é totalmente gratuito. Serão disponibilizadas 15 vagas. Os interessados têm, até 6 de janeiro para procurar, pessoalmente, a Fundação, ou enviar os documentos via correios.

O processo seletivo será composto por três etapas: a primeira inclui o deferimento das inscrições para verificar se o candidato enviou a documentação completa e que atenda a todas as condições do Edital; a segunda é composta por uma prova de conhecimentos específicos, de caráter eliminatório e classificatório; e a terceira de análise de currículo conforme cronograma (calendário do processo seletivo). As aulas têm início em março de 2020.

O Programa de Pós-graduação em Biotecnologia (PPGBiotec) da Funed é pioneiro na Região Metropolitana de Belo Horizonte. “Com essa nova turma, a Instituição reforça seu compromisso em prestar mais um serviço à saúde pública brasileira: o da formação de recursos humanos altamente qualificados para atuação em setores produtivos e instituições de ciência e tecnologia de base tecnológica”, afirmou a Funed.

O curso é aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação do Ministério da Educação (MEC) responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todo o país. Sua área de concentração é a Biotecnologia em Saúde e ele é constituído por duas linhas de pesquisa: Bioprodutos e Bioensaios e métodos diagnósticos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Centralização das bolsas do CNPq em editais foi anunciada sem consulta, dizem universidades

Nesta semana, CNPq disse que, a partir de 2020, vai distribuir bolsas de mestrado e doutorado por meio de editais, e não mais pelas cotas fixas dos programas de pós-graduação.

Representantes da comunidade acadêmica afirmam que a decisão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de centralizar o sistema de distribuição de bolsas de mestrado e doutorado por meio de editais, e não mais pelo modelo de cotas para cada programa de pós-graduação, foi tomada sem consulta. A novidade foi anunciada nesta semana pelo CNPq, que diz que as regras e critérios sobre como vão funcionar os editais ainda estão sob análise.

Entenda a mudança anunciada pelo CNPq:

Atualmente, a maioria das bolsas do CNPq para a pesquisa de mestrado e doutorado é feita por meio das chamadas cotas, e uma minoria é repassada via editais publicados diretamente pelo conselho, como a "chamada universal";

Pelo sistema de cotas, os programas de pós-graduação das instituições de ensino superior contam com um número geralmente "fixo" de bolsas de mestrado e de doutorado, e definem quais pesquisadores serão contemplados como bolsistas; Para entrar em um programa de pós-graduação, os candidatos passam por um processo seletivo próprio. Nem todos os mestrandos e doutorandos aprovados recebem automaticamente uma bolsa de pesquisa;

Os estudantes que se tornam bolsistas das agências de fomento, como o CNPq e a **Capes**, não podem manter um emprego ou outra fonte de renda, e se dedicam à

pesquisa em tempo integral. Os demais estudantes sem bolsa são considerados pesquisadores em tempo parcial;

Pelo novo sistema proposto pelo CNPq, a maior parte das bolsas passará a ser distribuída por meio de editais. As regras dos editais não estão definidas – não se sabe, por exemplo, se os programas de pós-graduação seguirão contando com cotas dentro dos editais.

Discussão sobre a mudança

Segundo os gestores da Coppe/UFRJ e da USP, os programas de pós-graduação não foram informados da mudança, que chegou após praticamente todos os editais de seleção de novos estudantes já terem sido publicados, contando com as cotas do modelo atual.

"Tem dois problemas: o momento, porque não deu tempo de os programas se reorganizarem, se repactuarem entre si, e a forma, porque ninguém sabe como será", afirma Lavínia Borges, diretora acadêmica do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), o maior centro de ensino e pesquisa em engenharia da América Latina. Segundo ela, o CNPq "não esclareceu nem negociou com a comunidade a forma como vai ser a distribuição, via edital, se as cotas serão mantidas, se vai ser por área, por pesquisador, por programa".

Carlos Gilberto Carlotti Júnior, pró-reitor de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP), acrescentou que, em conjunto com os gestores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp), encaminhou nesta semana ao conselho um pedido de reunião para debater o tema.

Durante o fim de semana, alguns professores perceberam que bolsas de seus programas, após a finalização dos contratos com os bolsistas que já defenderam suas dissertações ou teses, não estavam mais disponíveis para o preenchimento de outro estudante selecionado pela própria instituição.

O CNPq divulgou na terça-feira (17) um comunicado confirmando que haverá uma mudança, mas que ela será gradual – "no início do ano" de 2020, as cotas ainda serão usadas para os novos ingressantes.

Carlotti Júnior diz que, na interpretação das universidades estaduais de São Paulo, ao garantir que o modelo atual seguirá vigente "no início" de 2020, o CNPq sinalizou que os editais dos programas de pós-graduação abertos poderão contar com as bolsas. Ele ressalta que a maioria dos novos estudantes começam o curso de pós-graduação nos primeiros meses de cada ano.

O peso do CNPq nos programas de pós-graduação

Lavínia explica que só a Coppe, por exemplo, tem 13 programas de pós-graduação diferentes. Por eles passaram, em 2019, cerca de 540 estudantes de mestrado e 340 de doutorado. Lavínia estima que cerca de 40% deles receberam algum tipo de bolsa, na grande maioria das duas agências de fomento federais: a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o CNPq. Um número residual de pesquisadores, segundo ela, foi financiado pela Fundação de Amparo à

Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Já a USP tinha, em 12 de dezembro, um total de 23.449 de estudantes de pós-graduação, incluindo mestrado, doutorado e doutorado direto. Desses, 8.525 tinham bolsa ou da **Capes**, ou do CNPq, ou da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Segundo Carlotti Júnior, um terço dos pós-graduandos ou não podem ou não querem ter bolsa, já que mantêm outros empregos, e os bolsistas precisam se dedicar exclusivamente à pesquisa.

"Os outros dois terços precisam de bolsa. E, desses, metade tem bolsa. Então temos um déficit de bolsas no sistema. Por isso, qualquer movimento de diminuição de bolsas sempre causa muito estresse", diz Carlos Gilberto Carlotti Júnior, pró-reitor de Pós-Graduação da USP.

Assim como na Coppe/UFRJ, a **Capes** é a agência de fomento com mais bolsas oferecidas na USP, mas o CNPq responde por 26,8% dos bolsistas, e a agência de fomento estadual fica na terceira colocação. Nos dois casos, há ainda um número pontual de estudantes que recebem financiamento de fontes diversas, como da iniciativa privada, para projetos específicos.

Estratégia de sobrevivência do CNPq

Flávia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), que representa os estudantes/pesquisadores de mestrado e doutorado, afirmou que a entidade tampouco havia sido informada dos planos de mudança, e que na quarta-feira (18) enviou um pedido de esclarecimento ao CNPq "para compreender melhor o que está em curso".

Ela disse, no entanto, que "o CNPq está numa luta de sobrevivência no último ano, e foram muitos os ataques que o CNPq tem sofrido".

Segundo a presidente da entidade representativa dos mestrandos e doutorandos, o principal problema do conselho é o orçamento. Após o déficit orçamentário na ordem de R\$ 300 milhões, que acompanhou o CNPq durante todo o ano e só foi solucionado no fim de outubro, a previsão orçamentária para 2020 é de R\$ 1,3 bilhão, apenas 3,4% maior do que a de 2019, considerando o reajuste pela inflação no período.

Apesar de, para o próximo ano, a previsão do orçamento diretamente para o pagamento de bolsas ter sido ampliado, isso foi feito em detrimento de outras áreas que também são importantes para o fomento da pesquisa. "Não é o orçamento ideal, que faz com que o CNPq cumpra toda a sua agenda de financiamento de pesquisa", explicou Flávia.

Ela diz que, ao enxugar a verba do conselho para manter apenas as atividades de pagamento de bolsa, o governo federal pode acabar levando o CNPq a se tornar apenas uma "agência que paga bolsas", e isso reforça os argumentos de quem defende uma fusão entre a **Capes** e o CNPq, levando o conselho do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) para o Ministério da Educação.

"Os ajustes que o CNPq têm feito, de organização do sistema das bolsas, busca responder a essas duas questões: baixo orçamento e tentativa de corrigir algumas finalidades da própria agência, como uma forma de se proteger, de alguma maneira

contrapor as acusações que têm sido feitas", diz Flávia Calé, presidente da ANPG. Carlotti Júnior, pró-reitor de Pós-Graduação da USP, diz que a instituição é contra a fusão entre Capes e CNPq. "São agências diferentes, com planos diferentes. Funcionamos muito bem assim. Num contexto de corte seria muito ruim ter movimento de fusão das agências."

Ele também afirma não se opor às tentativas do CNPq de aprimorar seu sistema de gestão das bolsas, mas defende que as decisões só devem ser tomadas após consulta à comunidade acadêmica.

topo ↕

JORNAL DE BLUMENAL - TEMPO REAL

Cinquenta anos de pesquisas na FURB

A cada dia que passa, obter informações sobre assuntos variáveis tornou-se necessário.

As pesquisas científicas, nesse sentido, além de auxiliarem para construção do conhecimento, são a base para o progresso humano. Por isso, desde a década de 1970 a Universidade Regional de Blumenau (FURB) busca trazer novas referências científicas para aprimorar as anteriores.

Em 2019 a FURB teve em funcionamento 478 projetos de pesquisa, gerando soluções e dando possibilidade aos acadêmicos de descobrirem potenciais de investigação. No segundo semestre, foram 199 os professores a cumprirem parte de suas atividades em algum projeto na FURB, envolvendo estudantes. Os acadêmicos desafiam-se a descobrir novos conteúdos, contribuindo para a inovação de Blumenau e região.

A FURB é fruto de um movimento comunitário que possibilitou em 1964 sua criação, constituindo-se como a primeira unidade de ensino superior do interior de Santa Catarina, a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau. O projeto fundador foi levado para apreciação da Câmara Municipal e ao Prefeito Hercílio Deeke pelo professor Martinho Cardoso da Veiga, em 1963.

Na medida em que foram criados e implantados os cursos, as instalações foram sendo ampliadas. A antiga fundação foi transformada em universidade, mas a marca FURB permaneceu, pois estava incorporada na linguagem da região. Hoje a instituição é uma autarquia do município de Blumenau.

Na década de 1980 o credenciamento como universidade exige requisitos obrigatórios como a formação de programas de pós-graduação, ensino, pesquisa, extensão, entre outras responsabilidades que consolidaram a instituição como uma das mais importantes do estado de Santa Catarina, com excelência em diversas áreas do conhecimento.

Mas o primeiro ambiente formal de produção científica da FURB já tinha sido criado em 1972, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Iniciou suas atividades desenvolvendo análises químicas como a de calcário, argila, fécula, metais, produtos orgânicos, identificação de minerais e produtos químicos inorgânicos. No final da década de 1990, passou a denominar-se Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau (IPTB) e consolidou-se como referência em Santa Catarina para a realização de ensaios laboratoriais. Em 1978 funcionava no município de Gaspar, em antigo campus da FURB, onde teve início o Projeto Radiociência, por meio de um convênio com o Ministério da Aeronáutica, através do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e do

Ministério das Telecomunicações. O objetivo era estudar a anomalia geomagnética do Atlântico Sul, fenômeno este com profundas implicações nos sistemas de telecomunicações.

Em 1984 foi criado o Instituto de Pesquisa Sociais (IPS). Tinha o objetivo de investigar sobre a realidade política e socioeconômica, com destaque para o cálculo mensal de Índice de Variação Geral de Preços de Blumenau (IVGP), que até hoje é pesquisado e divulgado mensalmente pelo Departamento de Ciências Econômicas.

Contribuindo para o desenvolvimento regional, pesquisadores universitários começam o Projeto Crise no 2º semestre de 1983, devido à grande enchente que atingiu o Vale do Itajaí. O propósito era deixar a população informada sobre as condições do tempo e quanto à previsão dos níveis do Rio Itajaí- Açu. Mais tarde originou o Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), em 1995. A missão era produzir projetos sobre desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Em 2010, os serviços destes institutos foram transferidos ao Instituto FURB e em 2012 foram destinados a áreas específicas dos departamentos que aglutinam os cursos da universidade. A instituição é composta por mais de 40 cursos de graduação, 12 de Mestrado e 4 de Doutorado, além de dos curta duração e de extensão.

O desenvolvimento dos programas de pós-graduação da FURB deu-se na década de 1990. O pioneiro foi o de Mestrado em Educação, criado em 1991 e que atualmente conta também com Doutorado. São criados ainda na mesma década, o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd). No ano seguinte, o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PPGEA) com seu mestrado focado em tecnologia e gestão ambiental.

Os programas em funcionamento são: Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade (PPGBio), criado em 2019 com ênfase no estudo da diversidade biológica, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC), criado em 2001, que no mestrado desenvolve pesquisas de Controladoria e no doutorado articula Ciências Contábeis com Administração, com estudos de Controladoria e Gestão de Organizações, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), aberto em 2000. Em 2005 deu início o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPGEE) e em 2010 Santa Catarina ganha o primeiro curso stricto sensu na área de recursos florestais e engenharia florestal, com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal (PPGEF).

O Programa de Pós-Graduação em Química (PPGQ) funciona desde 2001. Já o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química (PPGEQ) vem atuando desde 2007, ligado ao desenvolvimento de processos industriais, envolvendo transformações físicas, químicas e biológicas, no contexto especialmente regional. Por sua vez, o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) guia a formação para a área, assim como o Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGECIM).

A pesquisa na FURB proporciona novos conhecimentos nas diversas áreas do saber, contribui para o desenvolvimento sustentável, com ações de inserção social a partir dos resultados alcançados. Segue critérios de avaliação e diretrizes da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A difusão do conhecimento

científico gerado na pesquisa acontece por meio de ensino e extensão, publicações científicas qualificadas, periódicos, livros com conselho editorial, eventos, mídias e hipermídias diversas.

O resultado das pesquisas e produção acadêmica de graduação e pós, geradas na Universidade, integram o Portal de Periódicos FURB. As revistas científicas da FURB são:

- Atos de Pesquisa em Educação - do Programa de Pós-Graduação em Educação da FURB.
- Dynamis - Revista tecno-científica da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós e Extensão da FURB.
- Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação.
- O Teatro Transcende - com produção científica ligada à área das artes cênicas.
- Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional - do PPGDR.
- Revista de Estudos Ambientais - PPGEA.
- Revista de Negócios - do PPGAD.
- Revista Jurídica - do Centro de Ciências Jurídicas da FURB.
- Revista Universo Contábil - do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FURB.

Para compartilhar com a comunidade todas as realizações, a FURB, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPEX) em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante (PROEN) realiza a Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (MIPE). Trata-se de mais uma fonte de divulgação da pesquisa na Universidade. Tem ampliado a abrangência para socialização e discussão de trabalhos de iniciação científica com estudantes das escolas da rede pública da região.

Ao todo, são 100 grupos de pesquisa aprovados pela **Capes**, em funcionamento na FURB. A PROPEX é integrada pela Divisão de Apoio à Extensão (DAEX), Divisão de Apoio à Pesquisa (DAC), Divisão de Cultura (DIC), Divisão de Pós-Graduação (DPG) e Editora da FURB (Edifurb).

A Universidade proporciona aos alunos da graduação bolsas que variam de R\$400 a R\$600 reais mensais para o desenvolvimento da iniciação científica. PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIBITI/CNPq, Uniedu-PIPe - Artigo 170 e bolsas por agências de fomento, são as possibilidades de ingressar na pesquisa com financiamento, além da oportunidade voluntária.

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Retrospectiva Bolsonaro: você lembra o que o presidente fez em setembro?

Um discurso que reitera os conceitos do “bolsonarismo” que ataca o socialismo, e classificações como “ambientalismo radical” e “indigenismo ultrapassado”. A fala poderia ser atribuída a um político anti-esquerda em um palanque do jogo eleitoral, mas era de Jair Messias Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), marcando para sempre setembro de 2019 aos olhos do mundo.

O novo mês do governo começou com o patriotismo em forma de negócio na ‘Semana do Brasil’. De olho no dia da independência dos Estados Unidos, celebrado em 4 de julho, o governo lançou a campanha para incentivar as vendas e aquecer a economia ativando no período do feriado de Sete de Setembro. Afinal, verde e amarelo e toda essa onda ultranacionalista são temas que os fiéis de Bolsonaro adoram. É o uniforme frente ao vermelho do PT.

Não adiantou o apelo, a população não tirou a mão do bolso e as vendas ficaram 40% menor que o esperado.

Enquanto isso, o Capitão da reserva participava do seu primeiro 7 de setembro como presidente do país. Milhares de pessoas desfilaram, parte de verde e amarelo, outras de preto. No pelotão de frente do palanque oficial não estavam enquadrados seus ministros principais, mas sim Silvio Santos, acompanhado de sua mulher, Iris e o dono da Record e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo. Teve lugar até para o véio da Havan, Luciano Hang, que estava de terno verde e gravata amarela.

Para completar as festividades da data, o Planalto lançou um vídeo do presidente e ministros cantando o hino nacional. Mas durante a gravação para uma equipe de TV, Jair Bolsonaro trocou as palavras e cantou: “Ouviram do Ipiranga, às margens flácidas (sic)”. Mais uma vez, a internet não perdoou e o chefe do executivo virou meme.

Apesar do humor, o brasileiro ainda enfrentava cortes na Educação Superior. De abril até setembro foram bloqueadas mais de 11,8 mil bolsas de pesquisa de doutoramento e pós-doutoramento pela **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

Bolsonaro continuava preocupado mesmo era com o ‘viés’ ideológico’, e determinou ao Ministério da Educação a elaboração de um projeto de lei para proibir a abordagem de questões de gênero nas escolas de ensino fundamental.

Mas o presidente não estava sozinho, o governador de São Paulo, João Dória, disse que mandou recolher material que continha apologia à “ideologia de gênero”. Ambos pré-candidatos a eleição presidencial de 2022 embarcaram em uma cruzada contra a diversidade sexual e identidade de gênero, agradando os mais conservadores para ver quem chega ao pleito.

As medidas podiam agradar uma parcela, mas não a maioria, tendo em vista que a popularidade do homem a frente do Palácio do Planalto caía e sua rejeição continuava crescendo. Se existe uma culpa, parte dela é porque Bolsonaro polarizou a confiança dos brasileiros.

Naquele período, a avaliação positiva (ótimo e bom) do governo era de 35% em abril, caiu para 32% em junho e em setembro estava em 31%. Já a negativa (ruim e péssimo),

por sua vez, subiu de 27% em abril para 32% em junho e chegou a 34% naquele período

Para um presidente que quer o apoio da sociedade para pressionar o Congresso, ser aprovado por 32% não era nada bom, mas setembro ainda reservava surpresas, como a participação de Bolsonaro na ONU.

Vexame aos olhos do mundo

Em sua mensagem para a 74ª sessão do encontro anual de líderes mundiais, Jair Bolsonaro entregou um ultraconservadorismo usado no jogo eleitoral, com um discurso obcecado por conspirações e profundamente arrogante.

“Lhes apresento um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo” foi a frase escolhida pelo presidente para iniciar sua participação, logo depois dos agradecimentos a Deus por sua vida e de dizer que iria “restabelecer a verdade”.

Sua moderação foi dispensada e, ao invés disso, o presidente elaborou um elo sobre “ameaça do socialismo, corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade, ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições”.

Conforme a tradição, o presidente do Brasil é o responsável pelo discurso de abertura, e em pouco mais de 30 minutos, o mandatário teve tempo de atacar o socialismo, Cuba, Venezuela, a imprensa, o ambientalismo radical e defendeu a posição do atual governo sobre a Amazônia. Ele pediu uma nova política indígena e elogiou seu superministro Sérgio Moro.

Em sua primeira aparição na ONU, Bolsonaro era um dos mais aguardados em razão dos incêndios na Amazônia, mas a retórica atacou se resume em ataque ao comunismo a ao Foro de São Paulo, “criado por Fidel, Lula e Chavez” nos anos 90, além de criticar e as declarações do presidente francês, Emmanuel Macron, que segundo ele fere a “soberania brasileira” ao propor intervenções na Amazônia.

O entusiasmo que Bolsonaro demonstrou com a economia contrasta com as estimativas de crescimento pífio do mercado financeiro, assim como a redução da violência no país. Acontece que o país das maravilhas anunciado pelo Bolsonaro não podia se tratar do Brasil. Afinal, os brasileiros ainda enfrentaram alto índice de desemprego; um total de 12,6 milhões de pessoas.

Se a de desocupação no Brasil caiu de 12,5% fevereiro a abril de 2019 para 11,8% no semestre seguinte, o recuo não se deve as ações e sim a criação de vagas no mercado informal. O que ele também não contou é que o número de pessoas mortas pela polícia no país bateu recorde no mesmo período, chegando a 6.220 casos. Isso significa que 1 em cada 10 mortes violentas no país é causada por um policial. Não havia o que comemorar.

Bolsonaro dedicou outra parte de seu discurso para denunciar críticos que o acusam de permitir o desmatamento desenfreado da floresta amazônica, citando práticas de “índios e populações locais”, enquanto a causa indígena foi retratada como alvo do “ambientalismo radical” e do “indigenismo ultrapassado”.

Ainda que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil tenha identificado 40.341 incêndios na região amazônica nos primeiros oito meses deste ano, o presidente insistiu que “a Amazônia não está sendo devastada, nem está sendo consumida pelo fogo, como a mídia enganosamente diz”.

De fato, a destruição da maior floresta tropical do mundo colocou em xeque a política ambiental de Bolsonaro e de Ricardo Salles, ministro do meio ambiente.

O discurso perante as Nações Unidas – um grupo fundado no princípio de que a cooperação multilateral pode interromper conflitos internacionais –, pareceu um grande áudio de WhatsApp, e os estrangeiros estavam chocados com a capacidade do presidente ameaçar princípios básicos de respeito.

Tão notável quanto seu ódio foi o despreparo para falar de temas relevantes ou até para apresentar dados nacionais. Aos olhos do mundo, o presidente brasileiro era um nanico, e acabou sendo chamado de mini-trump pelo The New York Times; uma figura polarizadora e que desconsidera os temores sobre a mudança climática.

Os filhos

Após o discurso dos líderes mundiais, o protagonismo da assembleia foi da ativista sueca Greta Thunberg, de 16 anos, que sacudiu a cúpula ao dizer que sua infância foi roubada por "palavras vazias" .

O deputado federal Eduardo Bolsonaro saiu em defesa do pai e apelou para uma imagem falsa para atacar a ativista ambiental. A montagem mostrava a jovem fazendo uma refeição dentro de um trem, enquanto crianças africanas olham do lado de fora.

Para justificar o ataque, o parlamentar compartilhou outra informação falsa na publicação, dizendo que a menina é financiada pelo investidor George Soros, tachado pela direita como financiador de projetos de esquerda pelo mundo. A imagem original publicada em seu instagram, a garota está fazendo uma refeição dentro de um trem.

Eduardo, indicado pelo pai para a embaixada do Brasil em Washington (EUA), aproveitou a visita ao país e simplesmente fez uma foto em frente à escultura ‘não-violência’, da Organização das Nações Unidas (ONU), fazendo o gesto de ‘arminha’. A obra é um dos mais conhecidos monumentos ao desarmamento no mundo.

Dias antes o vereador Carlos Bolsonaro, filho 02 do presidente, polemizou ao afirmar que “por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos”. Mas ele não é o único que exalta a ditadura, o autorismo é a referência do pai.

Desde que assumiu o Palácio do Planalto, o presidente fez várias menções exaltando o regime, e em setembro chegou a dizer que o período ditatorial “na economia foi dez, no respeito à família foi dez. No amor ao próximo foi dez e à Pátria também foi dez”.

Em outra ocasião, o presidente atacou a Alta Comissária dos Direitos Humanos da ONU e ex-presidente chilena, Michelle Bachelet, ao elogiar a “coragem” da ditadura chilena

para deter a esquerda e “comunistas como seu pai”, um general da Aeronáutica que morreu na prisão em 1974 depois de ser torturado pelo regime.

Todo governo escolhe com quem vai lutar, e Bolsonaro já escolheu seus oponentes. A batalha eleitoral constante, inflamada pelos filhos e aliados, custa caro ao Brasil no meio de uma guerra de consequências imprevisíveis. A imagem de um presidente popular e dono das ruas ficou no passado.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

O populismo fiscal

Vivenciamos aproximadamente uma década de malabarismos fiscais, que têm corroído as contas públicas dos entes federativos. Não raro presenciamos a execução de obras desnecessárias e/ou superfaturadas, a contratação de serviços supérfluos e eleitoreiros (como os custos públicos de propagandas políticas, realização de eventos festivos, etc.) e até nomeações para o preenchimento de cargos em comissão vinculados a funções despidas de essencialidade. O que nem sempre percebemos é que, para além de satisfazer aos caprichos políticos dos governantes, tais atos geram um aumento significativo e corrente das despesas públicas.

Como a execução orçamentária é um fluxo, que nasce com o ingresso (contínuo, mês a mês) das receitas previstas ao longo do exercício e se exaure ao longo dos atos de contração das despesas autorizadas na Lei Orçamentária, em períodos de severas frustrações de receitas, como os atualmente vivenciados, quanto mais despesas supérfluas forem executadas, menos despesas obrigatórias e essenciais serão levadas a cabo. Em resumo, a priorização equivocada da utilização dos finitos (e cada vez mais reduzidos) recursos públicos tem gerado o inchaço burocrático, em prejuízo do financiamento das políticas públicas essenciais da sociedade.

E estas despesas obrigatórias e essenciais, quando são subfinanciadas, mal orientadas ou mal conduzidas, geram resultados de ineficiência dos serviços públicos ofertados. Recentemente, por exemplo, foi publicado o último resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), onde se demonstrou que o Brasil está atualmente no quinquagésimo-sétimo lugar geral, de um ranking com setenta e sete países participantes. Muito em função das perdas financeiras pelas quais o FUNDEB tem passado ao longo do período.

E na área da assistência à saúde pública, a OMS (Organização Mundial de Saúde) nos colocou em 125º lugar, em um ranking contendo 191 países, que são avaliados quanto à eficácia do sistema, o seu custo por habitantes, igualdade no financiamento da saúde e capacitação para promover a justiça social. Ao mesmo passo em que comprovamos inúmeros casos de aplicação de recursos do SUS, aquém no mínimo estabelecido na constituição.

Soma-se a esse quadro o fato de que boa parte dos resultados do subfinanciamento atual com as despesas essenciais e obrigatórias, fruto dos malabarismos fiscais antes listados, ainda não pôde sequer ser dimensionado. Especialmente na educação, muitos dos seus índices só são objetivamente aferidos anos após o seu efetivo custeio. Por isso, podemos arriscar afirmar que, se prosseguirmos nessa toada, o futuro das nossas próximas gerações estará seriamente comprometido.

É ainda mais nefastas que as prioridades dos gestores com despesas supérfluas são as renúncias de receitas dissociadas dos resultados sociais prometidos. Os gastos tributários (benefícios fiscais), tanto quanto os financiamentos públicos, esvaziam o caixa do ente público em um volume tal que, por vezes, comprometem o custeio de todos os serviços públicos essenciais, já no seu nascedouro. Isto porque, sem o ingresso efetivo das receitas esperadas, as despesas autorizadas não poderão ser integralmente custeadas, sejam elas quais forem.

É fundamental que as contrapartidas sociais (como a geração de empregos) e financeiras (como o aumento da arrecadação) pactuadas quando da emissão dos respectivos benefícios sejam efetivamente fiscalizadas e cobradas, não só porque os entes federativos não estão em condições de abrir mão de suas respectivas receitas, mas principalmente porque as renúncias de dezenas, ou até mesmo de centenas de milhões de reais, por empresa, por ano, só se justificariam se esse custo for efetivamente recompensado com ganhos futuros de receitas e/ou com a geração de outros tipos de riquezas, como as que derivam da criação de empregos.

Ademais, a desoneração do custo tributário de poucos fere de morte a competitividade, inerente ao sistema econômico. É impossível que empresas não fruidoras de benefícios fiscais concorram com outras, que os fruem. E quebrando as primeiras, quebrada está toda a lógica das isenções, porque de nada adianta que poucas empresas empreguem ao custo de muitas fecharem suas portas, não produzirem, não gerarem riquezas e, por conseguinte, não pagarem seus respectivos impostos.

Essa enorme disparidade entre receitas diminutas e gastos crescentes fizeram como que, por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro fosse o primeiro a se lançar oficialmente em um Regime de Recuperação Fiscal. Regime esse que, por sua vez, foi instituído através da ideologia de que muitos estados não conseguiram, ou simplesmente não cumpriram as regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A despeito da questão oficial, diversos outros estados se encontram no mesmo patamar fluminense de frustração de receitas, que absolutamente negam a eficácia do financiamento de políticas públicas essenciais.

Por tudo isso, é fundamental que estejamos alertas para as falsas promessas. Precisamos verificar com carinho e com cuidado qual é a razão de o Estado estar aqui, qual é o nível de atendimento que ele tem prestado à população e quais os malabarismos que têm sido feitos em busca de promessas eleitoreiras e imediatistas. Porque uma coisa é garantida: não sairemos desse abismo fiscal com medidas meramente populistas.

*Vinicius Cavalleiro, promotor de Justiça e coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Tributária do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GAESF/MPRJ)

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC muda Fies e exige mínimo de 400 pontos na redação do Enem

Antes da mudança, além de tirar 450 pontos nas questões, era necessário que candidato não zerasse prova de texto

BRÁSÍLIA- O Ministério da Educação (MEC) alterou as regras para obter uma das modalidades do Financiamento Estudantil (Fies). Agora, além dos 450 pontos na prova

do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os candidatos terão que obter pelo menos 400 pontos na Redação. Antes, para obter o benefício, além de alcançar a nota de corte da parte de múltipla escolha, o estudante precisava apenas não zerar a parte de texto.

Em nota, o MEC informou ainda que agora as mudanças de curso atenderão a critérios relacionados ao desempenho do estudante no Enem. Para trocar de curso, o aluno que possui financiamento deverá ter alcançado no Enem a nota de corte da carreira para a qual pretende se transferir.

O Novo Fies, lançado pelo MEC durante a gestão de Michel Temer, reúne três modalidades. O Fies corresponde à modalidade um e o P-Fies às modalidades 2 e 3. No P-Fies se enquadram estudantes com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos, enquanto no Fies a renda máxima é de até três salários mínimos.

Enquanto no Fies o estudante conseguem contratar o financiamento com juros zero, no P-Fies, os juros são definidos pelos bancos.

Cobrança Judicial

A resolução do MEC também prevê que os estudantes inadimplentes sejam cobrados judicialmente. De acordo com as novas regras, contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida acima de R\$10 mil poderão ser cobrados por via judicial após 360 dias de inadimplência.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Fies vai exigir 400 pontos na redação e anuncia que deve reduzir total de novos contratos a partir de 2020

No próximo ano, ministério levará em conta nota da redação para que candidatos possam optar pelo financiamento. Para 2021 e 2022, oferta de vagas pode cair pela metade.

O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta sexta-feira (20) as regras para o Financiamento Estudantil (Fies) para 2020. A partir do ano que vem, o governo vai exigir uma nota mínima de 400 na prova de redação do Enem para que o candidato possa optar pelo financiamento a juros reduzidos.

O MEC anunciou também uma possível redução no número de vagas ofertadas por meio do Fies para os próximos três anos. Em 2020 serão 100 mil, mas há a previsão de que nos dois anos seguintes este número possa cair para a metade e chegue a 54 mil.

O Fies é um programa de financiamento para estudantes cursarem o ensino superior em universidades privadas.

Poderá participar do financiamento:

Quem tenha feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, tenha nota igual ou maior que 450 nas cinco provas, e que tenha tirado um mínimo de 400 na redação

Quem tiver renda familiar mensal per capita de até 3 salários mínimos, para o financiamento do Fies; e entre três e cinco salários mínimos, para o P-Fies

Redução nas vagas

CLIPPING



O MEC esclareceu que os valores podem ser revistos a qualquer momento e que a oferta pode voltar a crescer se houver mais aportes para a educação ou uma aceleração na economia.

A pasta definiu também que as transferências entre cursos estarão condicionadas a nota do Enem e que poderão ser barradas caso os estudantes estejam abaixo da nota de corte.

Apenas poderão pedir transferência aqueles alunos que tenham um resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado. O ministério disse que é uma forma de valorizar a meritocracia.

